

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
(Nível de Doutorado)**

ANNA FLORA BRUNELLI

**"O SUCESSO ESTÁ EM SUAS MÃOS": ANÁLISE DO
DISCURSO DE AUTO-AJUDA**

Campinas (SP)

Fevereiro/2004

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA
(Nível de Doutorado)**

ANNA FLORA BRUNELLI

**"O SUCESSO ESTÁ EM SUAS MÃOS": ANÁLISE DO
DISCURSO DE AUTO-AJUDA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística do IEL/UNICAMP, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de Concentração: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

**Campinas (SP)
Fevereiro/2004**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
IEL - UNICAMP

B835s Brunelli, Anna Flora.
“O sucesso está em suas mãos”: análise do discurso de auto-ajuda/ Anna
Flora Brunelli. - Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Discurso de auto-ajuda. 2. Modalidade (Linguística). 3. Provérbios. 4.
Citações. 5. Individualismo. I. Possenti, Sírio. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Sírio Possenti - Orientador
UNICAMP

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha
UERJ

Profa. Dra. Elisabeth Brait
USP - PUC/São Paulo

Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner
UNESP/São José do Rio Preto

Prof. Dr. Valdemir Miotello
UFSC

Prof. Dr. Jonas de Araújo Romualdo - suplente
UNICAMP

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves - suplente
UNESP/ São José do Rio Preto

Agradecimentos

Segundo o discurso de auto-ajuda, a realização dos nossos projetos depende única e exclusivamente de nós mesmos. O trabalho que apresento aqui é prova do contrário. A produção deste texto deve-se ao amparo e à colaboração de um grupo de pessoas muito especiais. Mais exatamente, tive a sorte de trabalhar sob o zelo de um orientador extraordinário, cuja excelência profissional guiou meu trabalho com firmeza e com uma paciência enorme, que sempre compreendeu meu ritmo. Além disso, pude contar com a assistência de um grupo excepcional de colegas de trabalho que não só sabiam exatamente como fazer para que eu tivesse as condições ideais para trabalhar como também, freqüentemente, vinham ao meu socorro com palavras de incentivo. Também usei e abusei do carinho aconchegante e alentador da família e dos amigos. Fonte verdadeiramente inesgotável de apoio incondicional às minhas opções, essa gente maravilhosa torceu por mim de forma intensa e desinteressada. Tomara que eles estejam cientes de que a existência deles é constitutiva da minha felicidade e que eu os tenho sempre em mente e no coração. Meus mais sinceros agradecimentos a todos vocês, verdadeiros segredos de sorte e de sucesso.

Agradeço também ao PICD/CAPES/UNESP, pelo auxílio deslocamento (de setembro de 1997 a fevereiro de 2001), e aos funcionários da secretaria de pós-graduação do IEL, pela gentileza com a qual sempre me atenderam.

Resumo

Neste trabalho, seguindo a abordagem proposta por Maingueneau (1983, 1984), analisamos o discurso de auto-ajuda, procurando revelar alguns dos traços semânticos que definem esse discurso. Inicialmente, por meio de um estudo da modalidade no discurso de auto-ajuda, verificamos que a manifestação de certeza é um dos traços que o constituem, ao mesmo tempo em que a manifestação da dúvida é um dos que rejeita. Posteriormente, a análise revelou que o direcionamento para os pontos principais é também uma característica essencial da enunciação do discurso de auto-ajuda. A partir daí, investigamos o *ethos* do discurso em questão, o que nos levou a conclusão de que se trata do *ethos* do homem seguro, autoconfiante, determinado e autocentrado, que está voltado para os seus objetivos e interesses e que age em busca de seu próprio benefício, bem de acordo com o individualismo da pós-modernidade. Em seguida, verificamos que ser sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda é assumir um lugar de saber, ou seja, é colocar-se num lugar de enunciação que implica ter um conhecimento especial ou específico para ser transmitido; conseqüentemente, a imagem conferida ao destinatário do discurso de auto-ajuda pelo seu sujeito-enunciador é essencialmente a de alguém que necessita de uma orientação, seja porque é uma pessoa infeliz, seja porque é uma pessoa insatisfeita com a vida. Depois disso, analisando em que medida alguns enunciados do discurso de auto-ajuda se aproximam dos provérbios, concluímos que tal discurso pode ser considerado como um caso de *captação do gênero proverbial* (cf. Gréssillion e Maingueneau, 1984). Por fim, a análise da citação no discurso de auto-ajuda revelou que a sua heterogeneidade mostrada não passa de um simulacro da heterogeneidade constitutiva.

Palavras-chave: discurso de auto-ajuda; modalidade; *ethos*; individualismo; provérbios; citação.

Abstract

In this work, based upon Maingueneau's interdiscursive approach (1983, 1984), we analyse self-help discourse, trying to reveal some of the semantics features that define this discourse. First of all, analysing modality in self-help discourse, we find out that the manifestation of certainty is one of its claimed features, and that the manifestation of doubt is one of the features that this discourse rejects.

Then the analysis reveals that the guidance to the main issues is another essential characteristic of self-help discourse enunciation. So we investigate the *ethos* of this discourse, and we realize that it is the *ethos* of the resolute, self-sure and self-confident man, who is devoted to his personal concerns and regards and who works always for his own self-benefit, which is in agreement with the individualism of pos-modernity.

Then we detect that to be self-help discourse's subject is to take over a knowledge position, is to be in an enunciative position which is related with a special wisdom; therefore self-help discourse's addressee is someone who needs orientation because he/she is unhappy or discontented with his/her own life. We also analyse the relation between self-help discourse and the proverbs, and we find out that this discourse can be taken as an example of appropriation of the proverbial enunciation (Gréssillion and Maingueneau, 1984). Finally, we analyse the quotations in self-help discourse and we realize that its revealed heterogeneity is just a simulacrum of its constitutive heterogeneity.

Key words: self-help discourse; modality; *ethos*; individualism; proverbs; quotation.

Lista de tabelas

Página

Tabela 1: Emprego do verbo poder.....	33
Tabela 2: Classificação dos modalizadores presentes no córpus.....	34
Tabela 3: Classificação dos modalizadores epistêmicos segundo a camada em que atuam.....	34

SUMÁRIO

	Página
RESUMO	v
ABSTRACT	vii
LISTA DE TABELAS	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A modalidade no discurso de auto-ajuda	7
Introdução.....	7
1. As modalidades.....	10
2. Tipologia das modalidades.....	12
2.1.A modalidade epistêmica.....	15
3. Análise dos dados.....	19
3.1. As asserções.....	20
3.2. O poder do poder do discurso de auto-ajuda.....	25
3.3. A modalidade epistêmica.....	34
3.4. "É possível": epistêmico ou dinâmico?	36
4. Conclusões parciais.....	38
CAPÍTULO 2 – O <i>ethos</i> do discurso de auto-ajuda	39
Introdução.....	39
1. Formação discursiva e <i>ethos</i> : da incorporação à interpelação.....	41
2. O <i>ethos</i> do discurso de auto-ajuda.....	44
3. Conclusões parciais: o discurso de auto-ajuda e o individualismo.....	62
CAPÍTULO 3 - Os interlocutores do discurso de auto-ajuda: o estatuto do sujeito-enunciador e o do destinatário em exame	63
Introdução.....	63
1. O sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda.....	64
2. O destinatário do discurso de auto-ajuda.....	74
3. O estatuto dos interlocutores discursivos x formações imaginárias.....	77
CAPÍTULO 4 - Aconselhamentos: dos provérbios ao discurso de auto-ajuda	81
Introdução.....	81
1. Os provérbios legítimos e os provérbios do discurso de auto-ajuda.....	82
1.1.Os provérbios e a lingüística da enunciação.....	82
1.2.Os provérbios do discurso de auto-ajuda.....	91
2. O discurso de auto-ajuda: simulacro de provérbios?.....	93
2.1. Os provérbios e a História Social da Linguagem.....	93
2.2. Captação e subversão: as formas de distorção.....	97
2.3. O discurso de auto-ajuda: captação e simulacro.....	100
CAPÍTULO 5 - A citação no discurso de auto-ajuda: um simulacro de heterogeneidade	105
Introdução.....	105
1. A AD e a tese da heterogeneidade.....	107

	Página
1.1. Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada.....	109
1.2. O fenômeno da citação: um caso de heterogeneidade mostrada.....	111
1.3. A contribuição bakhtiniana para a compreensão do fenômeno da citação.....	114
2. Citação no discurso de auto-ajuda.....	116
CAPÍTULO 6 – Análise do Discurso, sujeito e auto-ajuda.....	127
Introdução.....	127
1. O sujeito na AD.....	127
2. Um enfoque complementar	130
3. Repetindo fórmulas, fazendo sucesso	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145

Introdução

Como se sabe, os livros de auto-ajuda são um sucesso absoluto de vendas em vários países. No Brasil, especialmente: enquanto as vendas das demais publicações cresceram 35% nos últimos anos, o consumo desses livros atingiu 700%, conforme revela a revista *Veja* (edição de 10 de novembro de 2002). Embora as obras mais vendidas sejam de autores norte-americanos, autores brasileiros de auto-ajuda também têm suas obras bem aceitas no mercado nacional. Por exemplo, Lair Ribeiro, já vendeu mais de 1,5 milhão de exemplares de suas obras. Além disso, alguns de seus livros já foram traduzidos em países da Europa e da América Latina.

Diante do inegável sucesso de vendas desses livros, parece-nos interessante promover um estudo a respeito dos textos de auto-ajuda, analisando-os do ponto de vista do discurso, especialmente porque os trabalhos desenvolvidos até então sobre o tema, inscritos em outras ciências humanas, voltam-se, essencialmente, para a compreensão do desenvolvimento e da expansão da literatura de auto-ajuda, promovendo uma reflexão sobre suas condições de emergência e de circulação.

Por exemplo, Rüdiger (1996) dedica-se a reconstruir as condições histórico-universais que presidiram à formação das práticas de auto-ajuda e das programações de conduta que elas têm difundido socialmente, procurando "compreender o significado dessa espécie de textos na montagem de nossa civilização" (p.9). Na obra em questão, Rüdiger dedica-se à análise de uma das dimensões constitutivas da modernidade, isto é, "o movimento combinado de abstração social do sujeito e desenvolvimento do individualismo" (ibid., p.9). Conforme nos esclarece o autor, a modernidade "desintegrou as representações coletivas e os simbolismos comuns que recomendavam a salvação do eu por meio da fusão dos propósitos pessoais com os propósitos da comunidade" (ibid., p.14). Conseqüentemente, formou-se "uma sociedade de indivíduos livres que convivem com uma comunidade degradada, mas também de um conjunto de problemas pessoais que tornou profundamente problemática essa liberdade" (ibid., p.14). Nesse sentido, "a literatura de auto-ajuda constitui uma das mediações através das quais as pessoas comuns procuram construir um eu de maneira reflexiva, gerenciar os recursos subjetivos e, desse modo, enfrentar os problemas colocados ao indivíduo pela modernidade" (ibid., p.14).

Próximo a essa linha de investigação, Chagas (1999) volta-se à identificação dos principais pontos de articulação do discurso de auto-ajuda com os discursos dominantes da sociedade moderna. Assim, circunscrevendo o discurso de auto-ajuda no universo do individualismo como movimento ideológico da cultura moderna, esse estudo procura entender sua legitimação social, levando em conta, sobretudo, processos inconscientes que permitem refletir sobre a adesão dos sujeitos a essa produção discursiva. Mais exatamente, adotando sobretudo o ponto de vista da psicanálise, Chagas dedica-se à compreensão das determinações psíquicas que conduzem o sujeito, "mediante sua crença, na direção de um *ideal impossível*" (p.18), revelando, desse modo, aspectos relativos às formas de subjetivação contemporânea.

Ainda nessa linha, Chagas (2000) aprofunda suas reflexões num trabalho que procura compreender a construção de um "sujeito imaginário" na obra "O poder infinito da Mente" (de Lauro Trevisan). A partir da Análise do Discurso de linha francesa (AD, doravante) e da psicanálise freudo-lacanianiana, investiga aspectos inconscientes que estão em jogo na construção desse sujeito, concomitantemente à identificação das razões sociais, culturais e subjetivas que contribuem para o êxito da auto-ajuda enquanto fenômeno editorial na sociedade contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos sentidos e aos significados que esta produção discursiva oferece para atender as necessidades do indivíduo pós-moderno.

Rinke (2000), por sua vez, interessada em questões de poder, revela como o desenvolvimento da literatura de auto-ajuda está intrinsecamente relacionado com a diminuição da autonomia dos indivíduos e, conseqüentemente, com a gerência governamental das populações. Segundo a autora, a literatura de auto-ajuda, ao promover o individual sobre o social, negando, concomitantemente, a inerente sociabilidade do ser, faz parte de um conjunto de adequações políticas promovidas pelo desenvolvimento das democracias liberais; nesse sentido, deve ser entendida como uma das formas contemporâneas de controle e de governo dos cidadãos.

Considerando a natureza desses trabalhos, pareceu-nos interessante promover um estudo que, de um outro ponto de vista, pudesse fornecer algum subsídio para as reflexões que se promovem sobre a sociedade contemporânea, especialmente porque o discurso, sem deixar de ser um objeto empírico, é também um lugar teórico de emergência de questões históricas.

Assim, neste trabalho, vamos investigar o discurso de auto-ajuda a partir da abordagem interdiscursiva proposta por Maingueneau (1983,1984¹). Para tanto, estabelecemos um *cópus* constituído por livros escritos originalmente em Língua Portuguesa. Com isso, evitamos a necessidade de adotar uma determinada teoria da tradução, compreendendo aí uma discussão das influências dos tradutores e de seus discursos nos textos em análise, o que fugiria dos objetivos propostos. Além desse critério de seleção, para que a análise pudesse revelar as características do discurso de auto-ajuda tal como se encontra circulando atualmente, procuramos trabalhar com obras que ainda estivessem disponíveis no mercado, ou seja, selecionamos obras lançadas ou re-editadas depois de 1990. Desse modo, o *cópus* se constitui pelas seguintes publicações: Aveline (1998), Costa (1997), Leiva (1997), Machado (1996), Prado (1991), Ribas & Moyses (1998), Ribeiro (1992), Ricardino (1997) e Rocha (1995).

Para análise do discurso de auto-ajuda, optamos pela abordagem proposta por Maingueneau especialmente em função do seu modo peculiar de conceber os discursos. Assim, ao considerar o discurso como uma realidade integralmente lingüística e integralmente histórica ao mesmo tempo, a abordagem de Maingueneau se diferencia das análises nas quais o discurso é pensado em termos de uma arquitetura que se manifesta na superfície dos textos. Para o autor, o discurso não tem nenhuma "profundez" e sua especificidade não se localiza em alguma "base" que seria seu fundamento, "**mas se apóia sobre todas as suas dimensões**" (1984, p. 8; o grifo é nosso). Seguindo essa idéia, o autor desqualifica qualquer tentativa de se conhecer um discurso por meio de reduções ao que seria o seu "modelo profundo", prática que, segundo ele, negligencia o que determina o discurso, isto é, a sua enunciabilidade. Nas palavras do autor:

A "enunciabilidade" de um discurso, o fato de que tenha sido objeto de atos de enunciação por um conjunto de indivíduos, não é uma propriedade que lhe é atribuída por acréscimo, mas alguma coisa radical, que condiciona toda sua estrutura. É preciso pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação. (ibid., p. 9)

Daí sua definição de discurso como um "sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação" (ibid., p. 9). No tratamento que dispensa a essa questão, Maingueneau faz uma distinção entre o sistema de coerções semânticas, que ele chama de "formação

¹ Dessa obra, há uma tradução não publicada de Possenti (Campinas, 1998), que é a fonte dos fragmentos em

discursiva", e o conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema, o que seria a superfície discursiva. "Discurso" é o termo usado pelo autor para referir-se à relação que une esses dois conceitos, o que remete, portanto, tanto a um conjunto de textos efetivos quanto a um conjunto de textos virtuais, aqueles dos possíveis enunciados produzidos de acordo com as coerções da formação discursiva.

Nessa abordagem, Maingueneau propõe que se considere o discurso como um sistema de coerções semânticas globais, isto é, um conjunto de traços semânticos que restringe, ao mesmo tempo, todos os planos do discurso (vocabulário, temas tratados, intertextualidade, instâncias de enunciação etc.), definindo o que ele chama de *operadores de individuação*. Estes constituem uma espécie de "filtro que fixa os critérios em virtude dos quais certos textos se distinguem do conjunto dos textos possíveis como pertencendo a uma formação discursiva determinada" (ibid., p. 45-6). O caráter global desse sistema descarta a idéia de que o discurso possua em seu interior um lugar (por exemplo, o léxico) em que sua especificidade estaria condensada. Daí a crítica do autor àquelas análises que consideram as coerções semânticas como o que seria a "profundeza" de um discurso, opondo-a ao que seria a sua suposta superfície. A respeito de sua ótica, Maingueneau afirma:

Trata-se de um caminho para libertar-se de uma problemática do signo, ou mesmo da proposição, para apreender o dinamismo da significância que domina toda a discursividade: o enunciado, mas também a enunciação, e mesmo para além dela (...) Recusa-se a idéia de que há, no interior do funcionamento discursivo, um lugar onde sua especificidade se condensaria de maneira exclusiva ou privilegiada que fosse (as palavras, as frases, os agenciamentos argumentativos, etc...), o que leva a recolocar o princípio de sua disseminação sobre os múltiplos planos do discurso. Não há mais, então, lugar para uma oposição entre "superfície" e "profundeza", que reservaria apenas para a profundeza o domínio da validade das coerções semânticas. (ibid., p.12-3)

A partir da proposta de Maingueneau, vamos analisar o discurso de auto-ajuda, procurando definir o sistema de coerções semânticas desse discurso, isto é, procurando revelar alguns dos traços semânticos que o constituem. A esse respeito, cumpre-nos destacar que a disposição dos capítulos que seguem reflete a própria constituição da análise que conduzimos, o que é, numa certa medida, resultado da abordagem adotada. Como essa abordagem nos permite desenvolver a análise de um discurso a partir de qualquer uma das dimensões

discursivas, sem a adoção de um roteiro de análise definitivo, foi o próprio trabalho de análise que determinou para nós os rumos que deveríamos tomar ao final de cada etapa, a partir do que os resultados obtidos nos revelavam. Embora esses resultados não nos levassem a seguir necessariamente as opções que adotamos, procuramos, sempre que possível, selecionar aspectos do discurso de auto-ajuda cuja investigação se articulasse com os resultados obtidos até então, preenchendo lacunas e aprofundando o tratamento das questões formuladas anteriormente. Nesse sentido, é possível que os leitores deste trabalho tenham suas expectativas mais atendidas à medida que avancem na leitura dos capítulos.

Capítulo 1 - A modalidade no discurso de auto-ajuda

Introdução

Neste capítulo, examinamos a *modalidade* no discurso de auto-ajuda, para averiguar a validade de uma hipótese (apresentada mais adiante) que formulamos a respeito de um dos traços semânticos desse discurso. O discurso de auto-ajuda, de uma forma geral, sustenta que o segredo para que qualquer um consiga melhorar de vida, alcançar o sucesso, ganhar muito dinheiro, etc. está na crença incondicional na realização dos sonhos, do projeto de vida, dos desejos, etc. Assim, quem acredita que vai conseguir, consegue e quem duvida, não. Trata-se, portanto, de uma questão de fé, de crença absoluta e, essencialmente, de jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade. Nos livros de auto-ajuda, encontramos uma série de enunciados que se referem a essa questão. A seguir, apresentamos alguns:

- (01) São Tomé dizia: é preciso ver para crer. Mas ele se enganou, pois o contrário é que é verdadeiro: é preciso **crer para ver**. Se eu for esperar ver para crer, estarei sempre chegando tarde, depois dos que antes crêem e, crendo, conseguem ver. (Ribeiro, 1992, p.40)
- (02) No momento em que você muda suas crenças e seus sistemas de valores, o mundo muda com você, como num estalar de dedos. (ibid., p.42)
- (03) Alguns dizem; ah, não vou conseguir fazer, isto é impossível. E, pensando assim, mesmo que façam e se esforcem, não conseguem, porque não acreditam. (ibid., p.113)
- (04) Se pedires, crendo que já recebestes, haveis de receber, pois Deus cria os caminhos para vo-lo dar! (Prado, 1992, p.122)
- (05) Para ser feliz, o homem precisa ter certeza da estabilidade de sua vida (...) (ibid., p.129)
- (06) "Se credes tudo é possível", disse Jesus. (ibid., p.135)
- (07) O valor do pensamento positivo é muito importante em qualquer projeto que tenhamos em mente. Ninguém irá vencer se não acreditar firmemente nisso. (Rocha, 1995, p.63)
- (08) Quando você tem fé, acreditando na concretização de algo, você joga uma energia poderosíssima, que realmente "remove montanhas", como foi citado há quase dois mil anos. É sempre necessária a fé na concretização de nossos desejos. O acreditar que

iremos realizá-los é muito importante. (ibid., p. 64)

- (09) É importante desejar e também ter perseverança naquilo que realmente você deseja fazer para crescer. Acredite que você pode. Seu potencial é infinitamente grande. (ibid., p.133)
- (10) Porque alguma coisa dentre delas falava mais alto: você pode, acredite. (Ricardino, 1997, p.26)
- (11) Seu poder e a sua capacidade de criar realidade através da sua vontade termina onde o medo começa (ibid., p.27)
- (12) Então, se hoje sua vida não está fluindo, você está fazendo muita coisa contra para não fluir. Se você simplesmente acreditasse em você as coisas aconteceriam. (ibid., p.61)

Como se trata de uma questão de acreditar, de não duvidar, entendemos que os autores de auto-ajuda, enquanto sujeitos desse discurso, também devem manifestar em seus textos, com relação às teses que propõem, essa mesma crença/confiança que pregam para os seus leitores. Além disso, se as teses que apresentam são verdadeiras, se as fórmulas e orientações propostas efetivamente funcionam e se tudo é realmente uma questão de acreditar, então a incerteza e a dúvida devem mesmo ser manifestações excluídas e ou rejeitadas nos textos desse discurso.

Assim, supondo que a manifestação da certeza seja um dos traços semânticos que caracterizam o discurso de auto-ajuda, na condição de um dos traços positivos que esse discurso reivindica, ao mesmo tempo em que a dúvida seja um dos negativos, isto é, dos que rejeita e/ou evita, acreditamos que uma análise das modalidades no *córpus* desta tese deve revelar que o sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda não manifeste incerteza com relação às fórmulas que propõe para seus co-enunciadores.

Para a análise desenvolvida especificamente neste capítulo, selecionamos o livro "O sucesso não ocorre por acaso", de Lair Ribeiro (1992). Escolhemos essa publicação por considerá-la representativa desse discurso, inclusive em função da fama alcançada por Lair Ribeiro, reconhecidamente um autor de auto-ajuda. Quanto à decisão de trabalharmos com apenas um exemplar do discurso em questão, remetemos ao próprio Maingueneau em *Sémantique de la polémique* (1983). Nessa obra, o autor investiga o discurso do jansenismo e do humanismo utilizando-se de poucos textos representativos de cada discurso, tendo em vista que, se o discurso pode mesmo ser entendido como um conjunto de coerções semânticas,

então estas devem estar em todo e qualquer um dos textos desse discurso. Assim, basta selecionar apenas um texto representativo do discurso em questão para encontrar os traços semânticos que o definem. Com isso se evita a necessidade de trabalhar com um *cópus* amplo.

Para investigar a modalidade no discurso de auto-ajuda, nos baseamos em Palmer (1979 e 1986) e em alguns trabalhos funcionalistas sobre o assunto, como Neves (1996 e 1999-2000), Dall'Aglio-Hattner (1995) e, principalmente, Dall'Aglio-Hattner (2001) que, considerando a evidencialidade como uma instância semântica superior e necessária para a qualificação modal epistêmica, apresenta uma descrição formal e funcional da expressão da evidencialidade e da modalidade epistêmica em língua portuguesa, revelando, inclusive, os efeitos comunicativos relacionados às suas formas de expressão. A partir dessa descrição, faremos um levantamento dos enunciados modalizados na obra de Lair Ribeiro citada, o que nos permitirá avaliar a pertinência da hipótese levantada.

Por fim, uma ressalva se faz importante. Como o presente capítulo integra uma investigação baseada na AD, a opção pelo funcionalismo pode, a princípio, parecer para alguns uma impertinência teórica. Na verdade, isso não se verifica, pois o fato de aproveitarmos as preciosas informações que os estudos funcionalistas nos fornecem sobre as modalidades não nos leva a perder de vista a ordem própria do discurso, diferente da materialidade da língua. Como se sabe, embora reconheça que essa ordem se realiza na língua, a AD não está definitivamente presa a uma determinada escola ou de ramo da lingüística¹. Além disso, devemos lembrar que

não existe nenhuma harmonia preestabelecida entre os diversos objetos que podem ser propostos pela AD e os recursos que a lingüística lhes oferece (devendo-se entender definitivamente que "a" lingüística designa, de fato, "as" lingüísticas do campo). Frente a um *cópus*, o pesquisador *a priori* não tem nenhuma razão determinante para estudar um fenômeno em detrimento de outro, **da mesma forma que nada o obriga a recorrer a um determinado procedimento ao invés de a qualquer outro** (Maingueneau, 1989, p.18, o grifo é nosso).

Assim, diante da liberdade de selecionar o ponto de vista mais interessante para

¹ Para uma discussão mais detalhada sobre a relação entre a AD e a lingüística, sugerimos a leitura da introdução de Maingueneau (1989).

alcançar os nossos objetivos, optamos pelos trabalhos funcionalistas² tendo em vista que esses estudos descrevem a função dos modalizadores nos níveis pragmático, semântico e sintático de **forma integrada**. Em função dos distintos fenômenos recobertos pelas modalidades, estas, como se sabe, constituem um campo de pesquisa bastante fértil e, conforme mostramos a seguir, a opção pelos trabalhos funcionalistas nos garante um tratamento não-reductor. Quanto a isso, remetemos a Dall'Aglio-Hattner et al. (2001):

Do ponto de vista lingüístico, os quadros teóricos dos quais se pode desenvolver uma investigação das modalidades são vários. Acredita-se, no entanto, que **os modelos funcionalistas de estrutura frasal que consideram a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação permitem uma investigação privilegiada dessa categoria, na medida em que possibilitam a identificação de diferentes instâncias da modalização, bem como o exame das diversas qualificações que atuam nas camadas da estrutura frasal.** (p. 103; o grifo é nosso)

1. As modalidades

Não há dúvida de que as modalidades constituem uma categoria lingüística bastante complexa, que compreende distintas noções e se materializa de formas muito diferentes, o que se confirma quando se comparam as várias definições de modalidade apresentadas pelas distintas teorias lingüísticas que as investigam³ e que, partindo de diferentes concepções, privilegiam um ou outro de seus aspectos.

O conceito de modalidade, como lembra Cervoni (1989), não pertence exclusivamente aos lingüistas, mas também aos lógicos, que foram os primeiros a elaborá-lo, definindo-o como um de seus conceitos fundamentais e origem da Lógica Modal.

Quanto à contribuição da Lógica para a Lingüística, Neves (1996) não nega que o estudo da expressão lingüística das modalidades pressupõe realmente alguma consideração dos modelos idealizados pelos lógicos. Por exemplo, o estabelecimento de dois eixos conceptuais

² Para uma exposição dos princípios e conceitos do funcionalismo, indicamos Neves (1997).

³ Quanto a esses estudos, remetemos a Coracini (1991), que relata os fundamentos do tratamento das modalidades segundo a perspectiva sintática, semântica e pragmática, apontando-lhes as falhas, e ao primeiro capítulo de Dall'Aglio-Hattner (1995), no qual se encontram descritos: (i) um panorama dos diferentes tratamentos que as modalidades recebem no campo da Lógica e da Lingüística; (ii) as dificuldades no estabelecimento de uma tipologia das modalidades; (iii) a diversas formas de expressão das modalidades. Já no capítulo II, a autora apresenta diferentes trabalhos que abordam o assunto do ponto de vista do funcionalismo.

básicos - o do conhecimento e o da conduta - é uma noção herdada dos estudos lógicos a respeito da qual a autora afirma: "guardadas as especificidades, os eixos do conhecimento e da conduta podem pertinentemente correlacionar-se com as funções lingüísticas básicas" (p.163). Entretanto, Neves deixa claro que os estudos lingüísticos estão desvinculados dos modelos dos lógicos por causa do caráter "não-lógico, ou não-ordenado, das línguas naturais" (p.163).

De um modo geral, em Lingüística, as modalidades são entendidas como manifestações de subjetividade, mais especificamente, como índices da atitude do falante perante os enunciados que produz, daí o fato de serem consideradas como parte da atividade ilocucionária (Koch, 1986, p.227).

Segundo Cervoni (1989), a apresentação mais geral a que se recorre quando se pretende tratar da modalidade é aquela ligada a uma análise semântica que distingue, num enunciado, "um *dito* (às vezes denominado conteúdo proposicional) e uma *modalidade* – um ponto de vista do sujeito falante sobre este conteúdo" (p.53). Cervoni adverte que o inconveniente dessa apresentação é que pode sugerir uma confusão entre a modalidade e a conotação, outra manifestação da subjetividade na linguagem:

ao contrário da conotação, a modalidade é constitutiva da significação fundamental, da denotação; ela não tem nada de acrescentado; a frase menos modalizada comporta uma modalidade mínima. Assim, numa frase como: *A terra gira em torno do sol*, uma modalidade é manifestada pelo modo do verbo, o modo indicativo (ibid., p.53).⁴

Entendemos, portanto, que nem toda marca de subjetividade é um modalizador. Na verdade, os modalizadores fazem parte de um vastíssimo conjunto de recursos lingüísticos por intermédio dos quais os falantes transmitem suas intenções comunicativas⁵.

Na presente investigação, partindo dos trabalhos funcionalistas supracitados, consideramos as modalidades como "veiculadoras das atitudes do falante com relação ao que é dito" (Dall'Aglio-Hattner, 1995, p.132), daí a necessidade de focalizar, no estudo das

⁴ Cervoni também destaca a necessidade de diferenciar as modalidades da tipologia das frases (declarativa, interrogativa, imperativa, optativa), que constitui um "fenômeno sensivelmente diferente". É por isso inclusive que o autor considera pouco adequadas denominações como "modalidade" declarativa, "modalidade" interrogativa, etc.

⁵ Dall'Aglio-Hattner (1995), por exemplo, no IV capítulo de seu trabalho, identifica uma série de mecanismos que constroem efeitos de (des)comprometimento do falante e que não são modalizadores.

modalidades, o sujeito da enunciação e, automaticamente, o contexto enunciativo⁶. A esse respeito, Coracini (1991), assumindo uma postura eminentemente pragmática – baseada em Rajagopalan (1983) e segundo a qual o valor comunicativo de um enunciado é julgado apenas dentro do contexto da enunciação – afirma: "não posso me ocupar das modalidades enquanto unidades que revelam em si e por si sós o aspecto veridictivo do enunciado, uma vez que considero que tal análise perde de vista aspectos discursivos importantes que derivam da situação de interlocução" (p.120-1). Para garantir que tais aspectos discursivos sejam realmente considerados no estudo das modalidades, Coracini postula, então, as seguintes teses, que citamos, dada a importância que atribuem à enunciação:

- 1) a linguagem e os sujeitos que a utilizam (dentro de um grupo social) não cessam de construir o universo referencial, criando "modelos de realidade" relativamente arbitrários, com relação aos quais (e apenas com relação a eles) se torna possível determinar o valor de verdade/falsidade do que se enuncia;
- 2) todo enunciado se acha inscrito no interior de um quadro enunciativo do qual é preciso partir se se deseja descrever seu funcionamento alético;
- 3) a modalidade, enquanto engajamento do sujeito-enunciador, preexiste ao texto resultante do discurso, isto é, precede a própria elaboração textual (modalidade implícita). Decorre daí a primazia da enunciação em relação às unidades lingüísticas;
- 4) a modalidade pode manifestar o ponto de vista do enunciador apresentando-se textualmente implícita ou através de "marcas" modais;
- 5) as "marcas modais" em si não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito-enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto;
- 6) as modalidades constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva, não podendo ser isoladas do ato de fala em que estão inseridas (ibid., p.120).

Antes de iniciar o exame das modalidades no discurso de auto-ajuda, apresentamos sucintamente as principais modalidades investigadas pelos estudos lingüísticos.

2. Tipologia das modalidades

De um modo geral, os estudos sobre as modalidades se referem a pelo menos três tipos de modalidades: as aléticas ou aristotélicas, as epistêmicas e as deônticas.

⁶ Alguns dos principais trabalhos que endossam o ponto de vista segundo o qual o sujeito da enunciação se encontra no centro da investigação das modalidades são citados por Dall'Aglio-Hattner (1995, p.71-2).

As aléticas, primeiras descritas pelos lógicos, referem-se ao eixo da existência e assim determinam o valor de verdade das proposições. Como os enunciados de uma ciência podem ser necessariamente verdadeiros ou possivelmente verdadeiros e não simplesmente verdadeiros, o necessário e o possível são os dois modos principais que podem afetar uma proposição. A partir desses dois modos, definem-se o impossível, contrário do possível, e o contingente, contrário do necessário.

Neves (1999-2000) destaca que a modalidade alética, relacionada ao mundo ontológico, fundamental no equacionamento veridictório das proposições e, assim, central na lógica, é periférica nas línguas naturais. Afinal, como observa,

são pouco claros, no discurso, casos de sentenças que sejam apenas aleticamente modalizadas e, de facto, é improvável que um conteúdo asseverado em um acto de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante. Isso significaria a existência de proposições independentes do contexto de enunciação, restritas a uma organização lógica interna de termos e relacionadas a mundos possíveis dentro dos quais seriam, ou não, verdadeiras (ibid., p.5-6).

Com esse esclarecimento, podemos entender porque a modalidade alética não ocupa posição de destaque nos estudos lingüísticos, que investigam a modalidade em enunciados de línguas naturais. Assim, a modalidade alética se diferencia da deôntica e da epistêmica, que constituem, conforme veremos a seguir, "a modalidade lingüística *stricto senso*, isto é, a modalização ocorrente e analisável nos enunciados efetivamente produzidos" (Neves, 1996, p.172).

A modalidade deôntica, relacionada aos valores de permissão, obrigação e proibição, refere-se ao eixo da conduta; portanto está "condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]) e, de outro lado, implica que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado, para executá-lo" (Neves, 1996, p.172).

Segundo Lyons (1977), a modalidade deôntica se aplica a uma proposição relacionada à necessidade ou à possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis; porém o que esta proposição descreve não é um ato propriamente dito, mas o estado-de-coisas que será obtido se o ato em questão for cumprido. Comparando a modalidade deôntica à epistêmica, Lyons observa que a necessidade deôntica (a obrigação) é sempre derivada de alguma fonte ou causa, que pode ser algo ou alguém; pois,

Se X reconhece que ele é obrigado a realizar algum ato, então normalmente há alguém ou alguma coisa que ele reconhecerá como responsável pelo fato de estar obrigado a agir dessa forma. Pode ser uma pessoa ou uma instituição a cuja autoridade ele se submete; pode ser um corpo de princípios morais ou legais mais ou menos explicitamente formulado; pode ser apenas alguma compulsão interna, que lhe é difícil de identificar e precisar. (ibid., p.824)

A modalidade epistêmica, por sua vez, refere-se ao eixo do conhecimento e envolve os seguintes conceitos: certo, provável, contestável e excluído. Quirk (1985, apud Neves, 1996, p.172), afirma que a modalização epistêmica pode ser entendida como o "juízo humano do que é possível acontecer". Tendo em vista a importância da modalidade epistêmica para a presente investigação, apresentamos no próximo item, em linhas gerais, como ela foi descrita em alguns trabalhos funcionalistas.

Podemos ainda falar na existência de um outro tipo de modalidade, a dinâmica, proposta por Palmer (1979). Comparando os tipos de modalidade que investiga na língua inglesa, Palmer faz o seguinte comentário a respeito dessa modalidade:

Nós podemos, talvez, especular sobre as formas como os diferentes tipos de modalidade podem estar relacionados. Se considerarmos um evento ou uma proposição como um EC⁷, nós começamos com a modalidade epistêmica que apenas afirma que tal EC é possível ou necessário. A modalidade dinâmica sugere, no entanto, que há circunstâncias no mundo real que tornam possível ou necessária a realização desse EC. Com a modalidade dinâmica neutra, essas circunstâncias são gerais (e talvez o termo "circunstancial" seja melhor que neutra para indicar isso), enquanto com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito elas são características do sujeito. (p.39)

Com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito, Palmer, inspirado em Von Wright (1951), considera a expressão da possibilidade como uma capacidade/habilidade, contrariando a lógica aristotélica que relaciona a expressão da capacidade à modalidade alética.

Tratando desse tema, Palmer adverte que, embora normalmente apenas os seres animados tenham habilidades, essa modalidade dinâmica também se aplica a seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias ou o "poder" para provocar a realização de um evento.

⁷ Estado-de-coisas.

Num trabalho mais recente a respeito dessa modalidade, o autor esclarece que uma frase como "João pode falar italiano" expressa o que parece ser uma afirmação factual não-modal, pois "não envolve nem a atitude nem a opinião do falante (exceto a de que se trata de uma verdade), mas apenas afirma que João tem a habilidade de falar italiano" (Palmer, 1986, p.102). Com esta constatação, Palmer admite que a modalidade dinâmica poderia ser descartada da tipologia das modalidades, mas sugere a sua manutenção em função de sua importância para a compreensão do significado dos verbos modais, como o verbo *poder*, conforme veremos mais adiante.

2.1. A modalidade epistêmica

Como dissemos anteriormente, há uma grande variedade de trabalhos sobre as modalidades. Essa investigação das modalidades por meio de distintas óticas também se verifica com relação à Língua Portuguesa, conforme atesta Dall'Aglio-Hattner (1995). Após analisar uma série de trabalhos sobre as modalidades em Português, a autora adverte:

Com valiosas contribuições sobre vários aspectos da modalização, esses trabalhos diversificam-se não só quanto à natureza do tratamento (do ponto de vista sintático ao pragmático) como também quanto à extensão, profundidade e abrangência da análise (de comunicações em congressos a teses acadêmicas). **Sendo assim, não se pode dizer que a simples soma destes trabalhos resulte numa descrição do processo de modalização em português.** (p.3; o grifo é nosso)

Assim, para preencher a lacuna encontrada, Dall'Aglio-Hattner apresenta um estudo que, considerando a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação, segundo modelo funcionalista de estrutura frasal proposto por Hengeveld (1988, 1989) e Dik (1989)⁸, analisa detalhadamente os mecanismos segmentais de expressão da modalidade epistêmica em Português, revelando seus efeitos de sentido. De acordo com Dall'Aglio-Hattner, isso foi possível graças à adoção do modelo de análise funcionalista, que lhe permitiu identificar diferentes instâncias da modalização, bem como as diversas qualificações que atuam em cada uma das camadas da estrutura frasal.

Nesse trabalho, sustentando como Nuyts (1993) que a modalidade epistêmica está dentro do âmbito de incidência da evidencialidade, a autora descreve a modalidade epistêmica de uma forma não-fragmentada, considerando-a globalmente como a expressão de uma avaliação feita pelo falante. Mais exatamente, a autora demonstra que, por meio da modalização epistêmica, o falante avalia como certa ou possível a realidade de um EC ou a veracidade de uma proposição, o que faz a partir de um conjunto de conhecimentos e crenças que possui. Segundo as intenções comunicativas que tenha, o falante pode explicitar ou não a fonte desses conhecimentos, que podem ser um saber pessoal (saber que só o falante tem) ou um saber partilhado (saber comum).

Definindo o eixo do epistêmico como um *continuum* entre o certo e o possível, Dall'Aglio-Hattner verifica que a língua portuguesa dispõe de meios para expressar uma gradação muito sutil entre esses extremos e que a variedade de formas existentes para um mesmo valor acaba dificultando ainda mais o estabelecimento de graus nítidos no que se refere à noção de possibilidade. Sendo assim, separa os modalizadores epistêmicos em dois grandes grupos, segundo o efeito de sentido produzido seja uma indicação de certeza ou de possibilidade, mas adverte que a passagem de um grupo a outro é feita sem ruptura, tendo em vista que "entre o certo e o possível, a adesão do falante varia numa progressão contínua" (ibid., p.92)

A investigação de Dall'Aglio-Hattner difere de outros estudos funcionalistas sobre modalidade epistêmica – como, por exemplo, Hengeveld (1988, 1989), Dik (1989), Palmer (1979, 1986)⁹ etc. – que a apresentam de uma forma fragmentada.

Em Hengeveld (1988), por exemplo, as noções do eixo do conhecimento se encontram presentes em subdivisões do que o autor chama de modalidade objetiva e de modalidade epistemológica. A modalidade objetiva, que compreende todos aqueles meios lingüísticos por intermédio dos quais o falante avalia a realidade de um EC a partir de seu conhecimento dos ECs possíveis, está subdividida em duas, conforme o tipo de conhecimento no qual o falante constrói a sua avaliação do EC. Assim, há a *modalidade objetiva epistêmica*, se o conhecimento for de situações possíveis obtidas na concepção da realidade ou de situações

⁸ Uma exposição detalhada desse modelo pode ser conferida no item 2 do segundo capítulo do trabalho de Dall'Aglio-Hattner (1995).

⁹ Para uma apresentação mais detalhada dessas propostas, remetemos a Dall'Aglio-Hattner (1995), em que se encontra um exame minucioso de cada uma delas.

hipotéticas que o falante tem, e há a deôntica, quando o conhecimento é o de situações possíveis relativas a alguma sistema de convenções morais, legais ou sociais.

Na modalidade epistemológica, que envolve "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição" (Hengeveld, 1988, p.234), há a modalidade subjetiva epistêmica. Quando modaliza subjetivamente uma proposição, o falante se coloca como a fonte da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida na predicação, daí que a origem de uma proposição modalizada subjetivamente não pode ser questionada. É justamente esse fato que diferencia a modalidade subjetiva epistêmica da objetiva epistêmica.

Palmer (1986), por sua vez, afirma que o termo epistêmico se aplica "a qualquer sistema modal que indica o grau de comprometido do falante com o que diz" (p.51), e distingue dois grupos: o da evidência e o do julgamento. Ao primeiro pertencem as proposições que, afirmadas com relativa segurança, estão abertas ao questionamento do ouvinte, daí que exigem ou admitem justificação evidencial. Os julgamentos, por sua vez, são aquelas proposições afirmadas com dúvida, que se apresentam na condição de hipóteses e que, portanto, se encontram abaixo do questionamento evidencial.

Conforme podemos notar, nos trabalhos citados as noções ligadas ao eixo do conhecimento se dispersam em subtipos diferentes de modalidades, o que não é, conforme demonstra o trabalho de Dall'Aglio-Hattner, o único caminho possível para um tratamento adequado da modalidade epistêmica. Por outro lado, é importante destacar que, embora a considere como uma categoria individualizada, Dall'Aglio-Hattner desvenda as diferentes funções desempenhadas pela modalidade epistêmica na situação de interação. Desta forma, revela que, quando o falante qualifica epistemicamente uma proposição, ele não só a avalia como certa ou possível, mas também se posiciona com relação a essa avaliação. Já no caso da modalização epistêmica de um EC, o falante o descreve como certo ou possível, mas sem manifestar sua posição com relação a essa avaliação. No primeiro caso, a função da frase que está sendo encarecida é a interpessoal e, nesse caso, é a representacional.

A tese central do trabalho de Dall'Aglio-Hattner é a existência de uma correspondência entre o grau de comprometimento do falante e o nível em que atua o modalizador epistêmico. A autora verifica que, quando a qualificação epistêmica está no nível da predicação, o falante descreve a possibilidade de ocorrência de um EC sem a indicação das

evidências e apresenta a qualificação como independente da sua avaliação; daí que não se compromete com a verdade de seu enunciado. Por outro lado, quando a qualificação epistêmica está no nível da proposição, o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz; "nesse caso, o comprometimento do falante é expresso em diferentes graus, segundo as diferentes evidências apresentadas" (Dall'Aglio-Hattner, 1995, p.132).

Posteriormente, a autora aprofunda a investigação sobre a relação entre a modalidade epistêmica e a evidencialidade, esta última definida essencialmente como a indicação da fonte de informação a partir da qual o falante qualifica a proposição. Dall'Aglio-Hattner (2001) enfatiza que a evidencialidade, assim como a modalidade, recebe conceituações muito variadas, a ponto de ser definida por alguns autores que a investigam como a atitude do falante em relação à informação veiculada pela proposição, o que, conforme foi dito, é uma definição possível para a categoria das modalidades. Segundo a autora,

as razões para tamanha diversidade de conceituação são várias, e estão associadas, principalmente, ao entendimento de como a língua codifica, dentro do domínio semântico do conhecimento, a qualificação epistêmica: como modalidade e/ou como evidencialidade (Dall'Aglio-Hattner, 2001, p.4).

Examinando um conjunto de trabalhos que remetem, cada um a sua maneira, à discussão sobre a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade, Dall'Aglio-Hattner verifica que tais trabalhos seguem, de um modo geral, duas tendências: ou consideram a evidencialidade como uma categoria gramatical englobada pela modalidade epistêmica ou entendem que a evidencialidade é uma instância semântica superior e indispensável à qualificação modal epistêmica.

A partir daí Dall'Aglio-Hattner analisa, num vasto conjunto de textos, as construções epistêmicas e evidenciais na língua portuguesa considerando duas dimensões semânticas diferentes: a avaliação do falante sobre o valor de verdade da sua afirmação (o domínio modal) e a indicação do tipo de evidência que o falante tem para fazer sua afirmação (o domínio evidencial). Com essa análise, a autora demonstra que a evidencialidade é mesmo um domínio

semântico não só diferente da modalidade epistêmica, mas também hierarquicamente superior a ele. De acordo com Nuyts (1993, p.496), podemos dizer que "sem evidência, nenhuma avaliação de probabilidade de um estado de coisas é possível; pode-se então apenas dizer que não se sabe". Reforçando essa posição, concordamos com DeHaan (1997) ao afirmar que, embora os dois processos expressem a atitude do falante em relação ao enunciado que produz, evidencialidade e modalidade epistêmica são claramente diferentes: **enquanto os julgamentos epistêmicos são baseados no grau de certeza que o falante tem sobre o conteúdo enunciado, os evidenciais indicam as fontes a partir das quais o falante obteve a informação enunciada** (ibid., p.58-9; o grifo é nosso).

Com o trabalho de Dall'Aglio-Hattner, passamos a entender que muitos itens lexicais do português, até então classificados como modalizadores¹⁰ (por exemplo, os verbos *achar*, *crer*, e *acreditar*, na primeira pessoa do singular; o verbo *dizer*, quando usado com sujeito indeterminado ou seguido de "se", numa estrutura de voz passiva; o verbo *parecer*, na terceira pessoa do singular; etc.), são, de fato, parte do conjunto dos evidenciais.

Na verdade, a contribuição do trabalho de Dall'Aglio-Hattner vai além. Assumindo, "nos termos de Hoff (1986), que por meio da evidencialidade o falante indica a evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade da informação veiculada", a autora acredita na possibilidade de estabelecer "uma tipologia dos evidenciais a partir da observação dos diferentes modos pelos quais o falante teve acesso às evidências que ele apresenta" (p.21) e, assim, avança na investigação do tema ao analisar a expressão da evidencialidade em português utilizando como parâmetro os valores evidenciais propostos por Wilett (1988). Com isso, revelam-se não só quais desses tipos de evidenciais se encontram na nossa língua, mas também os seus efeitos de sentido.

3. Análise dos dados

A partir das considerações expostas, apresentamos o exame da modalidade no discurso de auto-ajuda. Tendo em vista que a evidencialidade é uma categoria superior à modalidade epistêmica, neste capítulo não analisamos os evidenciais presentes no corpus. Também não examinamos aqui as ocorrências de modais deônticos, cuja análise não contribuiria para alcançarmos os nossos objetivos. Considerando a hipótese que formulamos na introdução deste capítulo, o nosso foco é a análise dos modais epistêmicos.

¹⁰ Veja, por exemplo, Neves (1996).

Além dessa ressalva, esclarecemos que, embora a modalização seja um "fenômeno que se processa em todos os níveis de organização da linguagem" (Dall'Aglio-Hattner, 1995, p.3), a modalidade no discurso de auto-ajuda é investigada aqui somente por meio de itens lexicais (nomes, verbos, adjetivos, advérbios e locuções) modalizadores. Descartamos, portanto, a análise do modo e do tempo verbal enquanto formas de expressão da modalidade. Como essas categorias verbais estão presentes em quase todos os enunciados do cópua, sua análise não acrescentaria nada de especialmente relevante para a avaliação da hipótese que formulamos.

3.1. As asserções

Ao investigar a modalidade no texto de Lair Ribeiro, chamou-nos a atenção a predominância de enunciados afirmativos nos quais não se encontram modais epistêmicos. Trata-se de esclarecimentos que o sujeito-enunciador faz a respeito de diferentes aspectos do mundo que nos cerca, a respeito da vida, da realidade, etc, conforme os exemplos abaixo, selecionados ao acaso, dada a enorme quantidade de enunciados do mesmo tipo encontrados no cópua:

- (13) Nada impede você de continuar querendo e ambicionando mais coisas. (p.10)
- (14) Você tem na vida o que escolher. (p.17)
- (15) A realidade é algo subjetivo. (p.21)
- (16) A realidade mostra-me o valor que eu acho que tenho. (p.38)
- (17) Tudo o que é importante na vida é simples (p.39)
- (18) Quanto mais você aceita suas falhas, mais aprende com elas para fazer certo da próxima vez. (p.47)
- (19) Sucesso vai para quem tem sucesso. (p.57)
- (20) A vida é um eco. (p.74)
- (21) A vida que você leva foi criada por você. (p.117)
- (22) A maneira como você vai usar esses conhecimentos só depende de você. (p.119)

A ausência de modais nessas asserções não significa que se trate de enunciados sem modalidade; afinal, como vimos anteriormente até "a frase menos modalizada comporta uma modalidade mínima"¹¹, ou, como esclarece a quarta tese de Coracini "a modalidade pode manifestar o ponto de vista do enunciador apresentando-se textualmente implícita ou através de 'marcas' modais". Então, como "é improvável que um conteúdo asseverado em um ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante"¹², podemos dizer que essas asserções são enunciados com modalidade implícita.

Investigando a modalidade no discurso científico, Coracini (1991) esclarece que a modalidade implícita, muito freqüente nesse tipo de discurso, desempenha nele um duplo papel: "a) o de convencer, pelas afirmações, da verdade que está sendo enunciada; b) o de camuflar a 'origem' enunciativa: afinal, aparentemente, é o enunciado quem diz, o fato que se apresenta e não o sujeito-enunciador" (p.123).

Assim, percebemos que a ausência de um modal, especificamente de um epistêmico, é um recurso que confere credibilidade ao conteúdo desses enunciados, pois esses se apresentam como afirmações que independem do falante, ou melhor, de sua avaliação. Com isso, esses enunciados afirmativos podem ser mais aceitáveis para os interlocutores.

A respeito da ausência de modais, Kerbat-Orecchioni (1977, apud Coracini 1991), analisando a questão da modalidade numa perspectiva pragmática, afirma que a tal ausência deve ser entendida como parte de uma intencionalidade subjacente, ou seja, trata-se de um recurso que visa causar no co-enunciador a impressão de objetividade e neutralidade, favorecendo a veracidade do conteúdo asseverado.

Alexandrescu (1966, apud Koch, 1993) também investiga os efeitos de sentido da modalidade implícita. Para esse autor, a ocultação da modalidade epistêmica sempre deixa um rastro: embora a enunciação continue existindo, o locutor finge esquecê-la, criando a impressão de que não manifesta nenhuma atitude com relação a ela, de que seu ato é neutro e de que o valor de seus enunciados é objetivo. A ocultação modal é, nesse sentido, companheira de uma "retórica do neutro" em que o locutor, *para melhor convencer por meio do seu enunciado*, oculta sua enunciação, pois, mascarando sua hesitação, torna seu enunciado mais facilmente aceitável pelo interlocutor.

¹¹ Ver, no item 1 deste capítulo, a citação de Cervoni.

¹² Ver, no item 2 deste capítulo, a primeira citação de Neves.

Entendemos, portanto, que a ocultação da avaliação epistêmica nos enunciados em questão lhes imprime, como efeito de sentido, *uma aparente neutralidade*, aumentando-lhes o efeito de *veracidade do conteúdo asseverado* e, conseqüentemente, a credibilidade.

Entretanto, enquanto os autores citados entendem a ocultação da modalidade como uma estratégia argumentativa, que atende às intenções do sujeito-enunciador, colocamos a questão num outro nível, assumindo que se trata de algo diverso de uma busca individual de credibilidade (embora sem deixar de reconhecer que esse seja um efeito de sentido obtido a partir das afirmações sem modais epistêmicos): trata-se, para nós, de uma determinação discursiva, ligada ao conjunto de coerções semânticas que constituem o discurso de auto-ajuda, o que aponta para a confirmação da hipótese que formulamos, isto é, que a manifestação da certeza é um dos traços semânticos desse discurso.

Lembremos que Dall'Algio-Hattner define o eixo do epistêmico como um *continuum* entre o certo e o possível. Assim, podemos supor que quanto maior a certeza do sujeito-enunciador a respeito do que diz, menor a necessidade de utilização de epistêmicos, pois, no ponto extremo da certeza, o que se encontra é um "enunciador que avalia como verdadeiro o conteúdo do enunciado que produz, apresentando-o como um asseveração (afirmação ou negação), **sem espaço para a dúvida e sem nenhuma relativização** (Neves, 1996, p.179, o grifo é nosso).

Portanto, concluímos que a manifestação da certeza pode ocorrer também de uma forma não-marcada, isto é, quando não há modalizadores epistêmicos, como no caso das asserções em questão. Nessas, o sujeito-enunciador se compromete com a verdade do que diz de um modo diferente: ao invés de explicitar que considera certo o conteúdo do seu enunciado, o falante descarta os modalizadores epistêmicos, apresentando seu enunciado como uma verdade indiscutível. Afinal não há nada mais certo do que aquilo que se afirma como algo que independe de quem o disse, isto é, independente de sua avaliação. Neves (1996) reforça essa tese quando nos lembra que "facilmente se atribui maior grau de certeza/evidência/precisão a enunciados sem marcas atitudinais que revelam passagem pelo conhecimento e julgamento do falante" (p.186).

Por outro lado, vimos, no trabalho de Dall'Aglio-Hattner, que a avaliação epistêmica é, na verdade, hierarquicamente inferior à evidencial, tese defendida especialmente por Nuyts (1993), segundo o qual as relações evidenciais estão alojadas nas bases cognitivas da

linguagem, o que significa dizer que a *evidencialidade atua na origem de qualquer situação enunciativa*. Assim,

todo julgamento modal está baseado em uma evidência; o que pode variar, é a qualidade da evidência que se tem. Como o próprio autor afirma, "sem evidência, nenhuma avaliação de um estado-de-coisas é possível – pode-se, então, simplesmente dizer que não se sabe" (Dall'Aglio-Hattner, 2001, p.9-10).

A partir dessa tese de Nuyts, que considera a evidencialidade como um componente básico da enunciação, Dall'Aglio-Hattner revela que a qualificação epistêmica é feita a partir do conjunto das evidências - conhecimentos e crenças que o falante possui - que pode ou não ser explicitado. Os evidenciais indicam que tipo de evidência está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado. Desse modo,

se o falante escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, ele oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação. A avaliação da verdade de uma proposição será feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção visual ou auditiva, uma inferência ou suposição do próprio falante.

O falante também pode optar por não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for do domínio comum ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que é um conhecimento compartilhado. Dessa forma, a qualificação epistêmica incide sobre um estado de coisas que é considerado certo ou possível segundo uma avaliação apresentada como independente da crença do falante (Dall'Aglio-Hattner, 2001, p.10-11).

Com esses esclarecimentos, e tendo em vista principalmente o fato de a *evidencialidade atuar na origem de qualquer situação enunciativa*, entendemos, então, que atua também nos contextos em que não está explícita. Assim, a respeito das asserções do discurso que estamos analisando, podemos dizer que se trata também de um caso de ocultação da evidencialidade, isto é, do conjunto de conhecimentos a partir dos quais o falante realiza a sua avaliação epistêmica. Como não indica o tipo de evidência de que dispõe, o sujeito-enunciador impede seu interlocutor de avaliar por si próprio a confiabilidade da informação, e confere ao conteúdo do enunciado, como efeito de sentido dessa ocultação, a aparência de que se trata de um

conhecimento comum, de uma verdade conhecida, o que, certamente, contribui para a sua aceitação.

Tendo em vista que a nossa perspectiva é a da AD, sugerimos, então, que, em se tratando de discurso, o conjunto de conhecimentos e crenças a partir dos quais um sujeito-enunciador pode fazer uma asserção está relacionado ao lugar de onde enuncia, isto é, um lugar discursivo; dito de outra forma: ser sujeito-enunciador de um discurso (no caso, do discurso de auto-ajuda) significa, entre outras coisas, assumir um certo conjunto de crenças, comprometer-se com certas verdades. Assim, embora as asserções pareçam independentes das crenças do sujeito-enunciador, sua validade enquanto verdade está circunscrita aos limites do(s) discurso(s) no(s) qual(is) circula, o que, obviamente, não é assumido nem colocado em questão por esse sujeito discursivo, daí a ocultação da evidencialidade. Além disso, ser sujeito de um discurso também significa assumir o *ethos*¹³ desse discurso, isto é, não é só o *dizer* que define a adesão a um discurso, mas também um certo *modo de dizer*. No caso em questão, parece-nos que a certeza é o traço básico do *ethos* do discurso de auto-ajuda, o que justifica o comprometimento incondicional do sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda com as teses que enuncia¹⁴.

Quanto ao *saber* a partir do qual os enunciados são formulados, Kerbrat-Orecchioni (1977, apud Coracini, 1991) tem, *mutatis mutandis*, um ponto de vista parecido ao que apresentamos, sustentando que mesmo os enunciados gerais e universais (referentes a verdades universais, científicas) são verdades apenas com relação a um sistema de crenças, um ponto de vista, um certo modo de apreensão do real. No entanto, talvez fosse melhor dizer que esses enunciados dependem dos parâmetros estabelecidos pelas disciplinas em cujos interiores são formulados, para não reduzirmos tudo a uma questão de crença, tendo em vista que os enunciados de uma ciência são formulados também a partir dos métodos, das regras e dos procedimentos aplicados por ela.

Portanto, no caso das asserções do discurso de auto-ajuda, não é apenas a ocultação da modalidade o que lhes garante credibilidade. Também a ocultação da evidencialidade produz esse efeito. Nesse sentido, podemos parafrasear o esclarecimento de Neves apresentado acima,

¹³ Maingueneau (1989) define *ethos* como o conjunto de propriedades que os sujeitos discursivos se conferem implicitamente, isto é, o que eles revelam de si pelo próprio modo como se expressam .

¹⁴ Utilizaremos os resultados da análise aqui desenvolvida para investigarmos o *ethos* da auto-ajuda no próximo capítulo.

segundo o qual no extremo da certeza não há espaço para a dúvida nem para a relativização, dizendo que aí não há espaço para os evidenciais (que, indicando o tipo de evidência que está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado, subordinam automaticamente a aceitação desse enunciado à credibilidade que tal evidência desfruta com o interlocutor) nem para os epistêmicos - nem mesmo os de certeza - que, de uma forma mais ou menos intensa, retomam o sujeito-enunciador, oculto na sombra de um enunciado que apresenta como se fosse independente do seu julgamento. O sujeito-enunciador, por estar tão certo do que diz (tendo em vista que se trata de uma crença discursiva), dispensa o emprego de qualquer evidencial e de qualquer marcador epistêmico, apresentando o que diz como algo inquestionável, que independente de sua crença e de sua avaliação.

Passemos agora à análise dos enunciados nos quais se verifica a presença de modalizadores.

3.2. O poder do poder do discurso de auto-ajuda

Fazendo o levantamento dos itens lexicais modalizadores, encontramos 57 ocorrências do auxiliar modal *poder*, que passamos a analisar nas próximas linhas, tendo em vista que se trata do modalizador mais freqüente do cópulus.

Koch (1981), desenvolvendo um estudo semântico-pragmático desse verbo modal, na perspectiva de uma gramática comunicativa, enfatiza o potencial comunicativo do Português, enquanto sistema lingüístico, ao explorar a polissemia desse auxiliar. Segundo a autora, esse é um dos "modais que, em língua portuguesa, apresenta maior número de matizes de significado, quer do ponto de vista puramente semântico, quer sob o ângulo de sua força ilocucionária" (p.103). Do ponto de vista semântico, o verbo *poder* exprimir os seguintes valores: a) permissão (ex.: Os alunos podem fumar na classe/Seu amigo pode dormir aqui em casa hoje); b) possibilidade (ex.: Lúcia pode chegar hoje/Pode chover amanhã/Podemos encontrar o professor na festa); c) capacidade (física, moral ou legal) ou habilidade (capacidade física: Ele pode caminhar muitas léguas sem se cansar; capacidade moral: Os pais podem aconselhar bem os filhos; capacidade legal: O maior de 18 anos pode contrair matrimônio sem autorização do pai ou responsável; habilidade: ele pode fazer várias coisas ao mesmo tempo). Seguindo a

terminologia apresentada no item 2 deste capítulo, temos respectivamente: modalidade deôntica, modalidade epistêmica e modalidade dinâmica.

Koch esclarece também que, em certos enunciados, ocorre ambigüidade entre poder-possibilidade, poder-capacidade e poder-permissão. Para exemplificar, cita o enunciado "A menina pode comprar o bolo", que pode receber as seguintes leituras: a) a menina tem o poder de comprar o bolo, isto é, possui dinheiro suficiente (poder = capacidade); b) a menina tem permissão para comprar o bolo (poder = permissão); c) é possível que a menina compre o bolo (poder = possibilidade).

Em função do valor polissêmico do modal *poder* enquanto elemento de um sistema lingüístico, é preciso buscar no contexto em que é empregado elementos que revelem a leitura adequada¹⁵.

No caso em questão, o "contexto" é o discurso de auto-ajuda. Esse discurso, de um modo geral, sustenta que cada indivíduo é o responsável pelo próprio destino, pois tem o poder, a capacidade de atrair coisas boas ou ruins de acordo com a atitude mental¹⁶ e que, portanto, também tem o poder¹⁷ de mudar os aspectos da vida com os quais não está satisfeito, conforme revelam os exemplos abaixo:

- (23) Você tem na vida o que escolher. E sua mente é tão poderosa que vai lhe entregar o que você pedir. (Ribeiro, 1992, p.17)
- (24) Existe uma força especial que vem de dentro de você (ou do Universo, como você quiser) sem que você precise gritar SHAZAM. (ibid., p.35)
- (25) A vida que você leva foi criada por você e não pelas circunstâncias. (ibid., p.118)
- (26) O sucesso esteve e estará sempre em suas mãos. (ibid., p.119)
- (27) E você conhece a frase, que o homem foi feito à imagem e semelhança de Deus. Isso também é verdade. E na semelhança você entende que os poderes que até então só foram atribuídos a Ele, Deus, na verdade você também os tem. Você também é Deus, se faz parte Dele, também é Ele. Portanto, você é um ser criador. E ser criador quer dizer o

¹⁵ Retomando o quinto postulado de Coracini (1991), entendemos melhor a importância do contexto para a leitura adequada dos modais: "as marcas 'modais' em si não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito-enunciador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto" (p.120).

¹⁶ A esse respeito, vale a pena citar o título um exemplar de auto-ajuda: *ABC do poder da mente* (Rocha, 1995).

¹⁷ Alguns livros pregam que esse "poder criador" é dado aos homens por Deus; para outros se trata apenas da "força do pensamento", do "poder do subconsciente", etc.

seguinte: você tem o poder de fazer acontecer as coisas na sua vida. Isso através do seu pensamento. (Ricardino, 1997, p. 24)

- (28) O que quer que você pense se manifesta. A energia se segue ao pensamento. (ibid., p.24)
- (29) Tudo que acontece na sua vida foi você que criou. Essa é a parte mais bonita e mais perigosa, porque ao mesmo tempo em que você pode criar uma situação muito boa, você pode criar também uma situação muito ruim, com base naquilo que você deseja, naquilo que você acredita, que pensa e naquilo que fala. (ibid., p.25)
- (30) Todos os dias você tem a capacidade e a permissão de tomar novos rumos, decidir coisas novas, transformar aquilo que é velho. (ibid., p.27)
- (31) Quer dizer: a chave de tudo, do sucesso ou do fracasso, está dentro de nós. Nós viemos com todo esse poder. Só não foi dito isso para nós, no nosso nascimento. Aliás, não foi feito nenhum manual de funcionamento. Então as pessoas funcionam sem saber como funcionam. Não foi dito assim: "*Acredite em você que você pode qualquer coisa*". (ibid., p.61)
- (32) Tendes o poder de mudar uma condição infeliz, vibrando sobre ela a varinha de vossa palavra. (...) A vossa faculdade imaginativa é a faculdade criadora e é de grande importância escolherdes palavras que dêem um clarão da realização do pedido. (Prado, 1992, p.45)
- (33) Tendes o poder de dissolver a cerração que cobre a vossa vida, seja ela pela falta de bens, de saúde, de amor ou de felicidade, pelo emprego de vossa palavra proferida e manifestando os sentimentos de amor e harmonia. (ibid., p.46)
- (34) Todo poder vos é dado para, pelo vosso reto pensar, trazerdes o céu à terra, sendo esse o objeto do "jogo da vida". (ibid., p.149)

Em função desses enunciados, imaginamos que o emprego do auxiliar *poder* como modal dinâmico, que exprime capacidade, deveria ser freqüente no cópula, o que realmente se confirmou, conforme veremos mais adiante. Assim, entendemos que em enunciados como:

- (35) Qualquer um pode aprender a aumentar tremendamente a sua capacidade mental¹⁸. (p.25)
- (36) Você pode mudar a sua vida. (p.59)
- (37) Do mesmo modo, podemos criar Sucesso na nossa vida. (p.26)

com relação ao emprego de *poder*, recebem as seguintes leituras, respectivamente:

- (35') "Qualquer um tem a capacidade de/a habilidade de/as condições para aprender a aumentar tremendamente a sua capacidade mental" ou "Qualquer um consegue aprender a aumentar tremendamente a sua capacidade mental".
- (36') "Você tem a capacidade/a habilidade/o poder de mudar a sua vida" ou "Você consegue mudar a sua vida".
- (37') "Do mesmo modo, nós temos a capacidade/a habilidade/o poder de criar Sucesso na nossa vida" ou "Nós conseguimos criar Sucesso na nossa vida".

Lembremos que, segundo Palmer, a modalidade dinâmica sugere que há circunstâncias no mundo real que tornam possível ou necessária a realização de um EC; com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito – que está presente nos exemplos em questão - essas circunstâncias são *características do sujeito*. Sendo assim, os exemplos (35), (36) e (37) podem ser entendidos da seguinte forma, respectivamente: (35) "qualquer um é tal que consegue aprender a aumentar a sua capacidade mental", "qualquer um tem tais propriedades que consegue aprender a aumentar a sua capacidade mental", ou "qualquer um tem a capacidade de aprender a aumentar a sua capacidade mental"; (36) "você é tal que consegue mudar a sua vida", "você tem tais propriedades que consegue mudar a sua vida", ou "você tem a capacidade de mudar a sua vida"; (37) "nós somos tais que conseguimos criar sucesso na nossa vida" ou "nós temos tais propriedades que conseguimos criar sucesso na nossa vida", ou ainda "nós temos a capacidade de criar sucesso na nossa vida".

Se fizéssemos uma leitura epistêmica, teríamos as seguintes paráfrases:

- (35'') É possível que qualquer um aprenda a aumentar a sua capacidade mental.
- (36'') É possível que você mude de vida.
- (37'') Do mesmo modo, há a possibilidade de criarmos Sucesso na nossa vida.

Nesse caso, o sujeito-enunciador estaria avaliando a possibilidade de ocorrência de um EC, isto é, manifestando incerteza a respeito do que diz. Embora essa leitura seja perfeitamente

¹⁸ Os exemplos analisados são todos de Ribeiro (1992).

possível para esses enunciados se estivessem em outros contextos, ou mesmo fora de contexto, no discurso de auto-ajuda ela se enfraquece em função de outros enunciados desse discurso¹⁹ que, conforme vimos, conduzem-nos para a leitura dinâmica. Uma vez que o sujeito-enunciador desse discurso prega aos seus leitores que eles acreditem no próprio potencial para mudar de vida, alcançar o sucesso, etc., como uma condição para que seus anseios e projetos se realizem, seria muito improvável que ele, na condição de explanador de um saber²⁰, manifestasse incerteza a respeito das teses que apresenta.

Reforçam essa leitura os enunciados que se encontram próximos aos que estamos analisando. Vejamos, por exemplo, o parágrafo no qual se encontra o exemplo (37): "A cada momento estamos criando em nosso cérebro a nossa própria realidade. Do mesmo modo, podemos criar Sucesso na nossa vida" (p.26). Ora, parece-nos claro que esse fragmento pode ser parafraseado da seguinte forma: "Como somos nós que criamos a nossa própria realidade em nosso cérebro, nós conseguimos também criar sucesso na nossa vida". Trata-se mais da revelação de um poder/de uma capacidade da mente humana, do que da manifestação de uma incerteza.

Em função desses esclarecimentos, passamos a investigar a possibilidade de uma leitura dinâmica também para aqueles enunciados nos quais a leitura epistêmica seria mais óbvia. Assim, exemplos como

(38) Você pode ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás.
(p.25)

podem receber as seguintes leituras:

a) É possível que você seja hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás. (poder = possibilidade; valor epistêmico)

¹⁹ Lembremos que, na AD, o sentido das palavras, das expressões e dos enunciados se configura no interior das formações discursivas que as empregam, a partir das relações que estabelecem com outras palavras, expressões e enunciados desse mesmo discurso. A esse respeito, ver Pêcheux, 1988.

²⁰ Lair Ribeiro chama esse saber de "a Ciência do Sucesso".

b) Você é tal (ou "tem tais propriedades") que consegue/que tem as condições para ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás. (poder = capacidade; valor dinâmico).

O enunciado em questão aparece inserido no seguinte contexto: "É preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas possam mudar. Inclusive você. Você pode ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás". Parafraseando, temos: "é preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas *consigam/tenham condições de mudar*". Percebemos, portanto, que o sujeito-enunciador está se referindo à não fixidez das situações, ao fato de que elas são passíveis de uma alteração; assim, em função do contexto em que se encontra o enunciado (38), entendemos que a leitura dinâmica lhe é mais adequada.

Quando expusemos as características da modalidade dinâmica orientada para o sujeito, vimos que, embora normalmente apenas os seres animados tenham habilidades, Palmer entende que ela também se aplica a seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias ou o "poder" para provocar a realização de um evento. Sendo assim, incluímos entre esses enunciados que admitem dupla leitura, aqueles cujo sujeito é um ser inanimado. Vejamos alguns exemplos e as leituras possíveis:

(39) Assim é na vida, tudo que acontece pode ser sorte ou azar.

a) Assim é na vida, tudo que acontece é possível que seja sorte ou azar. (leitura epistêmica)

b) Assim é na vida, tudo que acontece é tal (ou "tem tais propriedades/características") que tem condições de ser sorte ou azar.

(40) O azar pode ser sorte.

a) É possível que o azar seja sorte.

b) O azar é tal que tem condições de ser sorte.

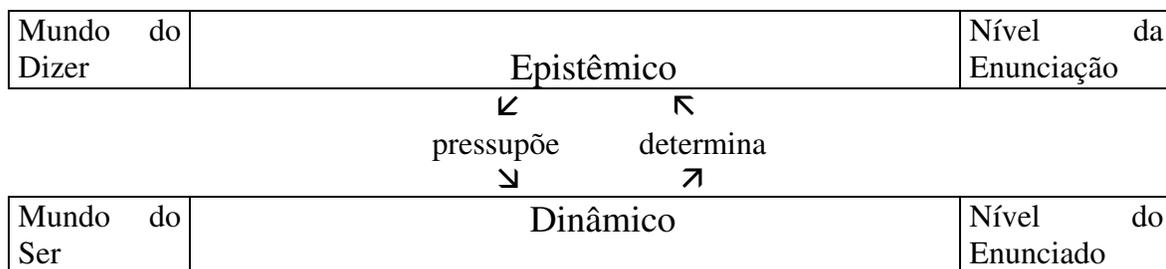
Para os exemplos (39) e (40) a leitura dinâmica pode parecer pouco esperada. Entretanto, essa leitura nos parece autorizada em função de certos enunciados que encontramos no *cópus*, como:

- (41) A realidade é algo subjetivo. (p.21)
- (42) O segundo problema de ilusão é pensarmos que "o que é sempre é". (p.25)
- (43) Com a expansão da mente e a mudança de percepção, através de técnicas como as que ensinamos neste livro e em nossos cursos, é possível inverter esta relação e criar uma nova realidade. (p.27)

Assim, ao afirmar "o azar pode ser sorte", o sujeito-enunciador está, na verdade, tratando de uma das características, das propriedades do "azar" (mais exatamente de sua mutabilidade, de sua condição de ser alterado) e não simplesmente manifestando uma incerteza a respeito do que diz. É como se estivesse dizendo a seus leitores: "diante do poder da mente, nada na vida é definitivo, conseguimos alterar todas as situações, conseguimos até mesmo transformar uma situação ruim, isto é, uma situação de *azar*". Por outro lado, como o discurso de auto-ajuda insiste na importância da crença, uma outra paráfrase possível para o enunciado (40) seria: *Para quem acredita, o azar é sorte*. Desse modo, embora não estejamos descartando a leitura epistêmica de enunciados como o exemplo (40), acreditamos que o contexto no qual se encontram conduz também à leitura dinâmica.

De fato, essa possibilidade de uma dupla leitura epistêmica e dinâmica tem seus fundamentos além do discurso de auto-ajuda, pois existe mesmo uma relação muito especial entre essas modalidades, que conduz a nossa atenção para a relação enunciado e enunciação. A esse respeito, reportamo-nos a Neves (1999-2000), segundo a qual "as quatro modalidades representam realces perceptivos da fronteira entre enunciação e enunciado" (p.100). Para cada modalidade, há uma orientação diferente, o que a autora esclarece a partir de um esquema, do qual reproduzimos a seguir, de uma forma simplificada, a parte que se refere às modalidades epistêmica e dinâmica²¹:

²¹ No esquema que apresenta, a autora trata também da relação entre a modalidade deôntica e a alética.



Pelo esquema, notamos que os modais dinâmicos levam verticalmente aos epistêmicos. Essa relação, de acordo com a autora, nasce do fato de que, do ponto de vista pragmático, os epistêmicos pressupõem os dinâmicos: alguém crê que alguém fará algo, porque está capacitado para isso. Já numa visão horizontal, os epistêmicos afetam o mundo do dizer (o crer), enquanto os dinâmicos afetam o mundo do referente, pois o fazer é uma faceta do ser.

Nesse mesmo trabalho, Neves comenta os resultados de pesquisa que fez sobre o valor polissêmico dos verbos modais no Português contemporâneo. Analisando textos escritos, verifica que o verbo *poder* é empregado essencialmente (em 75% dos casos) como epistêmico.

Com os esclarecimentos que encontramos no trabalho de Neves, podemos dizer que o discurso de auto-ajuda segue uma tendência contrária à maior parte dos discursos correntes a partir dos quais os sujeitos enunciam, que são, provavelmente, bem menos otimistas que o discurso de auto-ajuda. Este desperta, ou melhor, revigora no verbo *poder* o matiz de sentido dinâmico que se encontra por trás do seu valor epistêmico. Embora o valor dinâmico sempre esteja presente nos empregos epistêmicos do verbo *poder* (conforme o esquema apresentado por Neves), ele não se manifesta necessariamente em qualquer discurso, ao contrário do que acontece com o discurso de auto-ajuda, que resgata esse valor, o que provoca, certamente, um enfraquecimento no valor epistêmico deste auxiliar como recurso para manifestar incerteza.

Tendo esclarecido as leituras que fizemos do verbo *poder*, apresentamos a seguir a Tabela 1, na qual se encontra o levantamento do emprego deste modal no *cópus* que analisamos.

Tabela 1: Emprego do verbo poder

Valor	Nº de ocorrências	%
Deôntico	02	03,5%
Exclusivamente epistêmico	10	17,6%
Epistêmico e Dinâmico	11	19,2%
Dinâmico	34	59,7%
Total	57	100%

A tabela nos revela que, no *córpus* analisado, é mais freqüente o emprego de *poder* com valor dinâmico, enquanto seu emprego como modalizador epistêmico é baixo, o que aponta para a confirmação da hipótese que fizemos a respeito da manifestação da dúvida como sendo um traço semântico rejeitado pelo discurso em questão. Reforça essa confirmação o fato de que o *poder* epistêmico, em nenhum dos casos encontrados, faz parte de um enunciado que se refere, segundo nossa análise, a alguma das teses constitutivas do discurso de auto-ajuda. Sua ocorrência está limitada a enunciados que se referem a temas por assim dizer circunstanciais. Vejamos um exemplo:

- (44) Nos Estados Unidos, alguns executivos deixam de ser promovidos por se recusarem a usar gravata. Esse costume *pode* mudar, mas no momento a gravata ainda é um símbolo de prestígio e respeito em muitos ambientes profissionais ou sociais. Há profissões onde não é a gravata que conta, mas outro tipo de roupa, equipamentos de uso pessoal em bom estado. Você confiaria sua saúde a um médico de jaleco manchado de sangue, óculos quebrados e estetoscópio remendado? (p.69)

Esse fragmento está numa parte do livro na qual o autor discute a importância da boa aparência no que ele chama de "comunicação com o mundo". Claramente, o foco é a defesa da idéia de que a boa aparência é algo importante *e não o uso da gravata em si*, que, nesse sentido, é um exemplo aduzido para defender a idéia de que "só se tem uma oportunidade para causar uma primeira boa impressão no contato com alguém" (p.69). Isso se confirma inclusive pelo fato de a referência à gravata é rapidamente abandonada, assumindo outro tema (*há profissões onde...*). Portanto, a baixa ocorrência de *poder* com valor epistêmico no *córpus* reforça nossa hipótese inicial, tendo em vista que não se trata de uma manifestação de incerteza relacionada à apresentação das teses do discurso de auto-ajuda. Além disso,

conforme veremos no próximo item, quando emprega esse modalizador, o sujeito-enunciador **não assume como sua** a incerteza presente em seu enunciado.

3.3 A modalidade epistêmica

Analisamos neste item os modalizadores epistêmicos presentes no *cópus*. Para tanto, apresentamos inicialmente um levantamento de todos os modalizadores que encontramos.

Tabela 2: Classificação dos modalizadores presentes no *cópus*

Tipo de modalizador	Nº de ocorrências	%
Epistêmico/Dinâmico	11	11,4
Epistêmico	18	18,8
Deôntico	33	34,4
Dinâmico	34	35,4
Total	96	100

Conforme mostra a tabela, o número de modalizadores presentes no *cópus* é pequeno: em 112 páginas, existem somente 96 modalizadores, dos quais apenas 18 são epistêmicos (menos de 20% das ocorrências). A tabela seguinte apresenta-os divididos conforme a camada em que se encontram (predicação ou proposição).

Tabela 3: Classificação dos modalizadores epistêmicos segundo a camada em que atuam

Nível de atuação	Nº de ocorrências	%
Predicação	10	55,6
Proposição	08	44,4
Total	18	100

Embora o número de ocorrências de epistêmicos de proposição seja bastante próximo ao de predicação, verificamos que a qualificação epistêmica de um EC é o que predomina com 10 ocorrências. Essas são todas do verbo auxiliar *poder*, conforme apresentado na Tabela 1. Segundo vimos no trabalho de Dall'Aglio-Hattner, a qualificação epistêmica de um EC se

apresenta como independente da avaliação do falante; "desta forma não há nenhuma manifestação do comprometimento do falante com a verdade de seu enunciado" (Dall'Aglio-Hattner, 1995, p.132), o que "constitui poderoso recurso para sugerir distanciamento; com isso o falante, adquirindo foros de isenção, obtém dar maior autoridade a suas declarações" (Neves, 1996, p.181). Por isso, embora as dez ocorrências em questão sejam manifestações de possibilidade, elas não se apresentam como manifestações de incerteza do falante em si, que se esquivam desse comprometimento, **apresentando a possibilidade como algo que independe dele**, o que parece ser mais um indício da pertinência da hipótese que formulamos.

Quanto à qualificação epistêmica de proposição, todas as ocorrências do *córpus* são de advérbios, o que também reforça a nossa hipótese tendo em vista que, embora nesse tipo de qualificação epistêmica o nível do comprometimento do falante seja maior do que no caso da qualificação epistêmica de predicação, em se tratando de efeito de sentido, temos o mesmo resultado, pois, conforme postula Nuyts (1993), a qualificação expressa por advérbios modalizadores é recebida pelos interlocutores **como independente da avaliação do falante**.

Ou seja, não há no *córpus* modalizadores que manifestem incerteza assumida pelo sujeito-enunciador. Aliás, embora tenhamos optado por não investigar os evidenciais, notamos que não há no *córpus* verbos de opinião e crença (como *achar*, *crer* e *acreditar*) que, empregados na primeira pessoa do singular, são os principais recursos de manifestação de dúvidas e incertezas assumidas pelo falante, tendo em vista que a evidencialidade que eles indicam é uma crença ou inferência do próprio falante²². Também estão totalmente ausentes construções com efeito de sentido semelhante, como "eu tenho a impressão de que", "parece-me que", "penso que", etc. Como indicam que a inferência é do próprio falante, esses evidenciais intensificam o grau de incerteza do enunciado.

Assim, existem no *córpus* registros de incerteza, mas não de incerteza assumida pelo sujeito-enunciador quanto às teses do discurso de auto-ajuda, indício de que caminhamos para a confirmação de nossa hipótese. Notamos que os advérbios modalizadores, assim como o que aconteceu com o emprego epistêmico do verbo *poder*, se encontram em enunciados ligados a explicações sobre as teses do discurso de auto-ajuda, mas não em enunciados que as apresentam. Nos enunciados que trazem especificamente essas teses, não há nenhuma manifestação de incerteza, isto é, o sujeito-enunciador desses enunciados não diz "talvez você

consiga mudar de vida", "provavelmente o poder da mente funciona", "quem sabe Deus nos ajuda se tivermos fé", etc. Pelo contrário, no que se refere à exposição das fórmulas desse discurso, o que notamos é a presença de um sujeito-enunciador bastante convicto do que diz.

3.4. "É possível": epistêmico ou dinâmico?

Além dos modalizadores citados, foram encontrados no cópuz oito ocorrências da locução "é possível" seguida de um verbo no infinitivo. Normalmente, essa locução é seguida pela conjunção integrante "que", junto com a qual forma um modalizador epistêmico, que qualifica como possível a ocorrência de um EC, por ter como escopo a predicação. Entretanto, nos enunciados encontrados no cópuz, nos quais essa locução é seguida de um infinitivo, percebemos que ela não tem valor epistêmico. Vejamos alguns exemplos:

- (45) É possível aprender em uma hora o que se costumava aprender em uma semana. (p.37)
- (46) É possível curar uma fobia (um medo exagerado) em cinco minutos utilizando a programação neurolingüística (p.94)
- (47) É possível fazer qualquer coisa tornar-se interessante (...). (p.101)

Certamente, para esses enunciados a leitura epistêmica não é adequada. Se assim o fosse, teríamos as seguintes paráfrases:

- (45') É possível que se aprenda em uma hora o que se costumava aprender em uma semana.
- (46') É possível que se cure uma fobia (um medo exagerado) em cinco minutos utilizando a programação neurolingüística.
- (47') É possível que se faça qualquer coisa tornar-se interessante.

²² A esse respeito, reportamo-nos a Dall'Aglio-Hattner (2001, p. 57).

Na verdade, o que temos nesses enunciados não é uma manifestação de incerteza, mas a afirmação de que uma existem condições²³ que garantem, que asseguram a realização de uma certa ação (aprender em uma hora o que se aprende em uma semana, curar uma fobia em cinco minutos, fazer qualquer coisa tornar-se interessante), isto é, que essa ação é passível de ser realizada, que as pessoas conseguem realizá-las, desde que acreditem nisso, conforme já dito. Nesse sentido, entendemos que esses enunciados podem ser parafraseados da seguinte forma:

- (45") "Consegue-se aprender em uma hora o que se costumava aprender em uma semana" ;
 "Pode-se aprender em uma hora o que se costumava aprender em uma semana";
 "Qualquer um pode/consegue aprender em uma hora o que se costumava aprender em uma semana".
- (46") "Consegue-se curar uma fobia em cinco minutos utilizando a programação neurolingüística"; "Pode-se curar uma fobia em cinco minutos utilizando a programação neurolingüística";
 "Qualquer um pode/consegue curar uma fobia em cinco minutos utilizando a programação neurolingüística".
- (47") "Consegue-se fazer qualquer coisa tornar-se interessante",
 "Pode-se fazer qualquer coisa tornar-se interessante",
 "Qualquer um pode/consegue fazer qualquer coisa tornar-se interessante".

Embora as leituras sejam próximas, o que diferencia essa última da anterior epistêmica é essencialmente a ausência do registro da incerteza. Assim, parece-nos que o "é possível" do discurso de auto-ajuda esteja relacionado à modalidade dinâmica, a despeito de não termos encontrado nenhuma referência específica a isso na bibliografia disponível sobre o assunto²⁴.

²³ Essas condições, conforme vimos anteriormente, estão relacionadas ao "poder da mente".

²⁴ Talvez alguns entendam que se trata de um modalizador alético, porém devemos lembrar de que não há consenso a respeito da expressão dessa modalidade em língua natural.

4. Conclusões parciais

Neste capítulo, analisando a expressão da modalidade no discurso de auto-ajuda, encontramos um conjunto de sinais que apontam para a confirmação da hipótese de que a manifestação da certeza é um dos traços que constituem esse discurso, ao passo que a manifestação da dúvida é um dos que rejeita. Retomando esses sinais, temos: (i) a análise que fizemos a respeito das asserções; (ii) o pequeno número de modalizadores encontrados no *cópus*; (iii) o pequeno número de modalizadores epistêmicos que figuram entre os modalizadores; (iv) a predominância de verbos auxiliares (que qualificam um EC sem o comprometimento do falante) entre os modalizadores epistêmicos encontrados. Enfim, a confirmação da hipótese se apóia especialmente no fato de que não encontramos nenhum registro de incerteza assumida pelo sujeito-enunciador dos enunciados analisados. Certo do que diz, esse sujeito-enunciador sempre se distancia de seus enunciados quando neles há marcas do possível (isto é, do que não é dado como certo, como garantido). Trata-se, portanto, de um sujeito-enunciador que foge do terreno da incerteza, aumentando a credibilidade do que diz.

Capítulo 2 - O *ethos* do discurso de auto-ajuda

Introdução

No interior do que costumeiramente se chama de AD, a abordagem de Maingueneau (1984) se distancia em certos aspectos de outras propostas de investigação essencialmente pela forma de lidar com a questão da heterogeneidade constitutiva dos discursos. Enquanto os trabalhos que se inscrevem na linha teórica de Pêcheux e de Courtine estão mais voltados para a definição de classes de seqüências parafrásticas de um mesmo enunciado no interdiscurso, Maingueneau, embasando-se no princípio de que a identidade de um discursivo vem da relação com o Outro, propõe que uma formação discursiva deve ser apreendida como uma *interação entre formações discursivas*. Segundo o autor, isto implica que

a identidade discursiva está construída na relação com o Outro. Não se distinguirão, pois, duas partes (...) a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade. Mesmo na ausência de qualquer marca de heterogeneidade mostrada, toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade. (...) Dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso, etc., *mas de um trabalho sobre outros discursos* (Maingueneau, 1989, p.119-120).

Partindo da tese do primado do interdiscurso, Maingueneau, conforme já dito, concebe o discurso como um "sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação" (1984, p. 9), estabelecendo, para a sua apreensão, um método de análise que se revela como um "*sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*" (ibid., p. 30).

Tendo em vista que Maingueneau define o discurso como um sistema de coerções semânticas globais, isto é, um conjunto de traços semânticos que restringe, ao mesmo tempo, todos os planos do discurso (vocabulário, temas tratados, intertextualidade, instâncias de enunciação etc.), podemos dizer que a sua abordagem também se distingue de outras por ser mais abrangente. Voltada para a exploração do discurso em toda a sua complexidade, procura

apreendê-lo sem privilegiar um ou outro de seus "planos", "mas integrando-os todos de uma vez, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação" (Maingueneau, 1984, p.81). A esse respeito, o autor afirma:

Qualquer leitor ou ouvinte um pouco atento percebe muito bem que a identidade de um discurso não é somente uma questão de vocabulário ou de proposições, que ela depende de fato de uma coerência global que integra múltiplas dimensões textuais, mas as análises que propomos dela não se ocupam nunca disso (ibid., p. 7-8).

Essencialmente, Maingueneau investe contra "a idéia de que há, no interior do funcionamento discursivo, um lugar onde sua especificidade se condensaria de maneira exclusiva ou privilegiada que fosse (as palavras, as frases, os agenciamentos argumentativos, etc.)" (ibid., p.12-3). O que se busca nessa perspectiva é apreender o dinamismo da "significância" que domina toda a discursividade. Segundo Maingueneau, isto envolve não só o enunciado, mas também a enunciação.

Entendemos, portanto, que uma análise inscrita nessa perspectiva encontra nas dimensões discursivas voltadas para a problemática da enunciação (dêixis discursiva, estatuto dos interlocutores do discurso, *ethos* discursivo) um terreno fértil para a compreensão do sistema de coerções semânticas que define o discurso investigado.

Como o nosso objetivo é justamente desenvolver uma análise do discurso de auto-ajuda seguindo a proposta de Maingueneau, neste capítulo, iremos tratar das características do *ethos* desse discurso, procurando relacioná-las às coerções semânticas que as autorizam.

Antes, porém, gostaríamos de destacar que, segundo Maingueneau, os semas que constituem a grade semântica definidora de um discurso qualquer estão repartidos em dois registros: o registro dos semas positivos, reivindicados pelo discurso, e o dos semas negativos, rejeitados por ele. Na prática, isso significa que enunciar a partir de uma determinada formação enunciativa é enunciar em conformidade com as regras dessa formação e rejeitar o que seriam¹ os traços semânticos de seu Outro, seja ele um discurso atestado ou virtual. Neste sentido, procuraremos revelar, no estudo do *ethos* do discurso de auto-ajuda, os traços semânticos que reivindica e os que rejeita.

1. Formação discursiva e *ethos*: da incorporação à interpelação

Maingueneau entende por *ethos* o conjunto de características relacionadas ao sujeito-enunciador do discurso revelado pelo próprio *modo* como esse sujeito enuncia. Trata-se, portanto, não do que esse sujeito diz a respeito de si, mas da personalidade que mostra pelo modo de se exprimir (cf. Maingueneau, 1995, Cap.7).

Afastando-se de qualquer concepção psicologizante de *ethos* "de acordo com a qual o enunciador, à semelhança do autor, desempenharia o papel de sua escolha em função dos efeitos que pretende produzir em seu auditório" (Maingueneau, 1989, p.45), Maingueneau esclarece que o *ethos*, como parte integrante de uma formação discursiva qualquer, assim como outras dimensões da discursividade, é imposto por ela àquele que, em seu interior, assume um lugar de enunciação. A esse respeito, o autor afirma:

O *etos* está, dessa maneira, vinculado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde a seu discurso, e não ao indivíduo "real", apreendido independentemente de seu desempenho oratório: é, portanto, **o sujeito de enunciação enquanto está enunciando que está em jogo aqui**. (Maingueneau, 1995, p.138; o grifo é nosso)

Com o *ethos*, o co-enunciador tem condições de formar, por meio de índices de várias ordens fornecidos pelo texto, uma representação do sujeito-enunciador que, por sua vez, desempenha o papel de um *fiador*² encarregado da responsabilidade do texto.

O primeiro elemento que recobre o campo do *ethos* enunciativo é a voz do discurso cuja concepção é transversal à oposição entre o oral e o escrito, o que significa que não se trata de conceber o escrito como uma oralidade enfraquecida, como se fosse o "vestígio, o pálido reflexo de uma oralidade primeira"³, mas de entender que há uma voz específica que habita a enunciação do texto. A essa voz, Maingueneau prefere chamar de *tom*, "à medida que seja possível falar do 'tom' de um texto do mesmo modo que se fala de uma pessoa" (Maingueneau, 1989, p.46). Descartando qualquer hierarquia entre o dito e a maneira de dizê-lo, o autor

¹ "Seriam" e não "são" porque, segundo Maingueneau, cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo os enunciados desse Outro nas suas próprias categorias, o que significa que a relação que um discurso assume com o seu Outro nunca é com o Outro em si, mas com o simulacro que dele constrói.

² Cf. Maingueneau, 1995, p. 139.

³ Cf. Maingueneau, 1995, p.139.

considera que "*o que é dito e o tom com que é dito são igualmente importantes e inseparáveis*" (ibid., p.46).

O tom, entendido como um ideal de entonação que acompanha os lugares de enunciação, está ligado a um *caráter* e a uma *corporalidade*. O caráter

corresponde a este conjunto de traços "psicológicos" que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. (...) Bem entendido, não se trata aqui de caracterologia, mas de estereótipos que circulam em uma cultura determinada. Deve-se dizer o mesmo a propósito da "corporalidade", que remete a uma representação do corpo do enunciado da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura. Os discursos se opõem sobre essa dimensão como sobre as outras; há "caracteres" e "corporalidades" específicas dos enunciadores do *Figaro*, de *l'Humanité* ou *Libération*, (...), e estas divergências remetem aos próprios fundamentos destes discursos. (ibid., p. 47).

A corporalidade, por sua vez, está associada a uma compleição do corpo do sujeito-enunciador, que é inseparável de um modo de se movimentar no espaço social, o que pode incluir até um modo de se vestir. Neste sentido, o *ethos* é uma maneira de dizer indissociável de uma maneira global de ser, de *uma maneira de habitar o mundo*.

Entre as diversas dimensões da discursividade, podemos dizer que o *ethos* tem um status especial, tendo em vista que, segundo Maingueneau, ele está diretamente ligado à questão da eficácia de um discurso, isto é, da sua capacidade de suscitar a crença. Para explicitar o papel do *ethos* no processo de adesão dos sujeitos ao discurso, Maingueneau introduz a noção de *incorporação*, que designa a integração entre uma formação discursiva e seu *ethos*, mediada pela enunciação. Essa incorporação, constituída sobre o poder que a voz tem de exprimir a interioridade do enunciador e envolver o co-enunciador, atua sobre três registros estreitamente articulados da seguinte forma:

- a formação discursiva confere "corporalidade" à figura do enunciador e, correlativamente, àquela do destinatário, ela lhes dá "corpo" textualmente;
- esta corporalidade possibilita aos sujeitos a "incorporação" de esquemas que definem uma maneira específica de habitar o mundo, a sociedade;
- esses dois primeiros aspectos constituem uma condição da "incorporação" imaginária dos destinatários ao corpo, o grupo dos adeptos do discurso (ibid., p.48).

Pela passagem acima, fica claro, segundo essa teoria, que o co-enunciador não adere a um discurso simplesmente porque lhe é apresentado um conjunto de idéias ligadas a seus possíveis interesses; na verdade, "é alguém que tem acesso ao 'dito' através de uma 'maneira de dizer' que está enraizada em uma 'maneira de ser', o imaginário de um vivido" (ibid., p.49). Nesse sentido, as formações discursivas conquistam a adesão dos sujeitos *legitimando*, *atestando* o que é dito na própria enunciação, o que permite que esses sujeitos se identifiquem com uma certa determinação do corpo. A esse respeito, Maingueneau afirma:

El poder de persuasión de un discurso proviene en parte de un hecho básico: lleva al lector a identificarse con los movimientos de un cuerpo investido de valores especificados históricamente. La condición del *ethos* remite en efecto a la figura de ese "garante" que, a través del habla, se forja una identidad a la medida del mundo que hace surgir de su enunciado. Paradoja constitutiva: el garante debe legitimar su manera de decir a través de su propio enunciado. (Maingueneau, 1996, p.82)

Conforme destaca o próprio Maingueneau, a noção de incorporação nos possibilita compreender melhor a noção althusseriana de assujeitamento, à qual a AD frequentemente recorre para justificar a adesão dos sujeitos às formações discursivas, embora o funcionamento desse processo seja muito pouco claro.

Na literatura da AD, o discurso é considerado como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica, tendo em vista que as formações discursivas representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Por essa representação, a AD entende que são as formações discursivas que interpelam os indivíduos em sujeitos falantes, ou seja, em sujeitos de seus discursos. Porém faltava à AD justamente uma explicação para a forma como essa interpelação, esse chamamento é feito, explicação essa fornecida, conforme vimos, pelos três registros sobre os quais a incorporação atua. Desse modo, a noção de incorporação possibilita compreender que a enunciação é a base do poder de assujeitar dos discursos, tendo em vista que é pelo seu modo de expressão que um discurso projeta o modo de habitar o mundo ao qual o co-enunciador precisa se identificar para aderir ao discurso.

Eagleton (1997) esclarece que a ideologia, para Althusser, se refere principalmente às nossas relações afetivas e inconsciente com o mundo, aos *modos pelos quais estamos vinculados à realidade social*. Longe de ser um mero conjunto de idéias abstratas, a ideologia

é "a matéria da qual cada um de nós é feito, o elemento que constitui nossa identidade" (Eagleton, 1997, p.30). Nesse sentido, a noção de incorporação funciona como um esclarecimento a respeito do papel das formações discursivas na constituição dos sujeitos, uma vez que essas, ao projetarem uma maneira global de ser, fornecem as condições para a produção das formas de subjetividade.

A partir desses esclarecimentos, entendemos que, adotando a noção de incorporação, a AD consegue escapar da alternativa de explicar a adesão dos sujeitos aos discursos por intermédio de projeções de estruturas sócio-econômicas, o que certamente é uma justificativa pouco adequada, tendo em vista que a leva a sustentar uma relação de exterioridade entre discurso e sociedade. Numa perspectiva oposta a essa, Maingueneau esclarece que o discurso não é uma doutrina, uma visão de mundo ou um depósito de conteúdos elaborados em outro lugar, mas "um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem" (Maingueneau, 1989, p.50). Assim, afirma que não existe essa suposta relação de exterioridade entre o funcionamento de um grupo e o de seu discurso. Para ele, as coerções que possibilitam um discurso são as mesmas que possibilitam o grupo que o sustenta. Como "as duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica"⁴, Maingueneau rejeita a idéia de que o discurso seja gerado do exterior do grupo, e postula que a instituição discursiva apresenta duas faces: uma que diz respeito à linguagem e outra relacionada ao social. A partir dessa perspectiva, a AD consegue realizar o que Maingueneau entende como uma das tarefas dessa disciplina, a saber: justificar como determinados enunciados conseguem mobilizar forças e investir em organizações sociais.

2. O *ethos* do discurso de auto-ajuda

Já vimos que Maingueneau entende por *ethos* as características do sujeito-enunciador reveladas pelo próprio *modo* como esse sujeito enuncia e não as que, porventura, ele mesmo atribua a si. Assim, para definirmos o *ethos* do discurso de auto-ajuda, iremos nos basear nas características enunciativas desse discurso às quais correlacionaremos a "personalidade" do sujeito-enunciador.

⁴ Maingueneau, 1989, p.54

Conforme vimos no capítulo anterior, o discurso de auto-ajuda sustenta que o segredo para que qualquer um consiga melhorar de vida, alcançar o sucesso, ganhar muito dinheiro, etc. está na crença incondicional na realização dos sonhos, do projeto de vida, dos desejos, etc. Assim, quem acredita que vai conseguir consegue, e quem duvida não consegue. Trata-se, pois, de uma questão de fé, de crença absoluta e, essencialmente, de jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade. Como é uma questão de acreditar, de não duvidar, examinando a modalidade no discurso de auto-ajuda, verificamos que o sujeito-enunciador desse tipo de discurso também manifesta em seus enunciados essa mesma crença/confiança que prega como necessária com relação às teses que propõe. Disso concluímos que a manifestação da *certeza* pode ser considerada um dos traços semânticos que caracterizam o discurso de auto-ajuda, na condição de um dos traços positivos que esse discurso reivindica, ao mesmo tempo em que a dúvida é um dos que rejeita. Essa conclusão se apóia no fato de que não encontramos nenhum registro de incerteza assumida pelo sujeito-enunciador dos enunciados analisados. Certo do que diz, esse sujeito-enunciador sempre se distancia de seus enunciados quando neles há marcas do possível (isto é, do incerto ou não garantido). A esse respeito, Chagas, analisando a auto-ajuda, afirma que os livros de auto-ajuda trazem

na sua estrutura, **conteúdos e convicções inabaláveis**, como se, de fato, fossem experiências testadas e aprovadas pelas pessoas. Nesse discurso **não existem indagações ou dúvidas**. O que eles trazem é a resposta de uma promessa dogmática e definitiva (Chagas, 1999, p. 75; o grifo é nosso).

Encontramos, assim, no discurso de auto-ajuda, um sujeito-enunciador que foge do terreno da incerteza e que se compromete incondicionalmente com as teses que enuncia, manifestando a certeza e a confiança que prega. Como reproduz em sua enunciação o modo de ser que propõe ao seu interlocutor, o sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda cumpre o que Maingueneau define como sendo o papel de qualquer sujeito-enunciador, isto é, legitimar o que é dito por meio da própria enunciação.

Podemos dizer, portanto, que o *ethos* do discurso de auto-ajuda é o do homem *confiante e seguro*, do homem que acredita plenamente em si, em seu potencial, e no seu próprio discurso, daí a certeza que revela ao enunciar e o modo como se compromete com o que diz.

Para compreendermos melhor o papel desse *ethos* no processo de adesão do destinatário ao discurso de auto-ajuda, examinaremos, sucintamente, o modo como o discurso de auto-ajuda deriva do contexto social atual e se insere nele.

Apoiando-se em Hall (1998), Chagas (1999) afirma que as transformações sociais e culturais das sociedades modernas e pós-modernas, associadas ao progresso do mundo técnico racional, desestabilizaram os quadros de referência da vida social dos indivíduos. As antigas identidades que antes sustentavam o mundo estão em declínio; ao mesmo tempo, surgem novas identidades que deixam "o indivíduo moderno cada vez mais fragmentado" (p.24). Nesse cenário de transformações, fica comprometida

a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido em si" estável que é chamada, algumas vezes, de deslocamento – *descentração* dos indivíduos tanto de *seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos* – constitui uma "crise de identidade para o indivíduo" (Hall, 1998, apud Chagas, 1999, p.24).

Segundo Chagas, as rápidas transformações (sociais, culturais, econômicas, políticas e técnico-científicas) das sociedades pós-modernas criam um mundo essencialmente instável, que produz sérios efeitos na vida psíquica dos indivíduos, uma vez que a efemeridade, a volatilidade e a descartabilidade – de coisas e pessoas - que caracterizam o mundo atual tornam precários e transitórios os sistemas de valores públicos e pessoais, intensificando o processo de fragmentação dos indivíduos. Harvey (1992) enfatiza esses aspectos e mostra que eles significam não só jogar fora bens produzidos, mas também “atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser” (p. 258). A frase que se tornou uma espécie de slogan da sociedade pós-moderna (cf. Harvey, 1992, p. 21) resume bem esta situação “Tudo o que é sólido se desmancha no ar”.

A respeito dessa condição do indivíduo pós-moderno, Chagas afirma que:

Em última análise, o surgimento de *novos estilos de vida* acaba afetando a produção, o trabalho e o dia-a-dia de cada indivíduo. Acelera-se o ritmo de vida, da produção, do consumo, das operações financeiras, dos serviços e da comunicação. Os valores se transformam: o que valia ontem não serve mais para hoje e os valores de hoje poderão não ser mais empregados no dia de amanhã. Esse estado de coisas acarreta, ao contrário de concepções antigas, *novos* modos de estar no mundo, de *pensar, sentir e agir*. Sendo assim, ao que se entende, parece mesmo ser esse um dos destinos do indivíduo pós-moderno, isto é: **viver intensamente em busca de medidas paliativas para superar as**

agruras da vida, para aplacar seu *mal-estar* oriundo do cenário pós-moderno (Chagas, 1999, p.33; o grifo é nosso).

Nesse contexto, podemos dizer que o homem confiante e seguro do discurso de auto-ajuda vai ao socorro desse indivíduo em crise. Este, ao buscar uma solução para a sua angústia, encontra no discurso de auto-ajuda um porto-seguro, tendo em vista que o *ethos* desse discurso funciona como uma espécie de contraponto para a fragmentação e a insegurança que o caracterizam. Com o *ethos* de certeza e de confiança, o discurso de auto-ajuda cria uma atmosfera, ou melhor, um cenário de estabilidade, apresentando-se como uma espécie de tábua de salvação para o instável indivíduo pós-moderno cujas referências estão abaladas.

Chagas reforça esse ponto de vista, ao afirmar que a ausência de incertezas, no discurso de auto-ajuda, lhe permite proporcionar, ao indivíduo em crise, a sensação de bem-estar e segurança que ele almeja. Nas palavras do autor:

Os pregadores de auto-ajuda, **com a insolência inabalável de seus posicionamentos** e pelo seu discurso atrativo, acabam movimentando o sujeito na direção de um ideal soberbo, pelo ânimo provocado. A imaginação torna-se ativa, o estado de espírito já é outro. Assim, (...) **o sujeito passa a "gozar" de uma sensação de prazer, obtém tranquilidade pelo reforço da certeza que o discurso de auto-ajuda apresenta** (ibid., p. 65; o grifo é nosso).

Conforme vimos, Maingueneau nos diz que a formação discursiva, ao dar corpo à figura do sujeito-enunciador, confere, correlativamente, corporalidade também à figura do destinatário, isto é, ela também lhe dá corpo textualmente. No caso do discurso de auto-ajuda, com o *ethos* do homem confiante e seguro que orienta o seu destinatário no caminho do sucesso, cria-se a figura de um destinatário desorientado, carente de direcionamentos ou, como dizem Fornari e Souza (2001): "O leitor é constituído numa posição de sujeito dominado, doente, **necessitando de auxílio e de que lhe digam como deve proceder nos mais diversos setores de sua existência**" (p.138-9; o grifo é nosso). Tal necessidade de aconselhamentos é apontada por Bauman (1998) como uma das características do indivíduo pós-moderno; nas palavras do autor:

a pós-modernidade é a era dos especialistas em identificar problemas, dos restauradores da personalidade, dos guias de casamento, dos livros de auto-afirmação: é a era do surto de aconselhamento. Os homens e mulheres pós-modernos, quer por preferência, quer por necessidade, são *selecionadores*. E a arte de selecionar é principalmente em torno de evitar um perigo: o *de perder uma oportunidade*- por não vê-la bastante claramente ou por não persegui-la bastante incisivamente, ou por ser um agente de demasiada inexperiência para capturá-la. Pra evitar esse perigo, os homens e mulheres pós-modernos precisam de aconselhamento. (Bauman, 1998, apud Chagas, 1999, p.32)

Essa imagem do destinatário pode ser apreendida em alguns enunciados, especialmente nas interrogações, nos quais o interlocutor é interpelado diretamente pelo sujeito-enunciador por intermédio do pronome "você". Conforme mostram os exemplos abaixo, podemos perceber nesses enunciados a imagem do destinatário enquanto uma pessoa infeliz, ou carente, ou insatisfeita com a vida. Qualquer que seja o adjetivo, é essencialmente alguém *cuja imagem justifica a necessidade de uma orientação*:

- (01) E eu espero que, desde já, você comece a repensar: até quando você vai permitir que sua vida seja medíocre; até quando vai permitir que você seja infeliz; até quando vai se permitir não viver um grande amor; até quando vai se permitir trabalhar naquilo que não gosta; até quando vai se permitir viver com pouco dinheiro; até quando? Até quando? Até quando? (Ricardino, 1997, p.18)
- (02) (...) até quando você quer continuar sendo um cachorrinho, dependente, limitado, esperando pela aceitação do outro? (ibid., p.76)
- (03) Agora olhe dentro de você. Tente perceber como está se sentindo neste exato momento. Como estão indo aqueles sonhos acalentados há tantos anos? Foram realizados plenamente? Parcialmente? Foram "arquivados"? Deram lugar a opções mais "reais"? Foram adiados para alguma ocasião mais propícia? Ou continuam piscando em certos momentos, no painel dos seus pensamentos mais íntimos? Você se sente satisfeito com o que já conquistou na vida? Almeja mais? Acredita nas suas chances? O que está faltando, afinal, para que você consiga ser realmente bem-sucedido? (Ribeiro, 1992, p.7 e 9).
- (04) Antes de continuar a leitura, relaxe um instante. Respire. Pense em você. Procure responder a si próprio, com a maior sinceridade: como está o seu relacionamento com outras pessoas? Ninguém pode fazê-lo sentir-se inferior sem a sua permissão (ibid., p.31).

O discurso de auto-ajuda também sustenta que quem tem uma atitude positiva consegue o que quer e prospera; já quem tem uma atitude negativa não só não prospera, como também atrai situações desagradáveis. Por isso, sugere aos seus interlocutores que assumam uma atitude positiva perante a vida, adotando uma forma ideal de formular pensamentos e de enunciar absolutamente explícita. Isso porque, segundo o discurso de auto-ajuda, as palavras, sejam aquelas que constituem os nossos diálogos interiores, sejam aquelas que exteriorizamos, têm poder criativo, que consegue produzir qualquer tipo de situação, tanto boa quanto má. Vejamos algumas passagens a esse respeito:

- (05) Essa é a parte mais bonita e mais perigosa porque, ao mesmo tempo em que você pode criar uma situação muito boa, você pode criar também uma situação muito ruim, com base naquilo que você deseja, naquilo que acredita, naquilo que pensa e naquilo que fala. (Ricardino, 1997, p.25)
- (06) Então, tome muito cuidado com o que você pensa, tome muito cuidado com aquilo que você fala, porque isso termina acontecendo. (ibid., p.25)
- (07) Deveis saber que as vossas palavras e pensamentos são tremendas forças vibratórias, que *estão continuamente amoldando o vosso corpo e os vossos negócios*. (Prado, 1995, p.25)
- (08) Se conhecêsseis o poder de vossas palavras, teríeis grande cuidado nas vossas conversas. Bastar-vos-á observardes a reação de vossas palavras para verificardes que elas "não vos voltam vazias". Por meio das palavras que pronunciais, estais estabelecendo continuamente leis para vós mesmos. (ibid., p.35)
- (09) O vosso desenvolvimento segue invariavelmente a direção de vossa corrente mental, a qual se concretiza pelas vossas palavras. A vossa palavra é a vossa varinha de condão, com a qual ordenais à substância universal que tome as formas que quereis dar-lhe. (ibid., p.44)
- (10) Vamos começar com a **comunicação interior**, isto é, a sua comunicação consigo mesmo. Neste caso, a linguagem que usamos é de fundamental importância para conseguirmos o que desejamos. (Ribeiro, 1992, p.64)
- (11) (...) Assim, uma maneira de melhorar a nossa existência neste planeta é aprender a usar melhor a linguagem quando falamos com a gente mesmo, usando esta voz atrás de nossas cabeças (...) Mudando a auto-comunicação podemos mudar a representação interna e, portanto, o estado emocional em que nos encontramos. (ibid., p.65)

Nesse sentido, são características desse modelo de pensar/enunciar, além da certeza, a *clareza e a objetividade*. Como a nossa mente reproduz tudo o que pensamos/dizemos, devemos saber exatamente o que queremos e nos concentrar nisso, descartando o que não desejamos, para que isso não nos aconteça. Como esclarece Ribeiro, é preciso evitar as frases negativas, pois

o inconsciente vai direto ao assunto. O assunto de uma frase negativa não é o **não**. Então, ele omite os "**nãos**". Por exemplo, **não pense** na cor vermelha!!! **Não pense** numa maçã!!! Como você já percebeu, já é muito tarde. Mesmo sublinhando o "não pense", você certamente pensou no vermelho e na maçã. Talvez, até mesmo, numa maçã vermelha! O mesmo acontece quando você diz "Eu **não quero** falhar: o subconsciente registrará "**falhar**" e você, sem perceber, está fazendo tudo para falhar" (ibid., p.65).

Daí a necessidade de formular o pensamento e o que se diz com objetividade e assertividade, para não atrair justamente o que é indesejado. Nesse sentido, podemos dizer que, no discurso de auto-ajuda, a "objetividade" é entendida como um sinônimo de direcionamento, de priorizar o que interessa; assim, pensar/enunciar com objetividade é direcionar o pensamento/enunciação exatamente para o que se almeja, focalizando somente o que se quer.

Como no caso da certeza, essa objetividade proposta pelo discurso de auto-ajuda também pode ser percebida na própria enunciação do seu sujeito-enunciador; afinal, o discurso de auto-ajuda é mais um conjunto de orientações, de direcionamentos do que um convite à reflexão. Por isso, podemos dizer que esse discurso, à sua maneira, "também vai direto ao assunto", ao apresentar, ao lado de um conjunto relativamente pequeno de teses (que se repetem constantemente por meio de paráfrases), um conjunto de enunciados que orientam o interlocutor em seu caminho rumo ao sucesso. Isso explica a grande quantidade de enunciados imperativos que se encontra nos textos representativos desse discurso. Espécie de manual de sobrevivência para o homem pós-moderno, o discurso de auto-ajuda dispensa as discussões de suas teses ao apresentá-las, conforme dito, como verdades inquestionáveis. No lugar da reflexão acerca do que propõe, o discurso de auto-ajuda oferece ao seu interlocutor "verdadeiras receitas contra a angústia, o medo, a incerteza, a falta de confiança própria e outros obstáculos que, somados, resultam no 'atraso de vida' " (Prado, 1995, contra-capá). Como nos esclarecem Fornari e Souza: "A literatura de auto-ajuda busca dar respostas às

incertezas do sujeito contemporâneo que, perdendo as antigas referências, precisa que lhe digam como fazer as coisas, como gerir suas vidas" (idem, p.140). Nesse sentido, podemos dizer que a maneira como o discurso de auto-ajuda apresenta suas teses implica uma atitude a-crítica. Além disso, esse modo de enunciar "objetivo", que vai quase autoritariamente ao socorro do indivíduo pós-moderno tão carente de aconselhamentos, condiz exatamente com o que o discurso de auto-ajuda prega por meio de enunciados como "Concentrar-se no que você não quer, ao invés de concentrar-se no que você quer, é como dirigir um carro olhando pelo retrovisor" (Ribeiro,1992, p.64).

Essa característica enunciativa do discurso de auto-ajuda também é detectada por Chagas. Nas palavras do autor:

Os conteúdos discursivos dessas literaturas produzem um nível de atração caracteristicamente autoritário em sua imponência e convicção. **Não existe interesse pela reflexão do pensamento crítico**, visto que sua proposta é a de dar certo, jamais falhar.(...) Mais do que demonstrar, esse discurso visa fascinar, nada mais, nada menos, do que pelas expressões maravilhosas de seus líderes (...). **As palavras ou frases proferidas orientam o sujeito para as ações**. Assim, todo e qualquer orador que vem promover o otimismo e a motivação pela auto-ajuda, **não permite sequer uma análise ou reflexão crítica sobre as fórmulas e técnicas ensinadas**. O que os líderes fascinadores da auto-ajuda indicam, através de seus discursos (muitas vezes provocativos), é que todos os sonhos, isto é, todas as ilusões, podem tornar-se realidades, de forma semelhante, como acontece nos contos de fadas e como num passe de mágicas (...). (Chagas, 1999, p. 75; o grifo é nosso)

Considerando esse modo de enunciar que privilegia "o que interessa", entendemos por que encontramos em muitos livros de auto-ajuda, no final dos capítulos, um resumo do que foi dito ou ainda, ao longo dos capítulos, frases em negrito, destacadas do corpo do texto. Esses procedimentos textuais não só reforçam as teses apresentadas, como também destacam o que elas têm de principal, apontando aos seus interlocutores um atalho para a própria "essência" do texto.

É interessante destacarmos que clareza e/ou objetividade são propriedades que os próprios textos de auto-ajuda se atribuem ou que lhe são atribuídas pelos textos periféricos que o acompanham na mesma publicação (por exemplo: contra-capas, orelhas, prefácios, etc.). Vejamos algumas passagens a esse respeito:

(12) Este livro se propõe a ser prático e objetivo (...) (Ribeiro, 1992, p.49).

- (13) Neste livro, Arthur Riedel, verdadeiro professor de otimismo, expõe, em linguagem clara e atraente, uma filosofia prática de vida baseada na auto-sugestão mental e no desenvolvimento da vontade. (Prado, 1995, p.159).
- (15) Nele não encontrará o leitor nenhum ritual cabalístico ou fórmula misteriosa, de difícil enunciação (...) (ibid., contra-capa.)
- (14) O livro **Pense Fale Exista** trata desses assuntos de maneira prática e simples. Ensina de modo direto como ser eficaz na comunicação. (...) A obra, na sua linguagem objetiva (...) (Moyses e Ribas, 1998, p.8)
- (15) Abordaremos aqui os aspectos mais importantes do processo de comunicação, evitando palavras e expressões complicadas (...) (ibid., p.12)
- (16) O livro **ABC do Poder da Mente**, escrito em forma simples, facilitará ao leitor para entender o Poder que existe no seu interior e iniciar a "Caminhada", com orientações claras para conseguir a felicidade e perfeição que todo ser humano está destinado a obter. A escritora Aldina Rocha foi afortunada com a escolha do vocabulário claro e sem sofisticções, utilizando exemplos adequados para dar a entender a mensagem escrita de uma forma como se estivesse conversando com o leitor. (Rocha, 1995, p. XII)

Vejamos agora os seguintes enunciados:

- (17) A vida que você leva foi criada por você (Ribeiro, 1992, p.117)
- (18) A maioria dos seres humanos segue, na prática, a doutrina do fatalismo. **Todos os fatalistas colocam fora de si o poder que determina o destino, e nisso está a fraqueza e inexatidão desse sistema, porquanto a base do fatalismo é que sofraís os efeitos de causas que não pusestes em atividade.** O fatalismo retira o livre-arbítrio do homem e, fazendo-o, **priva-o de toda responsabilidade moral**, pois se um Deus, caprichosamente, criou o homem no pecado, dando-lhe caráter e ambiente que fazem proceder mal, então Deus é o responsável. (Prado, 1995, p.72; o grifo é nosso)
- (19) Tudo que acontece na sua vida foi você que criou (Ricardino, 1997, p.25)
- (20) "VOCÊ É AQUILO QUE VOCÊ PENSA" – lembre-se disso. Cada um cria o seu mundo mental através dos seus pensamentos positivos ou não, e tem que viver rodeado pelas conseqüências daquilo que criou. (Rocha, 1995, p.10)

A partir de enunciados como os citados, podemos dizer que, na verdade, o discurso de auto-ajuda não se dispensa apenas de apresentar uma reflexão mais profunda a respeito das teses que apresenta. Por intermédio da sua tese a respeito da responsabilidade que os homens

têm sobre os seus destinos, ele se coloca numa posição privilegiada na qual não há a necessidade de oferecer qualquer reflexão a respeito dos inúmeros problemas do mundo pós-moderno e de seus efeitos nos indivíduos nele inseridos. Desse modo, o discurso de auto-ajuda, ao invés de discutir causas, *oferece receitas de soluções* e, com elas, promete a metamorfose de um indivíduo fraco e inseguro em alguém todo poderoso, capaz de resolver todos os seus problemas independentemente do contexto em que está inserido.

Uma outra característica do discurso de auto-ajuda é seu *tom otimista*. Afirmando que "semelhante atrai semelhante" (Ribeiro, 1992, p.58), esse discurso sustenta que devemos pensar única e exclusivamente em coisas positivas para que, com pensamentos de sucesso, consigamos finalmente atraí-lo. Ele mesmo, adotando a orientação que propõe, apresenta aos seus interlocutores somente frases de otimismo e esperança, descartando qualquer referência aos problemas do mundo. Cria-se, com isso, uma atmosfera de confiança, na qual os interlocutores podem encontrar um amparo para a insegurança que os aflige. Vejamos algumas passagens que refletem o tom otimista do discurso de auto-ajuda:

- (21) Então, chegamos a uma primeira boa notícia neste livro, afinal você começa a descobrir que não é quem você pensa que é. Opa, ótimo! Então aquelas limitações, aquela infelicidade podem acabar. É só você levar isso adiante. (...) (Ricardino, 1997, p.28)
- (22) Todas as crianças podem ser superdotadas, se forem estimuladas para tal. O mais bonito desta história é que isso pode ser feito não só na infância, mas em qualquer momento da vida, desde que se conheça a estratégia correta. A sua história pode mudar positivamente, a caminho do sucesso e do pleno uso da sua potencialidade, a partir de hoje (Ribeiro, 1992, p.31)
- (23) Adquiri o hábito de proceder dessa forma e vereis as maravilhas e os milagres se apresentarem continuamente em vossas vidas. (Prado, 1995, p.55)
- (24) Acredite que você pode. Seu potencial é infinitamente grande. Seu poder de conseguir tudo o que você "realmente" deseja é infinito, assim como infinita é a sua imaginação e o seu poder criador. Vamos, pense, crie, deseje. (Rocha, p.133)

Da mesma forma como faz com relação às demais características, verificamos que o discurso de auto-ajuda segue exatamente o que sugere aos seus destinatários com enunciados do tipo:

- (25) Por esse motivo, para alterardes vossa atitude mental e vossos sentimentos internos, transformando-os em pensamentos **otimistas, alegres e elevados, convém falardes no mesmo tom e proferirdes somente palavras animadoras e construtivas.** (Prado, 1995, p.44; o grifo é nosso)

Na verdade, alguns textos de auto-ajuda vão ainda mais longe, pois, além de dispensarem qualquer referência aos problemas relativos ao indivíduo pós-moderno, reforçam essa atmosfera de otimismo construindo uma imagem positiva do mundo em que vivemos, conforme revelam os enunciados abaixo:

- (26) Não tem nada de errado com o mundo em si. O caso não é mudar o Brasil, nem a sociedade. Você é quem tem que mudar. (Ribeiro, 1992, p.42)
- (27) Vivemos e trabalhamos num sistema onde tudo é possível. Basta ousar e querer. (ibid., p.114)

Essa imagem positiva do mundo também ajuda a reforçar o cenário de estabilidade que o discurso de auto-ajuda oferece aos seus interlocutores, ao qual nos referimos anteriormente.

Vejamos agora o que nos esclarece Chagas a respeito do surgimento da literatura de auto-ajuda:

Fazendo referências à literatura de auto-ajuda, pode-se dizer que ela teve seu início em meados do século XIX, no momento em que se caracteriza o culto à singularidade do indivíduo moderno, quando ele passa a ter, como até então nunca visto, um valor supremo e central na cultura do Ocidente. Ela nasceu como resultado do desenvolvimento do individualismo moderno e do deslocamento dos referenciais coletivos para o individual, ou seja, surgiu (e se desenvolveu como um fenômeno cultural de massa) pelo que caracterizou as estruturas modernas das sociedades industriais (ou, como dizem alguns, pós-industriais) capitalistas em seus novos modos de produção industrial: produção em massa (que pode ser aqui correlacionada como a indústria cultural), pelo funcionamento do regime capitalista, do mercado, do consumo e, sobretudo, do recalçamento da cultura tradicional, pela qual o sujeito já não mais pode orientar-se, **visto que os referenciais coletivos não oferecem mais um mundo seguro, ordeiro e estável.** Desse modo, o sujeito volta-se para si próprio, numa tentativa de sobreviver subjetivamente ao seu mal-estar, outrossim, para que possa enfrentar as adversidades do mundo contemporâneo, do progresso técnico e científico, da competição e do consumo exagerado. Enfim, **para enfrentar esse mundo que reserva aos homens um futuro incerto** (Chagas, 1999, p.34; os grifos são nossos).

Articulando esse esclarecimento de Chagas à soma das observações que fizemos até aqui, podemos dizer que o discurso de auto-ajuda, por intermédio do cenário estável e otimista

que constrói, está, ao seu modo, combatendo o mundo efêmero e instável das sociedades pós-modernas⁵, anunciando aos seus interlocutores "um *novo mundo novo*, cheio de esperanças e felicidades"⁶, onde tudo é possível e cada um pode realizar todos os seus sonhos. A esse respeito, Chagas observa que o autores de auto-ajuda repetem

promessas de benevolência e **a esperança de dias melhores para todos**. Os referidos autores proclamam e **prometem uma vida de abundância, de bem-estar, e cheia de realizações**. Eles são especialistas em escrever frases maravilhosas, fascinantes e repetitivas. **Dizem somente aquilo que os homens precisam e desejam ouvir** (ibid., p.73; os grifos são nossos).

Dizendo somente o que é interessante aos seus interlocutores, o discurso em questão é "preenchido (...) por palavras e frases persuasivas que, de modo geral, não provocam desacordo em ninguém" (ibid., p.75) e isto porque

os homens e mulheres assombrados pela incerteza de estilo pós-moderno **não carecem de pregadores para lhes dizer da fraqueza do homem e da insuficiência dos recursos humanos**. Eles precisam de **reafirmação de que podem fazê-lo** – e de um resumo a respeito de como fazê-lo" (Bauman, 1998, apud Chagas, 1999, p.70; o grifo é nosso).

Como isso é, conforme vimos, exatamente o que fazem os autores de auto-ajuda, eles "são ouvidos e reconhecidos por milhares de pessoas, em vários países do mundo". Afinal, como se sabe, "há muitos anos, esse gênero de literatura vem alcançando destaque mundial como os livros mais vendidos, muitos se destacam como verdadeiros *best-sellers*" (Chagas, 1999, p.73).

O conjunto das observações que fizemos até aqui (relativas ao modo objetivo de enunciar do discurso de auto-ajuda) nos permite dizer que o *ethos* desse discurso, além de ser o do homem confiante e seguro, também é o do homem objetivo/determinado/focado, que vai direto ao que interessa (no caso, orientar devidamente o seu destinatário para que esse alcance o sucesso). Essa imagem condiz com o ideal de agir que o discurso de auto-ajuda promove em seus textos, ao afirmar que aquele que almeja o sucesso deve estar consciente de que é o responsável pelo próprio destino, voltar-se para si e assumir o controle da vida, fazendo o que precisa ser feito para alcançar os seus objetivos, isto é, *deve direcionar-se para a construção*

⁵ Cf. Chagas, 1999, p.32.

⁶ Ibid., p.77.

do próprio sucesso. Nesse sentido, o discurso de auto-ajuda promove o homem *determinado e focado*, que arregaça as mangas e age, que faz o que é preciso para o seu próprio benefício, daí os enunciados em que valoriza *a ação, o fazer*. Abaixo, citamos alguns desses enunciados:

- (28) Intenção sem ação é ilusão. Ouse fazer e o poder lhe será dado. (Ribeiro, 1992, p.43)
- (29) Para ter sucesso na vida, um dos segredos é fazer as coisas acontecerem. Conversa não adianta. (ibid, p.107)
- (30) Goethe dizia: "Se você pensa que você pode ou sonha que pode, comece. Ousadia tem genialidade, poder e mágica. Ouse fazer e o poder lhe será dado". Comece, comece, comece; aja, aja, aja. (ibid., p.118)
- (31) Ou seja, não basta querer, é preciso fazer acontecer. (Ricardino, 1997, p. 52)
- (32) O melhor modo de diminuir a ansiedade é agir rápido. (Moyses e Ribas, 1998, p. 97)

Por meio das passagens citadas a seguir, percebemos mais claramente como esse homem de ação deve ser centrado em si e em seus interesses e fazer o que lhe é conveniente; afinal, assim como devem ser objetivos/direcionados os seus pensamentos e as suas palavras, também devem ser objetivas/direcionadas suas ações:

- (33) O negócio é fazer a coisa bem feita. E **fazer a coisa certa**. Com esta simples mudança de atitude, você pode passar a ganhar mais dinheiro e a ter muito sucesso em suas atividades. Sempre que estiver pronto para iniciar qualquer atividade, pergunte a si próprio: isso precisa realmente ser feito? E **não gaste nisso a sua energia se a resposta for "não"**. (Ribeiro, 1992, p.110; o grifo é nosso)
- (34) Mas, para isso precisamos: ter consciência do que não está bem; **saber onde queremos chegar**, o motivo por que queremos mudar; **fazer alguma coisa para isso**. (Ricardino, 1997, p. 52; o grifo é nosso)
- (35) Quando a pessoa acredita que o seu referencial está fora, ela começa a perceber que está vivendo para o outro, como o outro quer. Ora, o outro é responsável pela vida dele, e você por você. Então, **toda vez que não ousar fazer o que é melhor para você vai sofrer e vai ser infeliz sempre**. (ibid., p.73; o grifo é nosso)
- (36) Após refletir sobre a situação e constatar que nada se pode fazer, **evite desgastar-se inutilmente tentando fazer coisas fora de seu alcance. Trabalhe a seu favor**. Quando não for possível fazer nada devemos desfocar nossa atenção do problema, para nosso próprio bem mental e físico. (Moyses e Ribas, 1998, p.102; o grifo é nosso)

O *ethos* do discurso de auto-ajuda, além de ser o *ethos* do homem focado, é também o do homem *persistente*, que não desanima diante dos problemas da vida. Ao contrário, ele os considera, numa atitude que revela todo o seu otimismo, como oportunidades de crescimento, conforme nos revelam as passagens abaixo:

- (37) Quando eu entendo essa origem, quando eu acredito nessa origem, as coisas da minha vida vão ficar muito mais fáceis. As dificuldades que eu encontro vão ser mais fáceis de ser superadas. Na verdade, elas não são dificuldades, são desafios no aprendizado. (Ricardino, p. 64)
- (38) Quando eu atraio uma situação, eu a atraí para um aprendizado, não a atraí à toa. Não atraí para sofrer. Eu atraí para isso: para a missão do aprendizado, do desenvolvimento. (ibid., p. 64-5)
- (39) No momento em que passar a aprender com o problema, a vida vai ficar muito melhor. Por isso eu costumo dizer a essas pessoas que gostam de se lamentar: - Os problemas são nossos melhores amigos. (Ribeiro, 1992, p.96)
- (40) Qualquer problema que ocorre na sua vida é um estímulo para fazer você crescer. Por isso é que os problemas são nossos melhores amigos. Se não existissem problemas para serem resolvidos no seu trabalho, você perderia o emprego. Não precisariam mais de você. (ibid., p. 98)
- (41) Não consigo entender como alguém pode dizer: "daqui pra frente não tenho mais nada para fazer", tendo tanta coisa para resolver no mundo. Os cardiologistas sabem que, após a aposentadoria, o risco de morte triplica em relação ao grupo da mesma faixa etária que está na ativa. As pessoas que vivem mais são aquelas que estão sempre em atividade. Quando eu me levanto, na segunda-feira, e vejo que tenho quinze problemas para resolver, isso me deixa muito feliz, porque significa que a sociedade precisa de mim. (ibid., p.113)

Sustentando a tese de que "se a situação não é favorável é preciso mudar", o discurso de auto-ajuda promove a necessidade de quebrar paradigmas⁷, daí a existência de enunciados do tipo:

⁷ Cf. Ribeiro, 1992, cap.XIV.

- (42) (...) para que você possa transformar alguma coisa na sua vida são importantes dois aspectos: o primeiro é ter consciência, é saber; o segundo é agir, é fazer algo para mudar o antigo. (Ricardino, 1997, p. 33)
- (43) E lembre-se: quando você muda, tudo muda ao seu redor. (ibid., p.18)
- (44) O sucesso significa nunca parar, ou seja, sempre ir em busca de algo mais. A estrela do sucesso está sempre em movimento. (Ribeiro, 1992, p. 29)
- (45) Você é que tem que mudar. Se você mudar, o mundo muda com você. (ibid., p. 42)
- (46) Se você continuar fazendo o que sempre fez, vai continuar conseguindo o que sempre conseguiu. Se você quer coisas diferentes, tem que fazer alguma coisa diferente. (ibid., p.112)

Nesse sentido, o ideal de agir promovido pelo discurso de auto-ajuda é caracterizado pela *flexibilidade*, pela *versatilidade*, qualidades que valoriza, conforme atestam as passagens abaixo:

- (47) Nos Estados Unidos, os filhos de pessoas ricas aos 16 anos de idade já estão trabalhando, seja em postos de gasolina, como garçons ou qualquer outro emprego do tipo, essa situação é considerada absurda no Brasil. **O americano aprende a ser versátil.** Ele muda de profissão cinco vezes, em média, durante a vida. Muda 13 vezes de casa. Isto o faz pensar de forma diferente. (Ribeiro, 1992, p.88; o grifo é nosso)
- (48) **Se você não for flexível**, não se conhecer e não souber que pode fazer mais coisas do que pensa que pode, **vai ficar para trás.** Então, uma pessoa que se conhece bem vai estar bem no futuro? Vai. E **quem for rígido, quem for inflexível**, quem não acreditar na sua parte afetiva, no auto-conhecimento, **vai ficar para trás, se já não está hoje.** (Ricardino, 1997, p.66; o grifo é nosso)

Num certo sentido, podemos dizer que essa versatilidade que os autores de auto-ajuda pregam como uma qualidade necessária à vida também é, numa certa medida, uma característica textual desse discurso, já que explora uma grande quantidade de fontes e de gêneros: esquemas, ilustrações, testes, citações das mais distintas origens (que vão da Bíblia a Shakespeare) e pequenas narrações nas quais são contados episódios da vida do autor ou de outras pessoas. Esse procedimento ilustra de alguma forma as teses apresentadas. Dito de outro modo: há, nos textos de auto-ajuda, uma variabilidade de recursos que se sucedem com

frequência. Assim, empregando procedimentos de naturezas diversas, os textos de auto-ajuda reforçam o que dizem.

Também podemos dizer que o sujeito-enunciador de auto-ajuda revela que tem versatilidade porque, ao lado dos inescapáveis enunciados de locutor impessoal, comuns a qualquer tipo de texto, apresenta enunciados em primeira pessoa, ora singular, ora plural. Vejamos alguns exemplos:

- (49) Eu acredito que nós somos seres espirituais que estamos aqui na terra para cumprir uma missão, uma missão divina. (Ricardino, 1997, p.22)
- (50) Mais para frente, quando formos falar sobre o que pensamos que somos, você vai entender mais claramente como é que você se tornou o que você pensa que é. (ibid., p.23)

Esse sujeito-enunciador chega inclusive a antecipar algumas prováveis dúvidas de seu destinatário, formulando questões como se essas fossem feitas por ele. Vejamos alguns exemplos:

- (52) Pessoas especiais e pessoas negativas. E como lidar com isso? Esse é o grande aprendizado: lidar com as polaridades, os dois lados da vida. (Ricardino, 1997, p.48)
- (53) (...) ela levantou a pick-up, que pesava toneladas para libertar seu filho. Como é que pode? De onde veio esta força? Não pode ser muscular, mas sim do inconsciente. Existe uma força especial que vem de dentro de você (ou do Universo, com você quiser) sem que você precise gritar SHAZAM. (Ribeiro, 1992, p. 35)
- (54) Uma dúvida por estar ocorrendo a você neste momento: será possível aprender a Ciência do Sucesso em tão pouco tempo ou apenas lendo um livro? Basta você preparar seu cérebro para que isto se torne possível! (ibid., p. 36)
- (55) Por que criticamos tanto? Adquirimos o hábito de criticar ao longo de nossa vida e, como o adquirimos, passamos a exercê-lo automaticamente. E vamos reforçando o hábito, que passa a fazer parte de nós. (Moyses e Ribas, 1998, p. 130)
- (56) O que realmente aconteceu? Meu filho, por vibrar na mesma faixa, captou a minha forma de pensamento, que estava flutuando ao meu redor, e fez o comentário a respeito (como se adivinhasse o que eu estava redigindo). (Rocha, 1995, p. 6)

Essas interrogações, que se espalham pelos textos de auto-ajuda independentemente do locutor que as assume, não podem ser atribuídas à perspectiva do sujeito-enunciador tendo em vista que, conforme vimos, ele não é alguém que tem dúvidas, não é alguém que precisa de esclarecimentos; pelo contrário, ele é aquele que fornece esclarecimentos aos que deles carecem. Do ponto de vista textual, podemos dizer que esses enunciados interrogativos, que manifestam dúvidas, funcionam como uma preparação para os enunciados que se apresentam em seguida a eles, ou seja, trata-se de uma estratégia textual para introduzir um novo tema ou para explicar melhor aquele que vem sendo tratado. Já do ponto de vista discursivo, em função dessas interrogações, podemos dizer que o sujeito-enunciador se apresenta também como alguém que tem a habilidade de se colocar no lugar do outro, e que conhece bem seu destinatário. Como são formuladas da perspectiva do destinatário, elas favorecem a sua adesão ao discurso de auto-ajuda à medida que se identifica com elas. Além disso, ao revelar que "sabe" o que pensa o seu destinatário, o sujeito-enunciador acaba se aproximando dele, o que faz também com que esse se renda mais facilmente às suas orientações.

Por outro lado, ao propor uma forma ideal de habitar o mundo, o discurso de auto-ajuda constrói automaticamente o *ethos* que rejeita. Trata-se do *ethos* do homem inseguro, que deixa as oportunidades passarem com o tempo, do homem que não acredita em si, que ao invés de fazer, perde tempo se lamentando, encontrando desculpas para a sua passividade diante dos fatos, postergando os projetos ou culpando o mundo e as coisas que estão ao seu redor pelo próprio fracasso. A esse respeito, destacamos as passagens abaixo, em algumas das quais o sujeito-enunciador apresenta, por meio de discurso direto (às vezes em itálico ou demarcado por aspas) o que seria o tipo de enunciação que rejeita:

- (57) Tem gente que gosta muito de se lamentar: se eu tivesse uma formação melhor, se eu tivesse feito universidade, se eu fizesse doutorado... (Ribeiro, 1992, p. 19)
- (58) O que não é certo é ficar dirigindo carrinho de biscoitos e culpando o governo, a inflação, os inimigos ou qualquer outro motivo, por não fazer outras coisas. Desse jeito não se vai para a frente. Ninguém deve ficar culpando os outros por não ter satisfação na vida. Deve, sim, olhar para si próprio e puxar de dentro de si a ambição positiva, a vontade de prosperar. (ibid., p. 112)
- (59) Então, quando você começar a reclamar da sua vida, é bom lembrar dessa história. Todas as manhãs você levanta e prepara o seu lanche. Não adianta na hora do almoço

você reclamar que é um lanche de atum, porque foi você mesmo que preparou esse lanche de atum pela manhã. (Ricardino, 1997, p. 27)

- (60) Perceba que uma minoria se destaca, é feliz e tem sucesso. A maioria reclama, sofre e não chega lá. (ibid., p.43)
- (61) Acontece que a maioria das pessoas reage assim: "*Não está bom, quero mudar, para onde não sei. Ah, mas vou ter que fazer tal coisa, dá muito trabalho*". Então, a pessoa fica na passividade, na acomodação e realmente não muda. (ibid., p.52)
- (62) "*Ah, mas eu vou mudar e aí vai gerar todo um conflito na minha família*". Mude!!! O conflito o outro administra. O que incomoda o outro é responsabilidade do outro. Isso a gente usa como desculpa, por medo de mudar. Então, é assim: quando meu filho crescer eu vou poder fazer tal coisa. Desculpa. Seu filho não é impedimento para você. "*Ah, mas quando acontecer tal coisa...*" Aí ficamos na expectativa "do quando". Só que esse "quando" somos nós que criamos. (ibid., p. 73)
- (63) Conheci uma senhora que vivia contando por toda parte seus aborrecimentos. Andava espalhando para todo mundo: "Sei o que é sofrimento!" – e ficava esperando palavras de simpatia. Certamente, quando mais mencionava os seus aborrecimentos, mais os aumentava, (...) (Prado, 1995, p. 130)
- (64) As pessoas que costumam sempre se lastimar sobre seus problemas, fazem-no automaticamente, achando, talvez, que com isto receberão a comiseração ou a simpatia do ouvinte. (...) Estou falando daquele que, quando você pergunta como vão as coisas ou como vai a sua saúde, já começa a desfilar um rosário de dores e decepções. Isto não é bom, não só para aquele que ouve, pois é desagradável aproximar-se de quem sempre reclama e se lastima, como também, com este tipo de atitude, o queixoso estará aumentando a sua carga, piorando sua condição, seu estado, prolongando o seu sofrimento (...) (Rocha, 1995, p. 30)
- (65) De hoje em diante, quando receber um limão da vida, ao invés de reclamar, procure fazer uma limonada. Quando a vida lhe der barro, ao invés de se queixar, procure fazer tijolos. (Moyses e Ribas,1998, p.85)

Assim, de um lado temos o homem criado pelo *ethos* do discurso de auto-ajuda: seguro, confiante, otimista e determinado, e, por outro lado, temos o homem inseguro, desanimado, lamentador, submisso às circunstâncias, que duvida de si e de seu potencial.

3. Conclusões parciais: o discurso de auto-ajuda e o individualismo

Neste capítulo, procuramos definir o *ethos* do discurso de auto-ajuda a partir das características enunciativas desse discurso. Verificamos inicialmente que esse discurso explicita um certo ideal de enunciar cujas características se reproduzem na sua própria enunciação, isto é, o discurso de auto-ajuda manifesta o tipo de enunciação que promove. A partir daí pudemos traçar o perfil do sujeito-enunciador. Como as características essenciais da enunciação do discurso de auto-ajuda são a manifestação da certeza e o direcionamento para os pontos principais, verificamos que o *ethos* do discurso de auto-ajuda é o do homem seguro, autoconfiante, determinado e *autocentrado*, isto é, *voltado para os seus objetivos e interesses, agindo em busca de seu próprio bem*. Nesse sentido, o homem que corresponde ao *ethos* do discurso de auto-ajuda encarna o tipo ideal de homem individualista, cujo surgimento, conforme vimos⁸, está ligado aos mesmos fatores que favoreceram o desenvolvimento desse tipo de discurso. Esse homem individualista, decantado pela modernidade, é

liberto das limitações da tradição podendo, então, cultivar-se pela própria razão, uma razão egocentrada que busca afastar-se dos compromissos sociais e imprimir na existência do sujeito **um compromisso único com a busca do prazer, a partir da auto-construção** (Fornari e Souza, 2001, p.135, o grifo é nosso).

Nesse sentido, o discurso de auto-ajuda, projetando a imagem de um homem confiante em seu poder de auto-construção, ajuda a sustentar o individualismo que o engendrou, ou melhor, ele contribui "para a reprodução da sociedade capitalista neoliberal, caracterizada pelo individualismo possessivo e pelo narcisismo" (ibid., p.140).

Por fim, podemos dizer que o discurso de auto-ajuda é um discurso fechado sobre si próprio. Assim como o homem ideal que define está voltado para a construção de si mesmo, esse discurso está direcionado ao que considera mais importante, isto é, a apresentação de orientações concomitantemente à sustentação de suas teses. Como uma sala de espelhos na qual o conteúdo dos enunciado coincide com as características da enunciação, encontramos, no *ethos* do discurso de auto-ajuda, o reflexo do ideal de ser/agir que ele promove.

⁸ Cf. citação, apresentada no item anterior, de Chagas, 1999, p. 34.

Capítulo 3 - Os interlocutores do discurso de auto-ajuda: o estatuto do sujeito-enunciador e o do destinatário em exame

Introdução

Segundo Maingueneau (1984), a semântica global que engendra cada discurso define os diversos modos da subjetividade enunciativa; assim, para legitimar seu dizer, cada discurso define "o *estatuto* que deve conferir-se o sujeito-enunciador e aquele que deve conferir a seu destinatário" (p.95). A partir dessa afirmação, analisamos neste capítulo o modo como o sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda se apresenta e/ou é apresentado, isto é, os traços que ele se atribui ou que lhe são atribuídos no interior desse discurso. Desse modo, ao revelar o papel do sujeito-enunciador na legitimação do discurso de auto-ajuda, pretendemos caracterizá-lo melhor.

Dessas publicações que integram o *cópus*, consideramos todos os textos que o compõem, inclusive os paralelos ao texto principal. Trata-se de prefácios, contra-capas, orelhas e as últimas páginas das publicações, aquelas que seguem o texto principal, mas que dele não fazem parte exatamente. Como se sabe, esses textos paralelos não trazem necessariamente a assinatura do autor da obra, portanto não são de sua responsabilidade. Decidimos, porém, levá-los em consideração, tendo em vista que neles se encontram informações que, conforme veremos, nos auxiliam a traçar o perfil do sujeito-enunciador. Além disso, segundo o princípio do dialogismo estabelecido por Bakhtin, todo texto *dialoga* com outros, o que pode se dar de muitas formas, das mais às menos explícitas. Em se tratando de textos que se encontram numa mesma publicação, é esperado que esse diálogo seja mais evidente.

Antes de iniciarmos a análise, destacamos que, no capítulo anterior (sobre o *ethos* do discurso em questão), procuramos revelar as características que compõem o perfil do sujeito-enunciador enquanto *fiador*¹ (encarregado da responsabilidade) do texto, o que desenvolvemos analisando o seu modo de enunciar. No estudo presente, trataremos de caracterizar o estatuto do sujeito-enunciador a partir do que seus enunciados revelam a seu respeito enquanto lugar

¹ Cf. Maingueneau, 1995, p. 139.

de enunciação. Com essa caracterização, poderemos traçar também o estatuto do destinatário, conferido pelo sujeito-enunciador na legitimação do discurso em análise.

1. O sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda

A primeira informação importante a respeito do sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda é que, em todas as publicações que constituem o *cópus*, aquele que se apresenta como responsável pela enunciação se identifica com o autor da obra, cujo nome aparece na capa. Embora o sujeito-enunciador, enquanto dimensão discursiva, seja, na verdade, um lugar de enunciação, para sua análise não há nada que nos leve a desconsiderar como esse lugar se materializa textualmente, isto é, *como se apresenta aos olhos dos destinatários*. Pelo contrário, como a análise de um discurso qualquer se constrói a partir dos textos representativos desse discurso, é preciso considerar o modo como esses se apresentam aos seus destinatários; a esse respeito, Maingueneau afirma:

Parece-nos, (...), que deve ser possível confrontar tais discursos sem ser obrigado a empobrecer consideravelmente a complexidade textual, isto é, a neutralizar aquilo que de direito constitui o objeto essencial da análise (1984, p.20).

Assim, sustentamos que essa categoria discursiva que é o sujeito-enunciador se apresenta aos interlocutores como autor da obra, o que concluimos considerando conjuntamente os fatos seguintes:

- a) os livros de auto-ajuda não se apresentam como obras de ficção;
- b) há enunciados com locutor² de 1^a. pessoa (singular ou plural, conforme a quantidade de autores).

Como se sabe, embora o locutor de um enunciado seja uma ficção discursiva, isto é, um ser do discurso cuja existência é completamente independente do sujeito-falante, ser empírico que é o responsável pela produção material de um enunciado, quando o locutor se

² Conforme terminologia proposta por Ducrot (1987).

apresenta em primeira pessoa numa publicação não-ficcional, o efeito de sentido³ que se cria no texto é a associação desse locutor com o sujeito-falante, que, no caso em questão, é aquele que se apresenta como o responsável pelo texto, isto é, o autor do livro. No *cópus* analisado, essa associação ganha reforço porque se encontram, nos livros, enunciados com locutor de 1^a. pessoa veiculando informações que refletem o que os textos paralelos ao texto principal dizem a respeito do autor. Por exemplo, na primeira página do livro de Ribeiro (1992), encontra-se um texto que apresenta o autor e cuja primeira frase é: "O Dr. Lair Ribeiro é médico brasileiro radicado nos Estados Unidos desde 1976". Desse modo, o interlocutor da obra passa a saber que o autor é um médico. E, ao longo do texto, podemos encontrar passagens como a que segue abaixo:

- (01) Em 1975, eu morava em Teófilo Otoni, uma cidade do nordeste de Minas Gerais. Numa sexta-feira à tarde, recebi o telefonema de um hotel dizendo que havia um hóspede com dor no peito. Eu me preparava para um fim-de-semana prolongado e pedi que chamassem **outro cardiologista**. Mas alegaram que já haviam feito isso, sem êxito. Assim, aceitei. Fiz um eletrocardiograma na pessoa e diagnostiquei um infarto do miocárdio. Levei-o para o hospital. Lá, o paciente perguntou-me se eu conhecia seu filho, Peter Maroko. Disse-lhe que conhecia seus trabalhos de cardiologia, mas não pessoalmente. Peter era chefe do Departamento de Pesquisas da Universidade de Havard. Dois dias depois, Peter chegou de Harvard para ajudar-me no tratamento de seu pai. Isso durante quinze dias. Na véspera de sua partida, eu tinha que dar aula para um grupo de médicos do hospital, de especialidades diferentes, sobre arritmias no infarto agudo do miocárdio. Como Peter iria assistir à aula, pedi licença aos meus colegas para elevar o nível da palestra. Todos concordaram. No final da aula, Peter veio a mim e perguntou-me: "Você gostaria de ir para Harvard?" Quando as pessoas ouvem esta história, costumam dizer: "**Lair**, você é de sorte..." (ibid., p.103-4; os grifos são nossos).

Como podemos notar, essa passagem informa que o locutor de 1^a. pessoa não só é médico cardiologista⁴, como também se chama *Lair*. Daí o reforço da associação entre o sujeito-enunciador e o autor da obra.

O mesmo se dá com os outros livros do *cópus*. Em Ricardino (1997), há na contracapa o enunciado (02), cujas informações se duplicam em enunciados como (03) e (04), que pertencem ao texto principal:

³ Trata-se de um efeito de sentido, e não de uma equivalência perfeita!

- (02) Luiz Ricardino é Psicólogo e atua como Terapeuta, consultor de empresas e escolas na área de desenvolvimento humano.(ibid, contra-cap)
- (03) Hoje, quando eu faço palestra em escolas, para professores e pais de alunos, procuro incentivar que, ao invés de tentarem saber como educar os filhos, o ideal seria se conhecerem melhor, porque os filhos vão no vácuo. (ibid., p.46)
- (04) Na verdade, a orientação que eu tenho dado para os pais é: resolvam as suas dificuldades. (ibid., p.47)

O mesmo acontece em Rocha (1995), tendo em vista que enunciados do texto principal, como os exemplos (05) e (06), se ligam a enunciados do texto que apresenta a autora, como o exemplo (07):

- (05) Meu marido, um médico ortopedista, Dr. Silas Sallem, bastante conhecido na nossa região, faleceu num acidente, deixando-me sozinha, de repente, com a responsabilidade de educar e acabar de criar quatro filhos rapazes, com onze, treze, quinze e vinte anos. (ibid., p.56)
- (06) Depois que fiquei viúva, tive dor num seio, bastante intensa e freqüente (como se houvesse uma faca virando dentro do seio), o que, segundo a opinião médica era um acúmulo de hormônios por falta de regular atividade sexual. (ibid., p.83)
- (07) Tornou-se escritora após a morte do seu marido num acidente (...). (ibid., orelha da contra-cap)

Além disso, os textos paralelos ao texto principal informam, de uma forma ou de outra, que os "autores" ministram cursos ou palestras e, nos textos centrais das publicações de nosso cópulus, encontramos vários enunciados que se referem a essa prática de seus autores; vejamos alguns exemplos:

- (08) Os nossos cursos, feitos com base nas novas tecnologias de programação neurolingüística, conseguem resultados evidentes em pouquíssimo tempo: nós ensinamos o **processo** e não o **conteúdo**. (Ribeiro, 1992, p.15)
- (09) Certa vez, fomos contratados para elaborar trabalho de motivação em uma conceituada empresa. (Rybas e Moyses, 1998, p.84)

⁴ O efeito é que não se trata de um cardiologista qualquer; afinal, é um cardiologista que recebeu convite de Harvard.

- (10) A primeira coisa que digo, quando dou um curso de meditação, é que não acredito numa técnica única que seja igualmente eficaz para as pessoas de todas as idades e temperamentos. (Aveline, 1998, p.40)

Se o sujeito-enunciador remete, conforme vimos, ao autor, isso significa que as informações a respeito do autor dadas na própria obra devem ser consideradas para que se trace o estatuto do sujeito-enunciador *enquanto lugar de enunciação*. É aqui que entra o conjunto de textos paralelos ao texto principal. Considerando somente os textos que trazem informações sobre o autor da obra, o que podemos descobrir, conforme revelam alguns dos exemplos já citados, é que o autor tem uma formação ampla, que fez vários cursos, que tem vários títulos, que profere palestras, que ministra *workshops*, que publica livros, etc. A seguir, a título de exemplificação, reproduzimos alguns destes textos:

- (11) O Jornalista Carlos Cardoso Aveline, nascido no Rio Grande do Sul, em 1952, viajou pela América Latina e outros continentes. Tem vários livros publicados, entre eles **Apontando para o Futuro – Responsabilidade Ética e Preservação Ambiental no Século 21** (FEEU-PrajnaParamita, Porto Alegre, 1996). Profere palestras sobre teosofia ou sabedoria divina em várias partes do país e escreve artigos para publicações espirituais, inclusive Planeta e Planeta Nova Era, de São Paulo, onde foram publicados vários dos textos reunidos neste volume. (Aveline, 1998, orelha da capa).
- (12) Alina Rocha é natural de São Paulo, capital, e reside em Ponta Grossa, Paraná, há mais de 25 anos. É formada em História Natural, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em biofísica, na Faculdade de Medicina Federal. É graduada pela Associação Azul de Pesquisas e Estudos da Mente em Desenvolvimento e Orientação Mental (D.O.M), de Curitiba. Tornou-se escritora após a morte do seu marido num acidente, sendo inspirada na elaboração de *Vozes Interiores*, um livro de bolso, que fortalece o leitor nas horas mais difíceis que já vendeu mais de 40 mil exemplares no Brasil e em Portugal. Anteriormente à morte de seu marido, um médico ortopedista, a autora já auxiliava vários de seus clientes na captação de energias e na recuperação bem mais rápida, com o uso do pensamento positivo. Aldina Rocha profere palestras sobre Depressão e Energia da Mente em faculdades, escolas e outras instituições, abordando prática do Poder Mental para saúde e auto-cura. (Rocha, 1995, orelha da contra-cap).
- (13) Dr. Lair Ribeiro é médico brasileiro radicado nos Estados Unidos desde 1976. Na Universidade de Harvard, além de treinamento médico, adquiriu grande experiência nos campos educativo e empresarial. Atualmente é professor adjunto da Universidade Thomas Jefferson. Treinado em várias áreas da Psicologia, é autor de mais de 100 publicações científicas. Graduado pelo Instituto de Neurolingüística (NLP) de New York e, também, pelo Instituto de Brain Techonology, de Colorado, é membro ativo das

Sociedades Americanas de Programação Neurolingüística e Treinamento de Pessoal. Nos últimos anos, Lair Ribeiro vem ministrando cursos nas áreas de desenvolvimento pessoal em vários países. Reconhecido como profissional capaz de simplificar assuntos complexos e encontrar soluções com facilidade, seu entusiasmo e energia são contagiantes. (Ribeiro, 1992, p.1)

Além desses textos que se referem especificamente aos autores, conforme dissemos anteriormente, encontra-se também nos livros de auto-ajuda, especialmente nas suas páginas finais, uma relação dos cursos ministrados pelo autor, ou uma relação de suas principais publicações. Em síntese, podemos dizer que todos esses textos, que dizem respeito de uma forma ou de outra ao autor, apontam para o seu **saber**. A princípio, poderíamos entender que se trata de uma estratégia destinada a conferir credibilidade à figura dos autores, para que suas obras possam ser vendidas e para que as teses que propõem sejam mais facilmente aceitas.

Por outro lado, sabemos que o discurso de auto-ajuda se destina a ensinar, por assim dizer, aos seus interlocutores, o que e como fazer para realizar uma série de diferentes aspirações comuns a um grupo indefinido de pessoas (tais como: conseguir um emprego, melhorar de vida, enriquecer, curar uma doença, desenvolver-se espiritualmente, melhorar a auto-estima, etc). Desse modo, podemos concluir que ser sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda é assumir um lugar de saber, é colocar-se num lugar de enunciação que implica ter um conhecimento especial ou específico para ser transmitido. Logicamente, isso não significa que os autores de auto-ajuda, enquanto pessoas empíricas, tenham realmente algum saber especial que precisa ser passado para o resto da humanidade, mas que enunciar a partir desse lugar é apresentar-se como tendo esse saber e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo⁵. Sendo assim, podemos dizer que esse conjunto de textos paralelos ajuda a legitimar o lugar de saber a partir do qual o sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda enuncia, tendo em vista que o apresentam como alguém que está preparado para o que se propõe fazer (dada a sua formação) e que está atuando nessa área que se pode chamar de "desenvolvimento pessoal" ou mesmo auto-ajuda (proferindo palestras, ministrando cursos e publicando livros), o que também atesta a sua aptidão e lhe garante credibilidade.

Vejamos agora os fragmentos abaixo:

⁵ Parafrazeamos aqui o seguinte enunciado de Maingueneau (1989) a respeito do uso das aspas: "Colocar entre aspas não significa dizer explicitamente que certos termos são mantidos à distância, é mantê-los à distância e, realizando este ato, simular que é legítimo fazê-lo" (p.90).

- (14) Eis **um livro que apresenta verdadeiras receitas** contra a angústia, o medo, a incerteza, a falta de confiança própria e outros obstáculos que, somados, resultam no 'atraso de vida'. (Prado, 1995, contra-capas; o grifo é nosso)
- (15) Há, neste livro, **um roteiro seguro de procedimentos, exemplos, lições e maneiras** de tornar mais forte a capacidade de utilização da força mental em benefício próprio ou de terceiros. (...) Nestas páginas, sem ser uma manual, **há um manual de lições** para sermos verdadeiramente mais filhos de Deus. (Rocha, 1995, orelha da capa; o grifo é nosso)
- (16) Este livro, **resultado de décadas de estudo da sabedoria divina e de participação direta em movimentos voltados para a elevação da humanidade**, mostra nossa vida diária como um grande laboratório alquímico em que deve ser testado – ponto por ponto – todo o nosso conhecimento do mundo e de nós mesmos. (Aveline, 1998, contra-capas, o grifo é nosso)
- (17) Com base na Programação Neurolinguística e na 'Ciência do Sucesso', **este livro ensina** a aumentar sua capacidade cerebral e alcançar o que você realmente deseja na vida. (Ribeiro, 1992, contra-capas; o grifo é nosso)
- (18) O livro não pretende esgotar o assunto. Ele é um **guia** prático escrito para aqueles que necessitam de conceitos de psicologia aplicada ao seu dia-a-dia (...). Recomendo, pois, não só a leitura, mas o uso diário do livro (...) como um **manual** prático de comunicações e relacionamento interpessoal. (Ribas e Moyses, 1998, p.8, o grifo é nosso)

Conforme podemos notar, esses fragmentos, retirados dos textos paralelos, fazem referência às obras em que estão inseridos, apresentando-as como depósitos de conhecimentos, espécie de guias ou manuais nos quais os leitores podem encontrar as orientações de que necessitam, o que confere automaticamente ao autor a imagem de um orientador, de alguém dotado de um conhecimento distinto, que deve ser compartilhado em função de sua utilidade; a esse respeito destacamos o enunciado abaixo:

- (19) Este livro é mais uma **contribuição** do Dr. Lair Ribeiro para a humanidade. Obrigado, Lair, por você ser o que é e **compartilhar** conosco a sua magia. (*Saul Brandalise Júnior, Presidente da Perdigão Agroindustrial S.A.*) (Prado, 1992, p.2; o grifo é nosso)

Obviamente a imagem do sujeito enunciativo enquanto um orientador, uma pessoa dotada de saber, não poderia ser construída unicamente nos textos periféricos nas obras de auto-ajuda. Pelo contrário, essa imagem se revela ao longo dos textos, tendo em vista que eles

se constituem de uma seqüência de explicações, de elucidações a respeito dos mais diferentes aspectos relacionados à vida humana e ao mundo. Os esclarecimentos do sujeito-enunciador são feitos por meio de enunciados afirmativos que, conforme discussão do primeiro capítulo, no qual analisamos a modalidade no discurso de auto-ajuda, se apresentam como verdades inquestionáveis. Abaixo, apresentamos alguns exemplos:

(20) A chave para a paz está em compreender e resolver os conflitos internos, porque a guerra militar é apenas a continuação da angústia por outros meios. (Aveline, p.106)

(21) Para vencer na vida, e ser feliz, uma pessoa precisa gostar incondicionalmente de si mesma, fazer-se respeitar e orgulhar-se do seu jeito de ser. (Ribas e Moyses, p.25)

No primeiro capítulo, analisando esses enunciados afirmativos, caracterizamo-los, entre outras coisas, como casos de ocultação de evidencialidade, ou seja, do conjunto de conhecimentos a partir dos quais o falante realiza a sua avaliação epistêmica (que, no caso em questão, também está oculta). Como a perspectiva que adotamos é a da AD, sugerimos, então, que o conjunto de conhecimentos e crenças que permite ao sujeito-enunciador apresentar enunciados como os exemplos acima está diretamente relacionado ao lugar de onde enuncia, isto é, ao lugar discursivo que o autoriza a enunciar, o que pressupõe inclusive um certo modo de enunciar⁶. Agora, definindo o estatuto do sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda como um lugar de saber, entendemos melhor a presença das asserções no discurso de auto-ajuda: como enunciados que trazem verdades inquestionáveis, informações a partir das quais os interlocutores devem administrar suas vidas, elas correspondem à materialização verbal do saber que autoriza o sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda a enunciá-las. Além disso, justificam-se as características fundamentais da enunciação desse sujeito: a manifestação de certeza e o direcionamento, traços de um discurso de saber e/ou que se origina do saber.

De um ponto de vista mais amplo, entendendo que o saber que esses enunciados assertivos veiculam está diretamente ligado ao saber que os autoriza (e vice-versa), revelamos, desta forma, a configuração circular do discurso entendido nos termos de Maingueneau como um conjunto de coerções semânticas, no qual não há começo, nem meio, nem fim, mas um

⁶Trata-se, portanto, não só da delimitação *do que pode e deve ser dito* como também do modo como esse dito deve ser feito. Afinal, segundo Maingueneau, um discurso é um conjunto de condições de enunciabilidade, isto é, um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação (cf. Maingueneau, 1984, p.9).

agrupamento de traços definidores que se encontram articulados em cada uma das dimensões discursivas.

Fazendo parte desse conjunto de esclarecimentos fornecidos pelos textos de auto-ajuda, encontramos enunciados com a estrutura SN + VERBO *SER* (no presente do indicativo) + PREDICATIVO, cujo núcleo é, essencialmente, um SN. Essa estrutura, ao nosso ver, pode ser considerada um dos protótipos dos enunciados desse discurso, tendo em vista que se trata de uma estrutura tipicamente empregada para a apresentação de uma definição, de um esclarecimento, isto é, para a transmissão de um saber, embora esse não seja um saber comum. Vejamos alguns exemplos:

- (23) Encontrar a verdade é desiludir-se (...) (Aveline, 1998, p.51)
- (24) A ilusão é inimiga do bom-senso (ibid., p.61)
- (25) Erro é apenas um acerto que não chegou a acontecer. (ibid., p.62)
- (26) A intuição é um ensino recebido do íntimo, é uma voz interna. É um guia infalível do indivíduo (...) (Prado, 1992, p.20)
- (27) A vossa mente superconsciente é a Mente Divina manifestada em vós (...) (ibid., p.27)
- (28) A riqueza é questão de consciência. (ibid., p.142)
- (29) A mente é um computador e os pensamentos são programas que moldamos conforme a nossa vontade. (Rocha, 1995, p.27)
- (30) Na sua vida, os acontecimentos são reflexo do seu mundo mental. (ibid., p.41)
- (31) Autoconfiança é acreditar em si, é aquela credibilidade interior que transforma homens comuns em vencedores. (Ribas e Moyses, 1998, p.47)

Do ponto de vista discursivo, observamos que há heterogeneidade entre esses enunciados. Talvez fosse pertinente agrupá-los, o que nos permitiria encontrar algumas regularidades e apontar divergências. Assim, de uma maneira mais ou menos superficial e “descompromissada”, poderíamos dizer, por exemplo, que o enunciado (26) se aproxima do enunciado (27), enquanto os enunciados (28), (29), (30) e (31) parecem oriundos de um mesmo discurso. Já o enunciado (25) parece refutar os dois anteriores. Porém, para não nos desviarmos dos propósitos deste capítulo, por ora, não nos estenderemos no tratamento da

heterogeneidade do discurso de auto-ajuda. Em função da importância que essa questão tem para uma análise como a que estamos conduzindo e do cuidado que exige para que seu tratamento seja adequado (isto é, para que ele não reduza a diversidade discursiva a um mero levantamento da heterogeneidade textual), no capítulo 5, dedicamo-nos a investigar essa propriedade do discurso de auto-ajuda, promovendo, conforme possível, uma articulação entre os resultados que obtivemos com o desenrolar da análise.

Retomando a exposição das propriedades do sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda, remetemos a Ribeiro (1992). Nesse texto, notamos a presença do sujeito enunciativo de saber de forma extremamente clara, na medida em que o sujeito enunciativo dessa publicação:

a) apresenta definições/explicações:

- (32) Por isso vamos dar uma definição que servirá para todo mundo: **Sucesso é conseguir o que você quer!** (p.10)
- (33) A maior parte da realidade é algo que criamos dentre das nossas cabeças a partir de um terceiro componente que não é visível (p.26)
- (34) (...) a porta para o inconsciente é o hemisfério direito (...) (p.33)
- (35) Qualquer problema que ocorre na sua vida é um estímulo para fazer você crescer (p.98)
- (36) Sorte é quando preparação encontra oportunidade (p.105)
- (37) Delegar é dar oportunidade para outra pessoa treinar. (p.107)

b) revela aos seus interlocutores o significado de certos fatos:

- (38) Isso significa que um pequena diferença em desempenho faz uma tremenda diferença no resultado. (p.09)
- (39) O sucesso significa nunca parar, ou seja, sempre ir em busca de algo mais. (idem, p.29)
- (40) Isto não significa fazer coisas absurdas, mas pequenas coisas repetidas diariamente. (p.112)

c) corrige outros discursos ou o discurso dos outros:

- (41) Dizem que as pessoas como Einstein já nascem gênios. Não é verdade. Alguns realmente nascem com uma potencialidade maior. No entanto, se estamos usando somente três a quatro por cento de nossa capacidade mental, basta usar um pouco mais dos recursos que temos, para conseguirmos alcançar ou ultrapassar a inteligência de quem nasceu com maior potencialidade. (p.13)
- (42) Não é verdade, portanto, essa história de que "o que é sempre é". (p.25)
- (43) São Tomé dizia; é preciso ver para crer. Mas ele se enganou, pois o contrário é que é verdadeiro: é preciso crer para ver. (p.40)
- (44) Sempre se disse que devemos desenvolver os pontos fracos na nossa vida. Isso não está correto. Na verdade, devemos nos concentrar em nossas qualidades. (p.57)
- (45) "Eu trabalho para a empresa tal." Esse é um dos maiores erros que você pode cometer contra você mesmo: pensar que trabalha para alguém, para outra pessoa ou para uma empresa. Você trabalha para você!!! (p.102)

d) define o que deve e o que não deve ser feito:

- (46) Comece logo a fazer que o sentimento aparece, as coisas mudam fora e dentro de você. (...) Ouse fazer e o poder lhe será dado. (p.43)
- (47) Trabalhe seu ponto forte, que o resto se fortalece (p.52)
- (48) Deixe as experiências e mensagens positivas irem substituindo as negativas em sua auto-estima (p.61).
- (49) Sempre que estiver pronto para iniciar qualquer atividade, pergunte a si próprio: isso precisa ser feito? E não gaste nisso a sua energia se a resposta for "não". (p.110)
- (50) Nunca delegue para alguém que faça tão bem quanto você; senão você não estará delegando e sim transferindo responsabilidade. (p.107)
- (51) Faça coisas de graça e você verá que o mundo vai lhe devolver a doação. Isso não significa que você não deva valorizar o seu trabalho. Pratique a Síndrome de Robin Hood – cobre caro do rico e ajude o necessitado. Além disso, pratique a generosidade, dando, às vezes, até para quem não precisa. (p.55)

Podemos sintetizar os esclarecimentos feitos até aqui dizendo que o saber do sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda compreende, na verdade, dois "saberes": o saber revelado e o saber pressuposto. O primeiro diz respeito ao saber que o sujeito-enunciador

demonstra ao oferecer, a seus interlocutores, orientações, conselhos, explicações e definições. Já o segundo se refere ao saber que o autoriza a enunciar, isto é, àquele saber que ele, *enunciando como sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda, assume ter como legítimo*. Este último funciona como uma espécie de pressuposto pragmático, nos termos propostos por Maingueneau (1996), que os opõe aos pressupostos semânticos. Enquanto esses são elementos do conteúdo dos enunciados, os pressupostos pragmáticos se relacionam à enunciação, às condições de êxito do ato da linguagem. Tendo em vista que qualquer ato de linguagem, por sua enunciação, implica que as condições de sua legitimidade estejam reunidas, Maingueneau entende que essa "implicação" pode ser reformulada como pressuposto pragmático, isto é, como o conjunto de condições que devem ser respeitadas para que os atos de linguagem tenham êxito⁷. Para exemplificar, Maingueneau toma o ato de questionar, cujos pressupostos seriam: "que o questionador não conheça a resposta, que esteja interessado no que lhe responderem, que a resposta não seja evidente, que o destinatário seja capaz de conhecer a resposta, etc". (ibid. p.104)

Assim, traçando um paralelo com os pressupostos pragmáticos e considerando que ser sujeito de um discurso é ocupar um lugar de enunciação⁸, podemos dizer que há no discurso de auto-ajuda um saber que funciona como uma espécie de "pressuposto discursivo", assumido por todo aquele que enuncia a partir dessa posição enunciativa, como uma condição que deve ser respeitada para que a sua enunciação (com as orientações que sugere, as definições que apresenta, etc.) seja considerada legítima, o que, de um ponto de vista mais amplo, significa dizer "para que o discurso de auto-ajuda possa se legitimar". É nesse sentido que dissemos que o saber pressuposto é o que autoriza o sujeito-enunciador de auto-ajuda a enunciar, na qualidade de uma das condições de sua realização.

2. O destinatário do discurso de auto-ajuda

Quanto ao estatuto do destinatário do discurso de auto-ajuda, na investigação que conduzimos a respeito do *ethos* desse discurso, verificamos que a imagem conferida ao destinatário pelo sujeito-enunciador é essencialmente a de alguém que necessita de uma

⁷ Trata-se, obviamente, das condições de felicidades de Austin.

⁸ Cf. Foucault (1997).

orientação, seja porque é uma pessoa infeliz, seja porque é uma pessoa insatisfeita com a vida, etc. Assim como há um saber do sujeito-enunciador que faz parte dos pressupostos do discurso de auto-ajuda entendidos como condições de legitimação, podemos dizer que a carência do destinatário também faz parte desse conjunto de pressupostos, tendo em vista que, quando se oferece uma orientação, se pressupõe que o destinatário esteja necessitando dessa orientação e/ou procurando por ela. Caso contrário, o discurso de auto-ajuda não se legitimaria, pois seria considerado irrelevante, no caso de o destinatário não necessitar das orientações, e/ou invasor, no caso de o destinatário não estar procurando por elas. A esse respeito, devemos lembrar que oferecer orientações a respeito de como alguém deve conduzir a vida, resolver seus problemas, etc., é, de uma certa forma, invadir o espaço íntimo desse alguém, colocando-o numa posição inferior, daí o recurso, nos discursos cotidianos, à formas mais ou menos cristalizadas (tais como: "vou te dar um conselho, se é que você me permite", "sei que, se conselho fosse bom, seria vendido e não dado, mas..", "sem querer ser intrometido, ...", "sem querer meter o nariz onde não fui chamado, ...", etc.) e à modalizações (ex.: "eu acho que você deveria ou poderia...", "talvez você devesse...", "quem sabe se você..."). Com esses recursos, procura-se manter uma relação cordial com o interlocutor apesar da invasão cometida. A esse respeito, Maingueneau (2001, p. 38) nos lembra que a comunicação verbal, por ser também uma relação social, está submetida a regras de polidez, estudadas especialmente por Brown e Levinson na "teoria das faces". Segundo essa teoria, nós temos duas faces: uma negativa (que corresponde ao nosso "território", isto é, nosso corpo, nossa intimidade, etc.) e outra positiva (que corresponde à nossa "fachada" social, à imagem positiva que tentamos apresentar aos outros). Como existem, na comunicação, pelo menos dois interlocutores, existem, no mínimo, quatro faces envolvidas na comunicação: a positiva e a negativa de cada um dos interlocutores.

Do ponto de vista da teoria das faces, entende-se que todo ato de enunciação é, pelo menos potencialmente,

uma ameaça para uma ou várias dessas faces: dar uma ordem valoriza a face positiva do locutor, desvalorizando a do interlocutor; dirigir a palavra a um desconhecido ameaça a face negativa do destinatário (é uma intrusão no seu território), mas também a face positiva do locutor (que pode ser visto como sendo excessivamente desinibido) (ibid., p.38).

Nesse sentido, um conselho não solicitado é uma ameaça para a face negativa do destinatário, daí a recorrência a estratégias que amenizem essa ameaça, conforme vimos acima. A respeito das estratégias usadas pelos interlocutores para a preservação das faces, Maingueneau afirma:

Visto que uma mesma fala pode ameaçar uma face com o intuito de preservar uma outra, os interlocutores são constantemente levados a buscar um acordo, a negociar. Eles devem efetivamente procurar um meio de preservar suas próprias faces sem ameaçar a de seu parceiro. **Desenvolve-se, então, todo um conjunto de estratégias discursivas para encontrar um ponto de equilíbrio entre essas exigências contraditórias** (ibid., p.39; o grifo é nosso).

No caso do discurso de auto-ajuda, essa questão se resolve com a integração da carência de orientação do destinatário ao conjunto de pressupostos que operam a legitimação desse discurso. De uma forma mais específica, podemos dizer que, enquanto pressuposto, o estatuto de "desorientado" do destinatário do discurso de auto-ajuda legitima esse discurso, sustentando especialmente o estatuto de orientador do sujeito-enunciador, tendo em vista que a sua legitimação se dá pela pressuposição da existência de alguém que necessite do seu saber.

Por fim, gostaríamos de nos adiantar a uma possível reprovação ao recurso que fizemos à Pragmática, quando lhe tomamos emprestados alguns conceitos na análise que desenvolvemos neste capítulo. Inicialmente, gostaríamos de lembrar que, para produzir análises mais completas e mais refinadas, a AD, conforme nos esclarece Possenti (1996), "não só **não** precisa dispensar a pragmática, uma certa pragmática, alguns problemas ou sugestões de uma certa pragmática, mas até **mesmo necessita urgentemente encontrar uma forma de incorporá-la a seu aparato teórico-metodológico**" (p. 72; os grifos são nossos). Além disso, como também observa o mesmo autor, com incorporação de certos conceitos, a AD não corre o risco de ser transformada numa Pragmática, tendo em vista que, quando determinados elementos do discurso da Pragmática são incorporados pela AD, são eles que passam a ser afetados pelo discurso da AD (e não o contrário), passando a fazer parte dele (o que foi, ao nosso ver, o que aconteceu aqui). Afinal, como sustenta a própria AD, os enunciados recebem sua interpretação do discurso a que pertencem e, segundo a tese da heterogeneidade constitutiva, é mesmo esperado que um discurso absorva outro(s).

3. O estatuto dos interlocutores discursivos x formações imaginárias

Ao fazer uma retrospectiva crítica do surgimento da AD, Maingueneau (1990) nos lembra que nessa disciplina, às vezes, as considerações teóricas chegam a suplantar as investigações empíricas em função da estreita associação existente entre elas, o que justifica a constante necessidade de se avaliarem os fundamentos da AD.

A partir dessa constatação e da inevitável percepção das mudanças pelas quais passaram as ciências humanas desde o aparecimento da AD, Maingueneau destaca a necessidade de repensar os fundamentos da AD, tendo em vista que ignorar a questão é, essencialmente, "uma atitude suicida a menor ou maior prazo" (ibid., p.73). Afinal, "uma disciplina como a análise de discurso não pode se tornar um simples método de investigação empírica sem perder toda sua razão de ser, sem ser absorvida no universo indeciso de uma espécie de pragmática das situações de comunicação" (ibid., p.73). Uma saída, aponta o autor, seria a modernização das referências teóricas da lingüística, do marxismo e da psicanálise, disciplinas cuja articulação, como se sabe, faz parte das condições de emergência da AD. Porém Maingueneau descarta essa solução, tendo em vista que ela pressupõe que o núcleo primitivo da AD continua válido e que é somente sua "vestimenta" que se tornou anacrônica. Para o autor, uma alternativa melhor é considerar que a AD vai além de

seu enraizamento lacano-althusseriano, que este enraizamento é ele mesmo uma interpretação. É inegável que a análise de discurso se alimentou do althusserianismo, mas que isto não significa que ela se reduza a ele. Podemos muito bem conceber que a solidez dessa referência impede de ver um movimento de pensamento, na realidade, mais complexo. O próprio fato de que a análise de discurso tenha sobrevivido ao apagamento da conjuntura que a tornou possível, o fato de que ela tenha podido tocar públicos estranhos ao marxismo e à psicanálise parecem indicar que isto que por longo tempo tomamos como uma ortodoxia talvez não o seja (ibid., p. 73).

Qualificando o tratamento que dá à temática em questão mais como a formulação de um problema do que a apresentação de uma solução, Maingueneau destaca a pertinência dessa discussão especialmente em função da "indigência conceptual de muitos trabalhos sobre o 'discurso' que florescem hoje no mundo inteiro" (ibid., p.73).

Talvez seja possível contribuir para o desenvolvimento desse debate ressaltando as vantagens que uma análise desenvolvida segundo a proposta de Maingueneau tem sobre outras

mais compromissadas com os fundamentos teóricos que assistiram o nascimento da AD, como as que adotaram/adotam o modelo desenvolvido por Pêcheux e pelos seus seguidores. Além da vantagem de trabalharmos com um modelo que articula as múltiplas dimensões discursivas, o que muito contribui para o desenvolvimento de uma análise sólida e coerente, a abordagem de Maingueneau evita, entre outras coisas, que a análise se baseie no que é o emprego controverso da noção de condições de produção. Essa, como se sabe, pode ser empregada em dois sentidos: tanto para se referir ao conjunto de fatores econômicos, sociais, culturais, etc., que favorecem a emergência de um discurso (sentido amplo), quanto para se referir ao contexto mais imediato de um discurso, isto é, as circunstâncias da enunciação⁹ (sentido restrito), sentido esse cuja origem está relacionada ao próprio surgimento da noção, que se deu logo na primeira versão da Análise Automática do Discurso (Pêcheux, 1969). Nesse texto, definida a partir do esquema informacional da comunicação de Jakobson, essa noção compreende

os lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever os feixes de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do 'patrão' (diretor, chefe de empresa, etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis (ibid., p.82).

Segundo Pêcheux, esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo, porém, nesses processos, cada um desses lugares se encontra apenas representado, ou seja, está "presente mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias" (ibid., p.82), que designam o lugar que os protagonistas do discurso se atribuem cada uma si e ao outro, e imagem que eles fazem do contexto, da situação na qual estão inseridos. Pêcheux se refere, então, a regras de projeção que estão presentes nos mecanismos de qualquer formação social, estabelecendo as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações). Porém, conforme Courtine (1981) destaca, a relação assim estabelecida entre os lugares e a representação subjetiva desses lugares numa situação concreta de comunicação gerou interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou eclipsa as determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo (p. 21), o que é mesmo que dizer que

⁹ Cf. Orlandi, 2001, p.30.

houve uma reprodução teórica da ilusão do sujeito enunciador. De fato, num trabalho posterior, Pêcheux e Fuchs (1975) reconhecem que a noção suscitava mais de uma interpretação, pois designava concomitantemente tanto o efeito das relações de lugar nas quais o sujeito está inscrito, quanto a situação no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc. Segundo os autores, neste último sentido, as condições de produção "determinariam 'a situação vivida pelo sujeito' no sentido de variável subjetiva (atitudes, representações, etc.) inerentes a uma situação experimental" (ibid., p.171). Assim, procurando eliminar a ambigüidade da noção, Pêcheux e Fuchs esclarecem que

a primeira definição se opõe à segunda como o real ao imaginário, e o que faltava no texto de 1969 era precisamente uma teoria deste imaginário localizada em relação ao real. Na falta desta localização era inevitável (e foi o que efetivamente se produziu) que as relações de lugar fossem confundidas com o jogo de espelhos de papéis interiores a uma instituição (...). Em outros termos, o que faltava e o que ainda falta parcialmente é uma teoria não-subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador. O fato de se tratar fundamentalmente de uma ilusão não impede a necessidade desta ilusão e impõe como tarefa ao menos a descrição de sua estrutura (sob a forma de um esboço descritivo dos processos de enunciação) (...) (ibid., p.171).

Para Courtine (1981), as interpretações distorcidas da noção de condições de produção vêm, de um lado, do recurso ao esquema da comunicação de Jakobson, que induz à redução das condições (históricas) de produção de um discurso às circunstâncias da produção (no sentido psicolinguístico do termo) de uma mensagem por um sujeito; por outro lado, elas decorrem de uma divisão das tarefas, espontaneamente operada em AD, pela qual as condições de produção recebem sua caracterização da psicologia ou da sociologia, terrenos que ele identifica como os que deram origem à noção. Entendendo que a natureza da apresentação da noção que Pêcheux esboçou em 69 não rompe com as origens psicossociológicas do termo, diz o autor que os termos "imagem" e "formação imaginária" não são mais do que meros substitutos da noção de papel, tal como ela é praticada na "teoria do papel", herdada da "sociologia funcionalista" ou ainda do "interacionismo psicológico"¹⁰.

Embora Pêcheux¹¹ tenha tentado resolver a questão introduzindo os esquecimentos n.1 e n.2 para explicar o funcionamento dos processos enunciativos numa perspectiva não-

¹⁰ Cf. Courtine, 1981, p.22.

¹¹ Cf. Pêcheux & Fuchs, 1975.

subjetiva, isso não foi suficiente para evitar que, na prática, isto é, nas análises comprometidas com o quadro teórico proposto por Pêcheux, dominasse a referência a uma situação psico-social de comunicação¹². Segundo Courtine, isso acontece porque falta à AD uma verdadeira intervenção teórico e especialmente metodológica do materialismo histórico, que parta do primado da contradição sobre os contrários e do caráter desigual da contradição, para que a referência ao marxismo não se reduza a um projeto voluntarista de uma teoria do discurso, que substitua o trabalho necessário de uma contradição pelo enunciado de sua resolução teórica.

Por outro lado, podemos tomar uma direção diferente, considerando, conforme observou Maingueneau, que uma boa alternativa¹³ para o desenvolvimento da AD é a superação de seu enraizamento lacano-althusseriano. Foi praticamente esse rumo que tomamos ao adotar a abordagem de Maingueneau, na qual se procura desenvolver uma análise das dimensões discursivas a partir da própria materialidade lingüística, isto é, do conjunto de enunciados que foram efetivamente produzidos de acordo com um determinado conjunto de coerções semânticas; em outras palavras: *analisa-se o discurso pelo discurso*, o que afasta definitivamente o perigo de explicar as características dos discursos a partir dos papéis sociais que por ventura possam ser equivocadamente convocados para integrar as condições de produção. É assim que procuramos definir o estatuto do sujeito enunciator e do destinatário do discurso de auto-ajuda a partir do que o discurso em questão revela a esse respeito e não a partir de categorias extra-discursivas. Por outro lado, como Maingueneau entende o interdiscurso como a origem de um discurso qualquer, sua abordagem também não corre o risco de proceder a um retrocesso, colocando os sujeitos na origem dos discursos.

Por fim, vale lembrar ainda que outra desvantagem da associação das CPs a um jogo de imagens, além do perigo de reduzi-las a uma questão de papéis, é o risco de deixar de considerar o peso de outros fatores pertinentes, que variam conforme o tipo de material analisado, como, por exemplo, restrições genéricas e outros discursos, prévios e/ou concorrentes.

¹² Para uma discussão mais detalhada da questão, sugerimos Courtine, 1981, capítulo I.

¹³ Talvez seja mais certo dizer que essa é a única alternativa que Maingueneau considera realmente defensável, conforme pode ser percebido, inclusive, nas citações encontradas no começo deste item.

Capítulo 4 - Aconselhamentos: dos provérbios ao discurso de auto-ajuda

Introdução

No cópuz, chamou-nos a atenção a existência de uma série de enunciados, dispersos nos diversos textos, que se assemelham muito a provérbios¹. Tais enunciados, assim como os provérbios, apresentam uma grande independência contextual que lhes possibilita a inserção em outros contextos, isto é, percebemos facilmente que eles poderiam ser destacados do contexto original para integrar-se a outros, sem prejuízo de sentido. Aliás, a esse respeito, notamos que, embora isto não seja a regra, em algumas livros, muitos deles estão destacados com alguma marca tipográfica (aspas, negrito e/ou itálico) que os distingue dos demais enunciados do texto. Vejamos alguns exemplos desses enunciados que aparecem em destaque:

- (01) Se você não gosta de você, mude seus pensamentos. (Ricardino, 1997, p.26)
- (02) Relacionamento tem a ver com cooperação, se o outro não quer cooperar mude de parceiro. (ibid., p.81)
- (03) Primeiro sinta, depois pense. (ibid., p.84)
- (04) Identificar um problema é o mesmo que fornecer óculos adequados a um míope. (Ribas e Moyses, 1998, p.95)
- (05) Qualquer pessoa pode comer um elefante todo sem ter indigestão, desde que coma aos pedacinhos. (ibid., p. 107)
- (06) Ter objetivos é traçar o caminho de nossas vidas. (ibid., p.116)
- (07) Falar o que não interessa ao outro é o mesmo que querer explicar o sabor da carne a um vegetariano. (ibid., p.150)

A partir dessa observação, iniciamos este capítulo analisando mais detalhadamente em que medida esses enunciados se aproximam dos provérbios, procurando destacar seus efeitos de sentido. Para tanto, comparamos as propriedades desses enunciados com as dos provérbios,

¹ Analisando materiais semelhantes, sem objetivos taxionômicos, Lysardo-Dias (2001) propôs a designação “enunciação proverbial” para dar conta da série de enunciados que diz respeito a provérbios, frases feitas, ditados, etc.

apresentadas por Rocha (1995), que, situando seu trabalho no campo da lingüística da enunciação e do discurso, investiga o emprego dos provérbios. Para a análise, selecionamos, como fizemos no primeiro capítulo, somente os enunciados oriundos de uma obra que consideramos representativa do discurso de auto-ajuda, ou seja, o livro "O sucesso está em suas mãos", de Lair Ribeiro. Desta forma, essa será a fonte das ocorrências de que aqui tratamos. Embora haja, nesse livro, um conjunto bastante rico de enunciados, que, em função de suas características, podem fazer parte do conjunto de ocorrências analisadas, selecionamos para tanto especialmente os enunciados que, espalhados por toda a obra, aparecem separados do corpo do texto, em negrito.

Posteriormente, vamos sustentar que o discurso de auto-ajuda, em função de suas características, pode ser considerado como um caso de *captação* do gênero proverbial, segundo designação proposta por Grésillion e Maingueneau (1984), o que justifica a existência, em seus textos, de enunciados como esses, que, conforme veremos a seguir, apresentam as mesmas propriedades dos provérbios.

1. Os provérbios legítimos e os provérbios do discurso de auto-ajuda

1.1. Os provérbios e a lingüística da enunciação

Rocha (1995) investiga os provérbios do ponto de vista lingüística da enunciação e do discurso. Partindo do conceito de subjetividade de Benveniste, segundo o qual a enunciação é produto da atividade do sujeito falante, a autora analisa uma coletânea de provérbios em francês seguidos de seus correspondentes em português, investigando suas marcas enunciativas e as relações que promovem entre os interlocutores, sempre considerando o fato, "essencial, de que o provérbio constitui uma frase feita, o discurso do Outro, sempre citado ou reenunciado, e reennunciável" (ibid., p. 14); dito de outra forma, "trata-se de um discurso pronto que migra para outros discursos" (Pessoa, apud Rocha, 1995, p. 140).

Por serem verdades gerais e atemporais, os provérbios costumam ter uma formulação impessoal. Entretanto, como existem alguns com marcas pessoais, Rocha discute em seu trabalho o estatuto dessas marcas, o que a leva a investigar também dêiticos, formas verbais e a questão da referência. Seu principal intuito é

demonstrar que na realidade os provérbios não podem ser enunciados no sentido estrito do termo, pois não se produzem no ato da enunciação (são reenunciados, ou citados) e não referem aos seres presentes no universo da enunciação, ou o fazem indiretamente, de maneira ambígua e proveitosa para as intenções do locutor (ibid., p. 15).

Uma das primeiras considerações feita pela autora a respeito dos provérbios é a sua identificação como um caso de conotação autonímica, tendo em vista que acumulam duas semióticas: a de frase empregada e citada ao mesmo tempo. Esta última ocorre no modo do *como se diz*, no modo do *como diz o outro*, etc. Acerca desse modo de dizer, baseando-se em Rey-Debove (1978), Rocha afirma que se trata do modo que integra o enunciador na comunidade,

uma vez que é o modo da norma lingüística (...): *on* (*se* ou sujeito indeterminado em português) é todo mundo, e para o enunciador "ora *nós*, ora *eles*, de acordo com as disposições do momento; quando o dizer convém ao enunciador é *nós*; se ele é buscado na sabedoria das nações e nos lugares-comuns, é *eles*, por um justo sentimento de singularidade. Em todo caso, *se* (*on*) é um plural que vem sustentar uma fala individual: posso muito bem dizer isso já que o dizem (...). Pois se o dizem, então isso se diz (...); o passivo faz desaparecer a fonte do dizer, promovido de súbito a uma existência independente" (ibid., p.68).

Além disso, esse modo representa a língua tal qual ela é falada, caracterizando-se pela freqüência, correção, banalidade e pobreza de informação; nesse sentido, "esse modo representa a língua como *uso* e não como *criatividade*" (ibid., p.68). Comparado à gramática gerativa, que produz frases corretas não-codificadas, esse modo de dizer se caracteriza pela codificação.

Tendo qualificado os provérbios como frases de conotação autonímica, Rocha parte para a sua descrição enunciativa, iniciando-a pelo exame das marcas pessoais. Dado o pequeno número de provérbios que encontra com marcas pessoais, constata que há neles uma forte tendência à expressão impessoal. Por outro lado, verifica que há também uma reversibilidade em termos de expressão pessoal e impessoal, o que comprova nas variantes de um mesmo provérbio. Como todos os provérbios podem assumir uma formulação pessoal, embora a maioria deles traga uma formulação impessoal, Rocha conclui que eles "visam atingir o alocutário, mas indiretamente, sob o disfarce de uma expressão impessoal" (ibid., p.172). A esse respeito, afirma:

(...) tudo se passa de um modo muito indireto, quando se trata do uso de provérbios em discurso: o locutor não fala com suas palavras, já que usa o discurso do Outro, em cuja autoridade se apóia, e dirige-se indiretamente ao alocutário, pois mesmo que o provérbio traga um nítido *tu*, trata-se sempre de um *tu de percurso*, que designa todo mundo em geral e ninguém em particular (ibid., p.172).

No caso do discurso de auto-ajuda, dentre as 23 ocorrências que foram selecionadas do córpus e que acreditamos ter valor de provérbio, 05 são impessoais e 18 apresentam marcas pessoais. Dessas, em apenas 01 há marca de primeira pessoa do singular; as outras todas trazem marcas de segunda pessoa ("você" e/ou formas correlatas). Exemplos:

- (08) Se você mudar, o mundo muda com você. (p.42)
- (09) Trabalhe o seu ponto forte, que o resto se fortalece. (p. 52)
- (10) Se o único instrumento que você tem é martelo, todo problema você pensa que é prego.(p. 89)

O pronome *você*, presente nesses enunciados, pode ser entendido com um caso de pessoa subvertida, nos termos de Fiorin (1996), ou seja, trata-se de um exemplo de neutralização de uma oposição no interior da categoria de pessoa que resulta no emprego de um pessoa (no caso, a 2^a), com o valor de outra (no caso, a 3^a indeterminada). Para ilustrar esse fenômeno, Fiorin cita o seguinte exemplo: "(...) eu me senti, como quando o professor *te* interroga em grego dois dias seguidos", a que acrescenta:

Nesse exemplo, a segunda pessoa do singular substitui uma terceira indeterminada: "eu me senti como se sente alguém quando o professor o interroga em grego dois dias seguidos". É o caso do chamado *tu genérico*, que tem por função "pessoalizar enunciados impessoais (...)". (ibid., p.90)

Embora o autor se refira ao "tu", é óbvio que o comentário que tece também se aplica ao pronome de tratamento "você", que, como sabemos, substitui o "tu" na interpelação da segunda pessoa em várias regiões do Brasil. De fato, Ilari et al. (1996), analisando o comportamento dos pronomes pessoais no português falado no Brasil, referem-se ao emprego desse pronome com valor indeterminado. Nas palavras dos autores: "Notável (...) é o emprego de **você**, exatamente um pronome referente ao alocutário, como recurso para uma forte

indeterminação do sujeito" (p.101). Desse modo, podemos concluir que, no caso das ocorrências em análise, assim como Rocha observou para o caso dos provérbios, seus eventuais pronomes são termos metalingüísticos, isto é, referencialmente vazios, ou ainda, são pronomes de percurso que, ao invés de permitir a identificação de um único objeto, levam o alocutário a percorrer todos os indivíduos a que ele possa se referir. A esse respeito, Rocha afirma:

mesmo o *tu* e o *vós*, que normalmente designam de modo direto e claro a segunda pessoa, quando aparecem nos provérbios funcionam de modo peculiar, o que Culioli chama de **operação de percurso**, que "consiste em percorrer todos os valores possíveis no interior de um domínio sem poder se fixar em um valor específico (...); ou, segundo as palavras de P. Dahlet em uma conversa que tivemos a esse respeito, "consiste em percorrer o conjunto dos indivíduos suscetíveis de vir a ocupar uma posição de argumento numa relação de discurso, sem se deter em nenhum deles" (ibid., p.84; o grifo é nosso).

Desse modo, como os provérbios, os enunciados em questão podem passar da expressão pessoal à impessoal, assim como o inverso pode ocorrer com aqueles que trazem marcas pessoais. Vejamos alguns exemplos:

- (11) Você não pode obter bastante naquilo que você não quer (p. 79). √ "Não se pode obter bastante naquilo que não se quer"; ou "Não se consegue obter bastante naquilo que não se quer".
- (12) Quem assume para si uma meta que não é sua, está comprando sua própria infelicidade. (p.83) √ "Quando você assume para si uma meta que não é sua, está comprando sua própria infelicidade"; ou "Se você assumir para si uma meta que não é sua, estará comprando sua própria infelicidade".

Em função da forte tendência dos provérbios a se expressarem de modo impessoal, "embora se trate de um discurso fortemente centrado sobre o alocutário, ou seja, mobilizado para influenciá-lo de modo peremptório" (ibid., p.81), Rocha conclui que os provérbios compõem um discurso

que se quer impessoal, que recusa o funcionamento das pessoas lingüísticas "como um processo de troca incessante entre dois papéis indissociáveis, o do enunciadador e do

alocutário, uma reciprocidade pela qual todo EU é um TU virtual e todo TU um EU" (...): duas figuras igualmente necessárias no discurso, uma fonte e outra alvo da enunciação, os dois parceiros, alternadamente protagonistas da enunciação: é a estrutura do diálogo, do intercâmbio lingüístico.

Para o uso que se faz do provérbio no discurso, essa relação fica, portanto, prejudicada. Antes de mais nada, já pelo seu estatuto de citação, há um duplo escamoteamento do EU: temos toda razão para crer que deve haver um EU por detrás de cada provérbio, só que não podemos identificá-lo, pois não se trata do "eu" que usa o provérbio, o "eu" reenunciador que na realidade apenas cita o dito do outro EU, desconhecido, inacessível. Como dialogar com um tal enunciador? Como o emprego de um provérbio em discurso o alocutário só pode ser "tu", sem nunca ter a oportunidade de se tornar "eu", como corre numa situação norma de enunciação (ibid., p. 81-2).

Segundo a autora, esse é um dos motivos pelos quais o provérbio constitui um discurso de autoridade ou um discurso autoritário, tendo em vista que, além de provir de um sabedoria anônima inquestionável, ele também se impõe pela força ao bloquear a reciprocidade própria do intercâmbio lingüístico.

Na verdade, a autora vai além desta constatação e afirma que, nos provérbios, tanto o locutor quanto o alocutário ficam paradoxalmente excluídos da reciprocidade do intercâmbio lingüístico, pois o locutor não é o enunciador no sentido estrito de criador de seu discurso, é apenas o que o cita, o que o reemprega; assim, como não pode colocar-se como fonte do discurso ele tampouco pode designar como "tu" o alocutário, que, desse modo, fica impossibilitado de co-enunciar e co-referir. No entanto, como não se pode negar a existência da primeira e da segunda pessoas numa situação de discurso, uma vez que se trata de seus elementos essenciais, a autora conclui que, no caso dos provérbios, a primeira e a segunda pessoa estão presentes de um modo especial: enquanto a primeira comunica sem enunciar, a segunda, colocada de modo indireto e vago por um pronome ou por uma expressão de percurso, fica impossibilitada de co-enunciar.

Quanto aos dêiticos espaciais e temporais que porventura aparecem nos provérbios, Rocha constata que eles também não se referem a um lugar ou a um tempo específico, mas a qualquer lugar ou tempo em que o provérbio possa ser reenunciado. Nesse sentido, são também termos metalingüísticos, referencialmente vazios, que permitem sempre a reinserção do provérbio em novas situações de comunicação. Assim,

(...) o que torna (...) provérbios com marcas temporais ou espaciais passíveis de eterna reutilização é o fato de, como os demais, não trazerem outras referências específicas, (...).

A total generalização é um dos fatores determinantes para que um enunciado seja provérbio e, portanto, possa ser indefinidamente reempregado onde e quando quer que seja (...) (ibid., p.86).

Outra característica dos provérbios investigada por Rocha é a ausência do que Searle chama de "expressões referenciais definidas". Por isso, nos provérbios, os sintagmas nominais, inclusive os complexos ou os que têm um nome próprio por núcleo, nunca designam um objeto singular, independentemente, inclusive, do tipo de determinante que estiver antecedendo o nome núcleo do sintagma. E isto porque o que importa em um enunciado genérico, como é o caso dos provérbios, não é "o tipo de determinante que precede o sintagma nominal sujeito, mas o fato de que a existência desse sujeito não se restringe a um instante 't' em relação com uma enunciação específica" (p.172), o que é impossível nos provérbios, que dizem respeito a classes ou a indivíduos enquanto representantes de sua classe.

No caso das ocorrências que estamos analisando, notamos que nelas também não há dêiticos espaciais nem temporais, nem mesmo os referencialmente vazios; além disso, não encontramos nelas nenhuma expressão referencial definida. Como no caso dos provérbios que já fazem parte do estoque da língua, os sintagmas nominais desses enunciados dizem respeito a classes ou a indivíduos que as representam, e não a um único referente específico ligado à situação de enunciação, o que, segundo Rocha, se deve à relação muito específica que os provérbios, assim como qualquer enunciado genérico, têm com a situação de enunciação:

trata-se da não referência, ou, se o preferirmos, da ausência de referência a um ser específico presente numa situação específica. Esse fator é essencial (necessário e suficiente) para todo enunciado que vise à generalidade, ou seja, à transcendência da especificidade (ibid., p. 138).

Desse modo, quanto à sua referência, os provérbios (e também os enunciados que estamos analisando)

situam-se no universo do discurso, sejam eles metafóricos (...) ou não. Um provérbio como *Disputes de commères, secrets dévoilés* (*Brigam as comadres, descubrem-se as verdades*), mesmo empregado literalmente, aplicando-se a comadres bem específicas que se encontrem numa situação de enunciação específica, pertence ao universo do discurso na medida em que vale para todas "comadres" virtuais, e leva o alocutário a uma inferência generalizante, do tipo "Brigas revelam segredos" (ibid., p. 139).

Como todo enunciado genérico sempre leva o alocutário a uma inferência que contenha um universal (como *sempre, jamais, todo, tudo, nenhum, ninguém, etc.*), nos provérbios, a ausência de valor referencial específico para os seres mencionados é fundamental, pois nunca se trata de especificidade, mas de universalidade. Conforme observa a autora, isso também é válido para os provérbios metafóricos, cujas expressões, ao constituírem uma metáfora, perdem seu sentido próprio e específico, levando à inferência de uma verdade universal, expressa no presente genérico. Por exemplo: do provérbio metafórico "por um cravo se perde um cavalo", se infere "por pouco sempre se perde muito". Desse modo, um enunciado como o exemplo (13) abaixo,

(13) Se o único instrumento que você tem é um martelo, todo problema você pensa que é prego. (p. 89)

leva a uma inferência do tipo "se você está pensando como sempre pensou, nunca vai conseguir resolver seus problemas" ou ainda, para utilizar as próprias palavras de Ribeiro, "você (sempre) tenta encaixar os problemas no paradigma que tem" (p.95). Conforme dissemos no início desse capítulo, para discutirmos a relação que há entre o discurso de auto-ajuda e os provérbios, selecionamos preferencialmente os enunciados que, na obra considerada exemplar desse discurso, se encontram em destaque, separados do resto do corpo do texto. Entretanto existem outros enunciados nessa obra, espalhados pelo texto principal, que também se assemelham a provérbios. A título de exemplificação, apresentamos abaixo dois desses enunciados:

(14) Se você é cirurgião, tenta resolver tudo com cirurgia. (p.95)

(15) Se você é psicanalista, tente a achar que tudo se resolve com psicanálise (p.95).

Conforme podemos notar facilmente, esses enunciados parafraseiam o exemplo (13); portanto, levam ao mesmo tipo de inferência.

Analisando as formas verbais dos provérbios, Rocha verifica que neles existem tanto verbos de estado quanto verbos de ação e que, apesar da generalidade do emprego do presente,

quaisquer outros tempos podem ser usados. E isso porque, nos provérbios, "o essencial não é (...) o uso de tal ou tal tempo, mas que haja um caráter não-pontual, indefinido, que nos impeça de limitar a ação ou o estado a um instante 't' preciso em relação ao momento da enunciação" (ibid., p.173). Nesse sentido, como enunciados não engendrados numa situação de enunciação específica, os provérbios são enunciados não perecíveis cujas eventuais marcas temporais não os situam temporalmente do mesmo modo como o fazem nos enunciados comuns.

Rocha também verifica que todos os provérbios, inclusive os metafóricos, podem se reduzir a uma injunção, a uma interpretação imperativa. Assim, o modo verbal esperado nos provérbios deveria ser o imperativo, já que eles encerram sempre uma advertência ou conselho; entretanto, a autora nota que, do ponto de vista formal, a preferência é pelo indicativo presente precedido de um SN na terceira pessoa, que lhes confere a suavidade necessária a quem deseja falar sem dizer. Desse modo, "embora tenham por objetivo a injunção, procuram chegar a ela por caminhos disfarçados, mais suaves, menos agressivos" (p.115). De fato, a maior parte das ocorrências que estamos analisando também se apresenta assim. Vejamos alguns exemplos:

(16) O segredo da vida não é fazer o que você gosta. É gostar do que você faz. (p.101).

(17) A vida que você leva foi criada por você. (p.117)

Esses enunciados, como os provérbios, podem ser parafraseados por uma injunção. Assim, teríamos, respectivamente:

- Aprenda a gostar do que você faz (para ser feliz, para se dar bem na vida, etc.).
- Assuma a responsabilidade de sua vida (ou) Tome o controle de sua vida.

No caso do enunciado metafórico que apresentamos anteriormente (exemplo 13), teríamos a seguinte injunção: "mude seu modo de pensar", "abandone velhas crenças", "adote posturas diferentes", ou ainda, para utilizar termos empregados por Ribeiro, "mude de paradigma". Para ilustrarmos melhor o valor de injunção dos enunciados em questão, apresentamos os enunciados (18) e (19):

- (18) Se você quer jogar no Flamengo, não vista a camisa do Fluminense. (p.69)
 (19) Se você vive em terreno de peru, é muito difícil você aprender a voar feito águia. (p.55)

Conforme podemos notar, esses enunciados metafóricos equivalem² a injunções do tipo: "não conviva com pessoas negativas", "selecione bem suas companhias", "cerque-se de pessoas positivas e/ou bem-sucedidas", etc. Verificamos, assim, que valer por uma injunção é mais uma das características que aproxima os enunciados em análise aos provérbios.

Ainda segundo Rocha, o provérbio, em função de sua natureza de enunciado genérico que nunca faz referência a uma situação específica (embora seja aplicável a ela), "resulta num estratagema em que o locutor se furta a fazer um comentário sem, contudo, deixar de fazê-lo, pois deixando falar o provérbio, ele se faz falar pelo código" (ibid., p. 150). Afinal, conforme dito antes, como frase citada, o provérbio ocorre no modo de dizer que representa a língua tal como ela é falada. Desse modo, aquele que emprega um provérbio,

tem sempre a intenção de atingir um alvo preciso. Contudo, a natureza genérica, atributiva, do provérbio dá origem a uma dubiedade em termos de referência a alvos específicos, o que é, aliás, vantajoso para ambos os parceiros do ato de fala, já que permite ao locutor todo o jogo do "dizer e não dizer" (para lembrar Ducrot), e também do ouvir sem escutar ou receber sem receber, da parte do alocutário (ibid., p. 150).

A partir dessa propriedade dos provérbios, a autora analisa, finalmente, seu valor argumentativo. Como se trata de um enunciado do "dizer e não dizer", está sempre presente nos discursos argumentativos. Mesmo quando não é explicitamente argumentativo,

o provérbio conta com a capacidade de inferência do alocutário, num sutil jogo de subentendidos. Assim, por exemplo, aquele que numa fase tumultuada de sua vida ouve um *Depois da tempestade vem a bonança*, irá inferir que está sendo aconselhado a não se preocupar; ou a criança que, ao rejeitar o prato servido por sua mãe, ouve um *Barriga cheia, goiaba tem bicho*, perceberá o recado indireto: não deve comer nos intervalos das refeições (ibid., p.174).

² Para a construção dessas paráfrases, levamos em conta o contexto em que aparecem os enunciados metafóricos (18) e (19).

Conforme destaca a autora, a maior virtude do provérbio do ponto de vista da argumentação é que, se empregado no contexto adequado, é um enunciado irrefutável, pois ele constitui uma idéia estabelecida pelo senso comum, que é admitida de longa data como verdadeira e, assim, preexistente à argumentação do locutor particular que o emprega numa situação específica. Como enunciado citado, e não criado no momento de uma determinada enunciação, a argumentação do locutor que o emprega se torna totalmente cerceadora, na medida em que se apóia sobre princípios anteriormente admitidos, que constituem uma verdade de origem anônima, consagrada por toda a comunidade lingüística. Por isso,

o provérbio em discurso permite realizar o ideal da argumentação, que, segundo M. Charolles (1980, p.10), "consiste fatalmente em reduzir o auditório ao silêncio", "criar no outro uma adesão obrigada, provocar a evidência que constrange". E isto sem que o argumentador aja como se quisesse forçar diretamente o comportamento de seu parceiro, uma vez que se trata de um discurso polifônico (ibid., p. 176).

1.2. Os provérbios do discurso de auto-ajuda

Os enunciados do discurso de auto-ajuda que estamos analisando, ao assimilarem as características dos provérbios, assumem também os efeitos de sentido associados a essas propriedades. De um ponto de vista mais geral, percebemos que, de uma forma ou de outra, a aparência de provérbios desses enunciados contribui para sustentar a credibilidade do discurso de auto-ajuda.

Por se assemelharem a provérbios, os enunciados em análise parecem empregados e citados ao mesmo tempo. Desse modo, parece que se trata de enunciados reempregados, que estariam migrando de um lugar de onde se originam enunciados inquestionáveis, de validade universal (o que justifica, inclusive, sua independência, isto é, sua capacidade de desprender do corpo do texto principal), para o texto em que aparecem. Isso confere, automaticamente, o estatuto de discurso citante ao discurso de auto-ajuda³.

Porém, se nos provérbios a semiótica de citação ocorre simplesmente no modo do "como se diz", no modo do "como diz o outro" (que pode ser um outro qualquer), ou no modo do "como diz a sabedoria popular", no caso do discurso de auto-ajuda, podemos dizer que ela

³ Voltamos a essa questão no capítulo 5, cujo tema é a heterogeneidade no discurso de auto-ajuda e seus efeitos de sentido.

ocorre, dado o estatuto do seu sujeito-enunciador, *especialmente* no modo do "como diz o outro", que é um *outro* convocado porque é um outro de saber; assim, poderíamos dizer, é o modo do "como diz a verdade". Nesse sentido, a semelhança que os enunciados em análise têm com os provérbios resgata o valor de verdade dos provérbios, posto em destaque, ao passo que sua associação com uma origem popular não é colocada em questão em **função das próprias características do discurso citante** (o discurso de auto-ajuda), espécie de lente a partir da qual os enunciados em questão devem ser observados. A esse respeito, lembramos uma das principais teses da AD, segundo a qual o sentido dos enunciados se configura no interior dos discursos nos quais se encontram. Dito de outra forma: se se analisam esses enunciados (ou outros quaisquer) independentemente do contexto discursivo que os cerca, não se compreendem exatamente os seus efeitos de sentido, pois o discurso, com as suas coerções semânticas, funciona como uma espécie de filtro que resgata, da heterogeneidade discursiva que o cerca, o que lhe é fundamentalmente constitutivo.

Por outro lado, na qualidade de provérbios e, portanto, na qualidade de enunciados que se querem impessoais, os enunciados em análise bloqueiam a reciprocidade própria ao intercâmbio lingüístico, revestindo-se de autoridade, como se também fossem, como os provérbios legítimos, oriundos de uma sabedoria anônima e inquestionável.

Além disso, esses enunciados conduzem - à semelhança dos provérbios - a uma inferência que contenha um universal, o que também lhes reforça a credibilidade, tendo em vista que seu estatuto de enunciado genérico sinaliza a sua universalidade, isto é, autonomia contextual.

Do ponto de vista da argumentação, podemos dizer que tais enunciados reforçam o poder persuasivo do discurso de auto-ajuda, porque, como enunciados que ativam o jogo do "dizer e não dizer", simulam que o discurso de auto-ajuda está apoiado numa verdade incontestável.

Uma observação se faz importante. Na análise que fizemos sobre o estatuto do sujeito enunciador, verificamos que ser sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda é assumir um lugar de saber. Desse modo, a ocorrência dos enunciados em questão no discurso de auto-ajuda pode, a princípio, ser considerada como mais um indício da pertinência dessa observação: o sujeito enunciador do discurso de auto-ajuda enuncia de um lugar de saber, tanto que tem condições de empregar esses enunciados que se originariam numa verdade

anônima e inquestionável. Por outro lado, tendo em vista que estamos adotando aqui uma abordagem cuja adoção descarta a eleição de um ponto que funcionara como princípio explicativo para o discurso, podemos dizer que o contrário também é válido, isto é, que esses enunciados são empregados pelo discurso de auto-ajuda porque seu sujeito-enunciador é dotado de um saber especial que lhe permite selecionar, dentre as verdades inquestionáveis, aquelas que são úteis aos seus destinatários para a resolução de seus problemas e para a execução de seus intentos. De qualquer forma, o discurso proverbial empregado pelo sujeito enunciador do discurso de auto-ajuda reforça sua posição de sujeito de saber e seu *ethos* de homem seguro e confiante, dadas as características da enunciação proverbial.

2. O discurso de auto-ajuda: simulacro de provérbios?

Feita a análise dos enunciados do discurso de auto-ajuda que se assemelham a provérbios, podemos investigar mais a fundo os efeitos de sentido dessa semelhança. Para tanto, baseamo-nos em Obelkevich (1997), cujos esclarecimentos sobre os provérbios vão nos auxiliar a avaliar em que medida é possível considerar o discurso de auto-ajuda como um caso de simulacro de provérbios, conforme terminologia proposta por Grésillion e Maingueneau (1984). A seguir, apresentamos um resumo do trabalho daquele autor e, na seqüência, a maneira como esses últimos autores definem os casos de distorção do gênero proverbial para, finalmente, partimos para o exame da relação entre o discurso de auto-ajuda e os provérbios.

2.1. Os provérbios e a História Social da Linguagem

Obelkevich (1997), adotando um ponto de vista histórico-social, investiga o emprego e as funções dos provérbios ao longo da história, revelando seus significados, quem foram seus principais usuários, a maneira como as diferentes classes sociais se serviram deles, etc.

Segundo esse autor, embora a definição dos provérbios não descarte algumas dificuldades, o que surpreende tendo em vista que eles são facilmente reconhecidos, parece haver um consenso geral quanto ao fato de serem considerados ditos populares tradicionais que oferecem sabedoria e conselhos, de maneira rápida e incisiva. Além disso, são compactos e fáceis de serem memorizados, servindo como veículo do conhecimento moral e do prático,

como as regras profissionais e as informações sobre o clima. Entretanto, destaca o autor, que o que define o provérbio

não é a sua forma interna, mas sua função externa, e esta, comumente, é moral e didática: **as pessoas usam os provérbios para dizer a outras o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação.** Assim, os provérbios são estratégias para situações, mas **estratégias com autoridade**, que formulam uma parte do bom senso de uma sociedade, seus valores e a maneira de fazer as coisas (p. 45; os grifo são nossos).

Além disso, o ar de autoridade dos provérbios é ampliado por uma outra de suas características, a saber, a sua impessoalidade⁴. A esse respeito, Obelkevich afirma:

Oferecendo conselhos estereotipados para problemas recorrentes, os provérbios não observam o que indivíduos podem sentir como algo único ou pessoal em uma determinada situação; e, sejam metafóricos ou abstratos, logram seu intento de maneira indireta, em terceira pessoa, deixando que o ouvinte tire suas próprias conclusões. Anônimos, tradicionais, autoritários, têm uma existência própria, independente de autores, falantes e ouvintes. Quando um provérbio é citado, ele com frequência é marcado por alguma fórmula introdutória ("Como dizem...") ou por uma mudança do tom de voz do falante: suas palavras não são suas, mas as da comunidade ou do senso comum que falam por intermédio dele. De fato, a autoridade dos provérbios está arraigada na própria língua. (...) (p.45)

Assim, muito do apelo e do encanto dos provérbios se deve "à sua aura de atemporalidade, de verdade imutável a respeito da natureza estática humana" (p.45), daí o fato de parecerem antigos, independente de sê-lo ou não.

Quanto ao seu emprego, podem ser usados em qualquer estado de espírito, em qualquer situação e atravessam as fronteiras normais da linguagem, representando um registro polivalente e multifuncional com existência própria. Porém é seu papel moral e educacional que vem primeiro, quer sejam usados informalmente, no cotidiano, ou como parte da educação formal, como aconteceu, por exemplo, na Inglaterra, nas escolas elisabetanas de gramática ou nas de ensino básico do século XIX. Os provérbios, lembra-nos o autor, são um ótimo recurso para internalizar e para reforçar as normas sociais. Desempenhando esse papel de controle social, não são utilizados somente por causa de seu conteúdo e finalidade, mas também por serem sociais ou públicos em seu modo de atuação. Além disso, em situações de conflito, os

⁴ Conforme vimos, Rocha também compartilha dessa opinião. A esse respeito, remetemos ao item 1.1 deste capítulo.

provérbios são utilizados menos por sua verdade ou sabedoria, do que para que se tirem vantagens de sua impessoalidade; afinal, ao expressar uma desaprovação de forma indireta, eles atenuam a crítica, diminuindo a probabilidade de aparecimento de uma reação mal-humorada. É por isso que, segundo Obelkevich, em algumas sociedades, os provérbios são um método consagrado de administração de conflitos, ajudando as pessoas a lidar com fontes crônicas de tensão.

Por outro lado, também podem ser usados em situações nas quais não há conflito. Nesses casos, as pessoas trocam provérbios conhecidos, indicando boa vontade e assegurando umas às outras que compartilham valores comuns e que apreciam a sociabilidade em si. Trata-se da função fática dos provérbios, que estabelece ou restaura uma relação social, reforçando a solidariedade de um grupo de iguais.

Além das duas funções já comentadas, o autor também se refere ao valor estético dos provérbios. Assim, as pessoas podem usá-los porque eles soam bem, porque elas apreciam sua forma, sua fraseologia, sua perspicácia, suas imagens e/ou seu estilo verbal.

Quanto aos seus significados, Obelkevich nota que mesmo no interior de uma mesma língua, pode haver "centenas, talvez milhares, de provérbios, dizendo muitas coisas diferentes, alguns incoerentes ou até mesmo contraditórios entre si" (p.50), descartando, assim, a existência de uma provável homogeneidade discursiva entre eles. Mais especificamente quanto aos provérbios contraditórios, o autor considera que as suas contradições não são relevantes, afinal os provérbios

são não antagônicos: em todo par, ambos são verdadeiros, mas apenas um será adequado a uma situação específica. Testar os provérbios em busca de coerência lógica, como se fossem proposições em um texto filosófico, está fora de questão; sua forma de manifestação é oral, prática e *ad hoc*. A verdadeira importância dos provérbios contraditórios é que eles chamam a atenção para situações que provocam dificuldades ou ansiedade, ou, ocasionalmente, para forças sociais em conflito. (p.53)

Ainda quanto à questão do significado, Obelkevich afirma que:

- a) os significados dos provérbios dependem não só do que é dito, mas também do contexto em que são empregados;
- b) não são estáticos (até em decorrência de "a"), pois mudam com o passar do tempo e podem variar em relação ao espaço; além disso, tanto de maneira espontânea como por meio de algum agente específico, gradualmente se modernizam;
- c) têm uma perspectiva bastante conhecida e variada; assim, enquanto alguns são otimistas, outros são indiferentes, realistas, ou até mesmo fatalistas. Porém, o fatalismo dos provérbios é, por assim dizer, pragmático, tendo em vista que, quando ocorre,

pode ser visto como uma reação ao mundo maior que está além do controle do falante, no qual a natureza é cruel e a sociedade, injusta, e nenhuma destas pode ser mudada; **contudo, isso geralmente combina-se com um chamado à ação, na esfera imediata de cada indivíduo, na qual a ação traz resultados** (ibid., p.55; o grifo é nosso).

Por outro lado, no âmbito da significação, a nosso ver, a propriedade mais interessante notada pelo autor a respeito dos provérbios reside no fato de que,

se têm alguma coisa em comum, **isso não está no seu conteúdo manifesto, mas no latente** – sua anonimia, impessoalidade, recurso à tradição e assim por diante; **pelo menos nesse nível, o texto de cada provérbio traz em si um subtexto, e o próprio meio possui uma mensagem** (p.50; os grifos são nossos).

Quanto ao prestígio, os provérbios, que um dia foram muito valorizados até pelas classes mais elevadas e educadas, foram decaindo ao longo dos séculos, com as mudanças que a cultura letrada sofreu em função de seu desenvolvimento. Desse modo, com o passar do tempo, foram os críticos dos provérbios que prevaleceram e hoje a sua respeitabilidade entre as pessoas ditas cultas é bastante baixa. Nas palavras do autor:

"Provérbios, aparentemente sensatos mas sem sentido" – um dos tópicos dos concursos literários do *New Statesman* – reflete de maneira razoável as posturas atuais. Usados de qualquer maneira – além da alusão ocasional -, os provérbios são tabu. Apenas quando os velhos ditados são usados para dizer alguma coisa nova, seja por ironia ou por meios mais drásticos, é que são aceitos, mas nos processos deixam a expressar a sabedoria da comunidade e tornam-se matéria-prima para a sagacidade e originalidade do falante individual. Deturpados, alterados, virados de cabeça para baixo, eles ressurgem como "provérbios degenerados" - *Punctuality is the brief of time* [A pontualidade é a ladra do tempo] (Oscar Wilde) ou *An apple a day keeps the doctor away, an onion a day keeps*

everybody away [Uma maçã por dia mantém o médico longe, uma cebola por dia mantém todo mundo longe]. (ibid., p. 71)

Assim, há atualmente uma certa tendência para a reinvenção dos provérbios, que, embora não seja nova, está bem difundida, tanto que seus resultados podem ser verificados em todos os níveis da atividade cultural, dos grafites aos slogans publicitários.

Segundo o autor, o atual desprestígio dos provérbios pode ser entendido pela falta de compatibilidade que há entre o individualismo moderno e a idéia de uma sabedoria coletiva.

Assim,

mais ao gosto do individualismo moderno está o chiste de Wilde dizendo que "uma verdade deixa de ser verdadeira quando mais de uma pessoa acredita nela". De qualquer forma, as pessoas cultas têm muitos motivos para não usar provérbios, mesmo se raramente tenham de decifrá-los. Que o propósito da vida é preencher um potencial interior, que a felicidade pode ser alcançada e deve ser procurada, que nesse processo pessoa se torna um indivíduo inigualável – tudo isso entra em choque com um ou outro pressuposto implícito nos provérbios. Os provérbios colocam o coletivo acima do individual, o recorrente e estereotipado acima do excepcional, as regras externas acima da autodeterminação, o senso comum acima da visão individual, a sobrevivência acima da felicidade. E a realização pessoal é acompanhada pela auto-expressão: as pessoas instruídas pressupõem que todos têm (ou deveriam ter) sua própria experiência de vida, singular e inconstante, e que essa experiência deveria ser expressa por palavras novas, escolhidas para cada ocasião. Usar os provérbios seria negar a individualidade do falante e a do ouvinte (ibid., p. 71-2) .

2.2. Captação e subversão: as formas de distorção

Grésillion e Maingueneau (1984) consideram o provérbio como um caso de discurso relatado, mais exatamente de polifonia, uma vez que nesse tipo de enunciação, "o locutor abandona voluntariamente sua voz e toma emprestada outra para poder proferir um segmento da palavra que não lhe pertence como própria, que ele apenas cita" (Greimas, 1970, apud Grésillion e Maingueneau, ibid. p.112). Aliás, segundo esses autores, trata-se do discurso relatado por excelência, tendo em vista que

retoma não o propósito de um outro especificado, mas aquele de todos os outros, fundidos nesse "se"⁵ característicos da forma proverbial. Não só, como na polifonia ordinária, a responsabilidade da afirmação de um provérbio é atribuída a um personagem diferente do locutor, mas, ainda, ele mistura a voz do locutor a todas as vozes que proferiram, antes dele, o mesmo ditado (p.112).

Nesse sentido, trata-se de um caso de "enunciação-eco", na medida em que o sujeito-enunciador do provérbio apresenta a sua asserção como uma imitação, o eco ou a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores desse mesmo provérbio. Por isso, nos termos do quadro polifônico da enunciação, podemos dizer que o locutor do provérbio se assimila a seu enunciador, isto é, ele assume pessoalmente a perspectiva do provérbio, "mas não o faz senão escondendo-se atrás de um outro enunciador, 'SE', que é o verdadeiro fiador da verdade do provérbio (ibid., p.113). Segundo os autores, esse SE, que representa a opinião comum, a sabedoria das nações, é um "agente verificador", uma instância capaz de dar validade a uma proposição, enfim, é o suporte de verdade do provérbio. Assim, dentro da ótica polifônica, SE é um personagem que participa do discurso, sustentando uma primeira asserção, E_0 , cuja verdade é pressuposta por uma segunda, E_1 .

Para os autores, a polifonia do provérbio, isto é, o fato de que nele há uma diluição do locutor atrás da voz de um enunciador distinto, identificado como SE, depende, ao mesmo tempo, de fatores extralingüísticos e lingüísticos. Extralingüísticos tendo em vista que os provérbios pertencem a um estoque de enunciados conhecidos como tais pelos usuários de uma determinada língua, que conhecem o sentido literal dos provérbios e as generalizações que deles derivam. Lingüísticos porque o provérbio não se apresenta como um enunciado de um tipo qualquer que eventualmente teria o privilégio de ser memorizado, pelo contrário, ele possui propriedades específicas, já identificadas pelos lingüistas, por exemplo, o estatuto genérico do enunciador e do enunciatário, a ausência de embreagens temporais, a referência dos grupos nominais a classes e não a indivíduos, os laços estreitos que mantém com a função poética de Jakobson (as estruturas binárias, que são quase sempre breves e simetrias fonéticas e prosódicas). Como enunciado ligado à sabedoria das nações, que é uma autoridade indiscutível, com essas características, o provérbio se diferencia da massa dos enunciados profanos e contingentes.

⁵ Trata-se do ON da língua francesa, que não possui correspondente exato em português.

Quanto à questão da autoridade de que desfrutam os provérbios, os autores afirmam que o SE do predicado "SE-verdadeiro" que os fundamenta, ao invés de variar numericamente e qualitativamente ao infinito, conforme os contextos enunciativos, tende a coincidir com o conjunto de locutores da língua, cuja competência inclui um estoque de provérbios; nesse sentido, eles se diferenciam dos casos de citação de autoridade, nos quais, embora não haja também distância visível entre as duas enunciações, a original e a citada, há variação da autoridade conforme o contexto. Assim, o locutor que enuncia um provérbio maximiza a validade de seu dizer, remetendo-a para além da diversidade e da relatividade das autoridades.

Por se tratar de um caso de autoridade inquestionável, entendem os autores que os provérbios constituem um modelo do mais alto interesse para aqueles que procuram fundamentar a autoridade de seus enunciados, ou ainda, um antimodelo ideal para os que se voltam para a destruição das verdades já estabelecidas. Desse ponto de vista, definem um procedimento discursivo, por eles nomeado de distorção⁶, que consiste justamente em produzir um enunciado que possui as marcas lingüísticas da enunciação do provérbio, mas que não faz parte do conjunto dos provérbios de uma língua. A distorção pode ser aplicada sob dois regimes bem diferentes: um lúdico outro militante⁷. O primeiro ocorre quando a distorção entra no quadro inocente dos jogos de palavras, sem pretensões ideológicas, políticas, etc. Por outro lado, a distorção é militante quando se destina a dar autoridade a um enunciado ou a destruir aquela do provérbio em nome de interesses de vários tipos.

A distorção militante, a que mais interessa aos analistas do discurso, por sua vez, segue duas orientações opostas, conforme conteste a autoridade do provérbio ou a utilize a seu favor: no primeiro caso, trata-se de uma estratégia de subversão, que suscita uma contradição entre o sentido transmitido pela enunciação da estrutura semântica original (indicada E_0) e aquela da enunciação da estrutura resultante da distorção (indicada E_1). Já no segundo caso, tem-se uma captação, isto é, uma distorção que acompanha, o quanto for possível, o sentido da estrutura semântica utilizada.

Os autores ainda acrescentam que essas duas estratégias de distorção podem ocorrer em dois níveis: no primeiro, há distorção das condições genéricas da enunciação proverbial,

⁶ Alguns lingüistas brasileiros preferem adotar a forma original francesa, "détournement", tenho em vista que não se encontra nenhuma forma correspondente em português. Aqui, empregamos o termo "distorção" embora saibamos que o sentido não é o mesmo do termo original.

que envolvem o conjunto das características formais dos provérbios (sintáticas, prosódicas, etc.) e suas condições de uso, isto é, seus traços pragmáticos, que exigem "em particular, que se trate de uma verdade de 'bom senso' endereçada a um alocutário universal, de uma verdade que possa ser sustentada pelo SE da sabedoria das nações" (ibid., p. 115). Desta forma, a distorção nesse primeiro nível constitui um pastiche do gênero proverbial, no qual as condições de emprego podem ser tanto captadas quanto subvertidas. No primeiro caso, o locutor fabrica um pseudo-provérbio inscrevendo seu enunciado na eficácia ideológica ligada às condições de emprego do provérbio. Já no segundo caso, ele produz um enunciado que, embora satisfaça as condições formais, viola as condições de emprego normais, o que leva à construção de enunciados absurdos.

No segundo nível, não se distorcem as condições genéricas, mas um provérbio já existente. Aqui há uma modificação no significante de E_0 e, conseqüentemente, no seu significado, que pode variar bastante. Assim, enquanto certas distorções se contentem em parasitar um provérbio conhecido, explorando especialmente seu valor fônico, outras produzem provérbios E_1 em que a ligação com E_0 é clara, tanto nos casos de captação quanto nos casos de subversão.

2.3. O discurso de auto-ajuda: captação e simulacro

A partir das semelhanças que encontramos entre os provérbios e os enunciados da auto-ajuda que analisamos no primeiro item deste capítulo, podemos considerar que se trata de um caso de captação do gênero proverbial, dito de outra forma: é uma distorção militante no nível um (aquele que envolve as condições genéricas) que visa dar autoridade a um enunciado. Para usar um termo do próprio Maingueneau, trata-se de caso de simulacro dos provérbios. A esse respeito, afirmam os autores:

⁷ Embora os regimes sejam diferentes, os autores esclarecem que a distinção não deixa de suscitar problemas de fronteiras, pois há distorções militantes que se realizam somente pelo jogo com a língua.

Captando o gênero proverbial, uma enunciação se apresenta como eco de um número ilimitado de enunciações anteriores, de forma a fazer esquecer seu caráter essencialmente contingente e relativo. Em caso de sucesso, esse simulacro se transforma em verdade que, repetida "por todo o mundo" se instalará solidamente no número das evidências coletivas. (ibid., p.117)

Inicialmente, podemos dizer que esse é justamente o caso dos enunciados do discurso de auto-ajuda que estamos analisado. Captando as condições genéricas dos provérbios, esses enunciados constituem um simulacro bem sucedido do gênero proverbial, o que lhes confere o mesmo crédito de que desfrutam os provérbios. No trabalho de Obelkevich, vimos que os provérbios, do ponto de vista da significação, além do conteúdo que veiculam por meio dos signos lingüísticos que os compõem, também têm um sentido latente, pois enquanto meio de expressão eles também significam. E é esse significado latente que é captado pelo discurso de auto-ajuda, o que lhe transforma de meros enunciados a "estratégias para situações, mas estratégias com autoridade".

Por outro lado, podemos ir além desta constatação. Levando em conta as características enunciativas dos provérbios discutidas especialmente por Obelkevich, notamos que há uma grande similaridade entre eles e o próprio discurso de auto-ajuda, pois o que são ambos se não a manifestação de um saber que resulta num aconselhamento? Vejamos: embora alguns provérbios sejam injunções indiretas, conforme revela a pesquisa de Rocha, ainda assim se trata de injunções e, nesse sentido, podemos caracterizá-los, assim como fizemos para o discurso de auto-ajuda, pelo traço "direcionamento". Para esclarecemos esse ponto, lembramos que, segundo Obelkevich, os provérbios são definidos especialmente pela sua função externa, ou seja, pelo seu papel didático de fornecer um aconselhamento, o que é exatamente o que faz o discurso de auto-ajuda. Esse discurso, por sua vez, assim como os provérbios, oferece sabedoria e aconselhamento de maneira rápida e incisiva. Logicamente, os provérbios, como são constituídos por um único enunciado, são muito mais incisivos, mas, como vimos, a auto-ajuda é um tipo de discurso que comporta o traço direcionamento, tendo em vista que se trata de um discurso voltado muito mais a dizer ao seu destinatário o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação do que a discutir os eventuais problemas de seus possíveis destinatários, fazendo um levantamento de suas causas, discutindo suas prováveis conseqüências, descrevendo suas condições de emergência, etc. Conforme constatamos, nada

disso tem espaço no discurso de auto-ajuda, que se presta mais a aconselhar do que a filosofar. Desse modo, o próprio discurso de auto-ajuda pode ser considerado como um simulacro do gênero proverbial. O que parece distingui-los é que, no caso dos provérbios, as suas propriedades se encontram condensadas num único enunciado. Já no caso do discurso de auto-ajuda, temos as mesmas características numa escala maior. De uma forma ou outra, sempre se trata de apontar um caminho, o que é feito de uma forma segura e embalada em autoridade.

Além disso, vimos, pela ótica de Obelkevich, que não existe uma homogeneidade discursiva entre os provérbios, uma vez que muitos podem apontar diferentes direções (por exemplo, "Deus ajuda a quem cedo madruga" x "Quem espera sempre alcança"). A esse respeito, notamos que, dada a abrangência temática do discurso de auto-ajuda, nem sempre há consenso entre enunciados que pertencem a obras diferentes. Parece-nos que, como no caso dos provérbios, tais diferenças não são relevantes, porque, mesmo sustentando idéias mais ou menos distintas, os enunciados do discurso de auto-ajuda também são práticos e também se encaixam nos contextos a que são remetidos. Como os provérbios, eles destacam a existência de situações problemáticas, para as quais oferecem soluções.

Por isso, podemos dizer que o traço [+ universalidade] é um dos que podem ser propostos para descrever, do ponto de vista semântico, não só os provérbios (tendo em vista que, no que diz respeito à sua significação, eles são discursivamente heterogêneos e, conforme aponta Obelkevich, contextualmente dependentes, daí a infinidade de situações em que podem ser empregados e, por conseqüência, a sua mutabilidade⁸), com também o discurso de auto-ajuda⁹.

Em função da proximidade existente entre o discurso de auto-ajuda e os provérbios, chama-nos a atenção o fato de que a literatura de auto-ajuda tenha alcançado grande sucesso no mundo ocidental no final do século XX, justamente num momento em que, segundo Obelkevich, os provérbios não desfrutam de muito crédito. Talvez os provérbios não estejam exatamente nessa situação. Ou, quem sabe, a auto-ajuda esteja ocupando uma lacuna aberta nas sociedades ocidentais pela provável redução do prestígio dos provérbios, o que faz se adequando às exigências impostas pelo individualismo moderno. Assim, o aconselhamento, como tantas outras coisas, passou a ser um produto comercializável, que vem agora com um

⁸ Quanto a isso, vimos que, segundo Obelkevich, os provérbios, por não serem estáticos, gradualmente se modernizam.

revestimento adequado à situação, porque embora o conteúdo dos textos de auto-ajuda possa variar bastante (especialmente em função do tipo de tema que privilegiam; por exemplo, saúde, vendas, casamento, trabalho, etc.), todos trazem alguns pontos comuns: o tom extremamente otimista, uma supervalorização das potencialidades dos indivíduos, a focalização nas soluções a despeito da complexidade dos problemas, a promessa da realização dos sonhos, etc. Quer dizer, assim como os provérbios, trata-se de um aconselhamento, mas um aconselhamento bem ao gosto e, especialmente, *às necessidades do individualismo moderno*.

Das funções dos provérbios, o discurso de auto-ajuda, talvez em função das necessidades do homem moderno, reforça especialmente o valor pragmático que eles têm. A esse respeito, lembremo-nos que até os provérbios fatalistas chamam os destinatários a uma ação que deve trazer resultados; nesse sentido, podemos dizer há neles uma espécie de "esperança" subjacente. O discurso de auto-ajuda, como um simulacro de provérbios, amplia essa esperança para socorrer o seu destinatário, chamando-o a uma ação que deve resolver os seus problemas. Daí o tom otimista de enunciados como: "podemos criar **Sucesso** na nossa vida" (Ribeiro, 1992, p.26), "você pode mudar sua vida" (ibid., p. 56) ou "todo problema tem solução" (ibid., p. 96). Sendo assim, vale dizer, que o discurso de auto-ajuda, enquanto simulacro dos provérbios, não é a cópia de um modelo original que estaria se perpetuando no tempo, mas a absorção de certas características que se adaptam às condições de emergência desse simulacro. Ou, dito de um modo que parafraseia Maingueneau¹⁰: quando uma formação discursiva faz penetrar seu Outro constitutivo em seu próprio interior, ela "traduz" esse Outro, isto é, interpreta-o por meio de suas próprias categorias. Constatamos, então, que o Outro não é exatamente um produto pronto e acabado, que o discurso apenas reproduz: é matéria-prima a partir da qual o discurso se constitui num trabalho que desfaz a nitidez das fronteiras entre a identidade e a alteridade.

⁹ A esse respeito, remetemos ao capítulo em que discutimos a heterogeneidade no discurso de auto-ajuda.

¹⁰ Cf. Maingueneau, 1989, p. 120.

Capítulo 5 - A citação no discurso de auto-ajuda: um simulacro de heterogeneidade

Introdução

Conforme já dito, adotando a abordagem de Maingueneau (1983,1984), fica descartada a necessidade de eleger previamente qualquer um dos planos discursivos, tendo em vista que uma análise nesses termos procura integrá-los ao revelar a semântica global que os autoriza simultaneamente. Conseqüentemente, a eleição dos planos a serem analisados na tentativa de revelar as características de um discurso qualquer é arbitrária em relação ao sistema de coerções semânticas que define esse discurso. Diga-se o mesmo a respeito da ordem de apresentação das análises desses planos ou dimensões discursivas¹.

Sendo assim, cabe ao analista o papel de selecionar os planos discursivos mais interessantes para a apreensão de um discurso, bem como a tarefa de verificar, à medida que avança a investigação que promove a respeito de um determinado discurso, a pertinência das revelações que vêm emergindo com a análise de cada um dos planos selecionados. Assim, seguindo os passos de Maingueneau, investigamos, neste capítulo, alguns aspectos da intertextualidade do discurso de auto-ajuda, numa tentativa de revelar outras propriedades desse discurso e de encontrar informações que nos permitam avaliar os resultados já obtidos nos capítulos anteriores.

Nosso interesse pelo tema se justifica especialmente pelo fato de que, embora a tese da heterogeneidade constitutiva dos discursos seja uma das mais caras à AD, muitos dos trabalhos que se desenvolvem a partir dela se contentam em localizar exemplos do que Authier-Revuz batizou de heterogeneidade mostrada, o que não é, ao nosso ver, a maneira mais pertinente de contribuir, do ponto de vista discursivo, com a análise de um determinado material, tendo em vista o fato de que, conforme veremos a seguir, a heterogeneidade mostrada pode se revelar como um engodo da heterogeneidade.

Para alcançar os nossos objetivos, vamos utilizar alguns conceitos presentes especialmente nos trabalhos de Linguística Textual, disciplina que investigou amplamente o

¹ A esse respeito, reportamo-nos a ressalva que Maingueneau faz ao apresentar a análise que desenvolve sobre as relações interdiscursivas entre o discurso jansenista e o humanista devoto (cf. Maingueneau, 1984, p. 83).

fenômeno da citação em função de sua importância para a compreensão da constituição dos textos².

Mais especificamente, vamos investigar a citação no discurso de auto-ajuda como uma maneira de compreender seu modo de coesão. Como se sabe, a Linguística Textual define coesão como

o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentidos (Koch, 1997, p. 35).

Por outro lado, Maingueneau (1983, 1984) se apropria do conceito e o emprega de uma forma mais ampla na análise que desenvolve sobre o discurso jansenista e o humanista devoto. Nesses trabalhos, distanciando-se um pouco das teorias sobre a anáfora, isto é, das teorias que discutem o modo pelo qual um texto constrói sua rede de remessas internas (o que é mais ou menos o que se espera quando se propõe um trabalho de "coesão"), o autor emprega o conceito para se referir, essencialmente, ao modo de organização dos textos representativos de um discurso. Segundo Maingueneau, assim como qualquer outra dimensão discursiva, também a coesão é condicionada pelos traços semânticos que definem o discurso. Por exemplo, no caso dos discursos que analisa, o autor nos revela que, enquanto o discurso jansenista, inscrito numa lógica semântica que privilegia a descontinuidade, mantém um laço essencial com o fragmento (daí a inexistência de sumas e o predomínio das máximas, dos ensaios, das cartas e das coletâneas de citações entre os textos oriundos desse discurso), o discurso humanista devoto, por sua vez, fiel ao princípio da "Ordem", em seus textos, "edifica vastos ciclos, constrói o percurso com elementos variados e contíguos que, por sua combinação hierarquizada, desenham a figura de um cosmos" (Maingueneau, 1984, p. 103).

Além disso, o autor também se vale do conceito para se referir aos "modos de encadeamento do discurso", isto é, aos modos como cada formação discursiva constrói seus parágrafos, seus capítulos, sua argumentação, enfim, aos modos como "tece" seus textos. Segundo o autor, todas as junturas de unidades pequenas ou grandes não escapam à carga da semântica global.

² A esse respeito, reportamo-nos a Koch (1997), especialmente ao sexto item da primeira parte.

Assim, seguindo os passos de Maingueneau, analisamos neste capítulo alguns aspectos da coesão do discurso de auto-ajuda. Mais exatamente, analisamos o modo como o discurso de auto-ajuda cita fragmentos de outros textos, partindo do princípio de que esse modo é condicionado pelos traços semânticos que definem o discurso em questão. No próximo item, antes de iniciarmos a análise propriamente dita, apresentamos, de forma sucinta, algumas questões ligadas aos diferentes quadros teóricos que se interessam pelo fenômeno da citação.

1. A AD e a tese da heterogeneidade

Como se sabe, para a AD, o interdiscurso tem sido, há algum tempo, o grande foco de atenção. Certamente isso se deve à reviravolta que sua investigação sofreu na terceira fase da AD, conforme afirma Pêcheux (1983), ao analisar as épocas dessa linha teórica e seus pressupostos. Assim, na primeira fase da AD, a tendência estruturalista dominante fazia com que os discursos fossem considerados fechados sobre si mesmos e dominados por condições de produção estáveis. Com o desenvolvimento da disciplina, adotou-se uma concepção mais complexa, segundo a qual o discurso, realidade desde sempre heterogênea, é considerado como um produto do interdiscurso. É o momento em que as noções de inconsciente e da heterogeneidade constitutiva dos sujeitos e dos discursos passam a dominar nos estudos da AD. A esse respeito, Maingueneau observa:

Os procedimentos utilizados nessa época (a primeira fase da AD) visavam a revelar a identidade em si de cada formação discursiva graças à construção de nós de invariância em torno de alguns pontos privilegiados do discurso. Nesse quadro, a relação com as outras formações discursivas não podia ser pensada a não ser segundo o modo espontâneo da justaposição de unidades exteriores umas às outras. O interdiscurso aparecia como um conjunto de relações entre diversos "intradiscursos" compactos. O que se trata desde então de subverter é essa equivalência entre exterior do discurso e interdiscurso, para pensar a presença do interdiscurso no próprio coração do intradiscurso, o que J. J. Courtine chama a "*inconsistência de uma formação discursiva, entendida como efeito do interdiscurso enquanto exterior específico de uma formação discursiva no próprio interior dela*". (Maingueneau, 1984, p. 30-1)

Ainda que a interdiscursividade constitutiva seja a marca dos trabalhos da AD nos últimos anos, isso não significa que as análises desenvolvidas nesse campo dispensem a essa

questão o mesmo tratamento. O que as aproxima é, justamente, o fato de se oporem à concepção de discurso da primeira fase.

De um modo geral, na AD, a tese da heterogeneidade diz respeito ao fato de que os discursos são heterogêneos em sua constituição, uma vez que são produtos do interdiscurso. Conseqüentemente, não é adequado entender uma formação discursiva qualquer como um conjunto auto-suficiente de enunciados, oposto a um provável exterior; ao contrário, uma formação discursiva é, desde o início, um modo de organização da relação com outras formações discursivas. É por isso que Courtine e Marandin (1976, apud Maingueneau 1989) afirmam que as fronteiras das formações discursivas estão se movendo constantemente, em função dos embates da luta ideológica. Como o interdiscurso é o responsável - conforme frisam esses mesmos autores - por uma constante re-configuração das formações discursivas, devemos entender cada formação discursiva "como o lugar de um trabalho no interdiscurso" (ibid., p. 113).

A partir dessa constatação, Maingueneau propõe que a análise de um discurso qualquer deve estar completamente baseada no princípio de que a identidade desse discurso não vem de outro lugar senão da relação com o Outro³. Nas palavras do autor: "Não se distinguirão, pois, duas partes em um espaço discursivo, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade" (ibid., p.120). Conseqüentemente, mesmo que a heterogeneidade não se faça sentir na superfície do discurso, "toda unidade de sentido, qualquer que seja seu tipo, pode estar inscrita em uma relação essencial com uma outra, aquela do ou dos discursos em relação aos quais o discurso de que ela deriva define sua identidade" (ibid., p.120). Essa constatação leva o autor a afirmar que todo enunciado pertencente a uma determinada formação discursiva apresenta uma face avessa que o distancia de um ou de vários discursos, que são "o(s) Outro(s)" do discurso do qual faz parte. É por isso que o autor considera as polêmicas entre os discursos como a atualização de um processo de delimitação recíproca, que está na própria essência dos discursos. Afinal "dizer que a interdiscursividade é constitutiva é também dizer que um discurso não nasce, como geralmente é pretendido, de algum retorno às próprias coisas, ao bom senso etc., *mas de um trabalho sobre outros discursos*" (ibid., p.120).

Mainueneau afirma, então, que a relação entre dois discursos em posição de delimitação recíproca é uma espécie de tradução (não de uma língua para outra, mas de uma formação discursiva para outra) ligada a uma interincompreensão. Na prática isso significa que, quando um enunciado do outro penetra numa formação discursiva, ele é traduzido, ou melhor, reinterpretado por meio das categorias da formação discursiva em questão, e o sentido desse enunciado vai ser construído no intervalo entre as posições enunciativas envolvidas nessa tradução, o que pode gerar incompreensão, ou melhor, interincompreensão entre as formações discursivas, por causa da diferença entre as regras que definem as suas identidades. Assim, entendemos que o sentido de um enunciado não é algo estável, "mas é um mal entendido sistemático e constitutivo do espaço discursivo" (ibid., p.120), o que é uma forma mais "apurada" de desenvolver uma das teses da AD, a saber: que o sentido das palavras, das expressões e dos enunciados depende dos discursos dos quais fazem parte. Mainueneau ainda acrescenta que essa interincompreensão que determina não só o que se deve falar como também o que não é possível compreender, "possui uma vertente positiva: se ela proíbe que um mesmo sentido circule de um sujeito para outro, ela também possibilita que os sujeitos partilhem o mesmo discurso, *falem da mesma coisa*" (ibid., p.121).

No próximo item, continuamos a explorar a tese da heterogeneidade, apresentando uma outra face dessa propriedade dos discursos.

1. 1. Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada

A heterogeneidade discursiva - conforme a AD tem demonstrado, principalmente por meio dos trabalhos de J. Authier-Revuz - não se dá apenas no nível constitutivo, mas também no nível superficial dos discursos. Assim, quando pensamos na heterogeneidade de um discurso, podemos nos referir também à heterogeneidade que se encontra explícita nos textos que derivam de uma formação discursiva qualquer. Essa heterogeneidade, recuperável a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, é chamada por Authier-Revuz de heterogeneidade mostrada. A autora nos ensina que as formas dessa heterogeneidade, por inscreverem o outro na seqüência do discurso, devem ser entendidas como "formas

³ Para uma discussão mais adequada dessa questão, sugerimos especialmente Mainueneau (1983), obra em que o autor apresenta os resultados da análise que conduziu a respeito do discurso religioso jansenista comparado ao

lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso" (1990, p.26). A heterogeneidade mostrada pode ser:

a) *não-marcada*: trata-se das formas lingüísticas nas quais o outro do discurso é dado a reconhecer sem uma marcação unívoca; ex.: discurso indireto livre, ironia, imitação, pastiche, etc.;

b) *marcada*: trata-se das formas lingüísticas que mostram o lugar do outro de forma mais clara, delimitando sua extensão na superfície textual por meio de marcas, especialmente gráficas (ex.: discurso direto, aspas, itálico).

Segundo Authier-Revuz (1990), enquanto a heterogeneidade constitutiva do discurso se refere aos processos de constituição de um discurso, a heterogeneidade mostrada se refere aos processos de representação num discurso de sua própria constituição. Isto não significa que haja, entre esses processos, uma assimilação de um por outro, uma tradução, nem uma projeção de um no outro. Cada plano possui a sua "cidadania" ainda que não sejam independentes, e é "indispensável reconhecer que essas duas ordens de realidade são irredutíveis mas articuladas e até mesmo, necessariamente, solidárias" (ibid., p.33).

É interessante notar que os casos de heterogeneidade mostrada investigados por Authier-Revuz em seus trabalhos também são objeto de estudo de outros quadros teóricos (pragmática, lingüística da enunciação, descrição de textos literários) que dão conta, cada um à sua maneira, dessas formas lingüísticas que alteram a imagem de uma mensagem monódica. Entretanto, o trabalho da autora se destaca entre esses estudos, uma vez que, especialmente a partir das teses da AD, ela discute a questão da complexidade enunciativa de uma forma mais pertinente, contribuindo para a compreensão adequada desses fenômenos sem a adoção inconveniente de concepções ingênuas do sujeito e do seu dizer. Essencialmente, esses outros quadros teóricos entendem o sujeito e sua relação com a linguagem de um modo superficial, comprometendo, em parte, a complexidade dos processos de enunciação, enquanto a perspectiva adotada por Authier-Revuz, por estar baseada num exterior pertinente para o campo lingüístico da enunciação, não só evita que a autora perpetue o sujeito cartesiano nas análises que desenvolve, como também lhe permite resgatar aspectos até então desconhecidos dos processos enunciativos, conforme veremos mais detalhadamente nos itens seguintes, nos

quais, para investigarmos a heterogeneidade mostrada no discurso de auto-ajuda, optamos por analisar as citações que encontramos em alguns textos representativos desse discurso. Isso se deve não só à alta frequência em que a citação ocorre nesses textos, mas também pelo interesse que o fenômeno em questão nos desperta, dadas as suas propriedades, discutidas mais adiante.

1.2. O fenômeno da citação: um caso de heterogeneidade mostrada

A citação é, sem dúvida, a manifestação mais lembrada da heterogeneidade enunciativa, mais especificamente da heterogeneidade mostrada. Segundo Maingueneau (1989), a AD dedica grande atenção a esse fenômeno para revelar, entre outras coisas, o contraste que há entre diferentes formas de relatar a mesma enunciação, "ou ainda o distanciamento muito variável que o discurso, ao citar, introduz com relação ao discurso citado" (ibid., p. 83).

Um das características constitutivas da citação é o fato de que um enunciado de um texto qualquer, ao ser citado por um outro texto, já não é mais o mesmo, tendo em vista que o fenômeno da citação não equivale a uma simples operação de transcrição literal de enunciados. Na verdade, a citação sempre provoca alguma alteração no significado do enunciado citado, ainda que esse enunciado tenha sido citado literalmente. Tal alteração pode ser atribuída às diferenças co-textuais e contextuais existentes entre os textos. Por outro lado, na perspectiva discursiva, quando tratamos da citação de um discurso por outro, é fundamental que consideremos as diferenças entre as condições de produção de cada discurso para que possamos verificar as alterações que um fragmento de um determinado discurso sofreu ao ser citado no interior de um outro discurso.

A respeito das alterações pelas quais os fragmentos passam ao serem citados, remetemos a Marcuschi (1982). Nesse trabalho, investigando o fenômeno da citação nos jornais, o autor verifica que a citação da opinião de alguém contém uma interpretação implícita nas palavras, mais propriamente nos verbos que introduzem o discurso de outra pessoa. Nas palavras do autor:

citar o pensamento de alguém (introduzir suas opiniões ou reproduzi-las em paráfrases) implica, além da oferta da informação, também uma tomada de posição diante do exposto. Assim, **a variação lingüística terá um caráter não meramente estilístico mas sobretudo avaliativo**. O mais notável é que essa avaliação se dá através do instrumento lingüístico e não mediante uma opinião adicional com interpretação explícita. **Não me refiro, portanto, aos comentários; refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de fidelidade ao pensamento do autor** (Marcuschi, 1982, p.19; o grifo é nosso).

Essa observação, sem dúvida, é de grande interesse para a AD, mas ela considera a citação de forma um pouco diferente. Afinal, aquele que cita a fala de outro é sempre sujeito de alguma formação discursiva em nome da qual está enunciando. Portanto, a interpretação implícita que antecede um discurso relatado e que foi detectada por Marcuschi deve ser entendida como determinada, em última instância, pela formação discursiva que domina o sujeito que cita um fragmento de outro discurso. Assim, para a AD, "o sujeito que enuncia a partir de um lugar definido, não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado, etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação" (Maingueneau, 1989, p.86).

Há uma outra propriedade da citação, apontada por Maingueneau (1989), que a torna um fenômeno muito interessante. Trata-se da ambigüidade que a caracteriza e que nos impossibilita classificá-la de antemão. Vejamos: um discurso pode citar o outro, convocando outra voz, para garantir o que ele fala. Por outro lado, a mesma estratégia pode servir para outros propósitos: a citação pode servir para não comprometer o discurso com relação ao que ele fala, por meio da atribuição de responsabilidade do enunciado a outro discurso. A esse respeito, destacamos a seguinte passagem:

O que é afinal "autoridade" em matéria de discussão, senão *o nome de um ausente*? Se a autoridade invocada estivesse presente, expor-se-ia à discussão, anulando-se como tal. O valor de autoridade ligado a toda enunciação ("é verdade, porque eu o digo") é geralmente insuficiente e **cada formação discursiva deve apelar à autoridade pertinente, considerando sua posição** (Maingueneau, 1989, p.86).

Nesse sentido, Maingueneau sublinha a ambigüidade fundamental do fenômeno de citação, o que aumenta o nosso interesse pela investigação desse fenômeno. Conforme pudemos perceber por meio dos esclarecimentos anteriormente apresentados, tal ambigüidade é garantida pelo distanciamento que se pressupõe entre os discursos; assim: uma vez que o

locutor da citação é, concomitantemente, o outro, em relação ao qual o locutor se delimita, e a autoridade que protege a asserção, o enunciado tem valor de verdade porque não é o locutor quem o diz e garante, e vice-versa (isto é, não é o locutor quem o diz/garante, logo é verdade⁴).

Mais um traço que particulariza a citação é que ela é um exemplo de polifonia enunciativa. Embora o conceito de polifonia tenha se difundido nos arraiais da Lingüística especialmente por meio dos trabalhos de Ducrot, o conceito de polifonia foi, na verdade, introduzido nas ciências da linguagem por Bakhtin⁵, para caracterizar o romance de Dostoievski, em que podemos encontrar, segundo o autor russo, um confronto entre várias consciências, sem que nenhuma delas domine as demais numa homogeneidade narrativa superior. Bakhtin verifica então que, na obra de Dostoievski, essa multiplicidade de consciências não é uma sucessão, nem se anula dialeticamente, porque as múltiplas consciências são permanências, são um estado normal da sociedade. Assim, a coexistência – a interação entre personagens – é a categoria essencial do romance de Dostoievski. E foi a partir desta característica que Bakhtin o classificou como polifônico; desse modo, a polifonia se refere a um tipo de coexistência de sujeitos em uma narrativa em que nenhum personagem silencia os pontos de vista dos demais. Pelo contrário, os personagens convivem multiplamente, dialogicamente, e sua constituição se dá na medida em que se representam um diante do outro.

Por outro lado, o termo polifonia é normalmente empregado para caracterizar um certo tipo de texto, aquele em que convivem muitas vozes, por oposição aos textos monofônicos, que escondem os diálogos que os constituem, conforme nos esclarece Barros (1994). Nessa perspectiva, o termo dialogismo, por sua vez, refere-se somente ao o princípio constitutivo de toda manifestação de linguagem, incluindo aí, obviamente, os discursos.

Em outras palavras, o diálogo é condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas. No primeiro caso, o dos textos polifônicos, as vozes se mostram; no segundo o dos monofônicos, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz. Monofonia e polifonia de um discurso são, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos. Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas

⁴ Cf. Maingueneau, 1989, p.86.

⁵ A esse respeito, remetemos a Guimarães (1995).

vozes ou algumas delas se deixam escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir. (Barros, 1994, p.6)

Conforme podemos notar em função da aplicação do conceito de polifonia nesse último caso, percebemos que ele se distancia um pouco de seu sentido original. Embora do ponto de vista da AD, essa aplicação do conceito esteja relacionada apenas a uma das faces da heterogeneidade, não há dúvida de que ele descreve um aspecto dos processos enunciativos que pode servir como ponto de partida para investigações mais profundas.

Para encerrar a apresentação das propriedades do fenômeno da citação, no próximo item apresentamos sucintamente a análise que o próprio Bakhtin desenvolveu sobre o discurso citado, propondo, inclusive, uma tipologia das modalidades nas quais a citação se realiza.

1.3. A contribuição bakhtiniana para a compreensão do fenômeno da citação

Bakhtin apresenta uma abordagem que em muito contribui para que possamos compreender melhor o fenômeno da citação. Para o autor, "o discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação" (1988, p.144). Analisando essa afirmação, podemos dizer que a sua primeira parte diz respeito à integração sintática que deve existir entre o discurso citado e aquele que cita, ainda que, superficialmente, o discurso citado conserve sua autonomia estrutural e semântica e que não altere a trama lingüística do contexto que o integrou. Especificamente a respeito dessa integração sintática, o autor afirma:

A enunciação do narrador, tendo integrado na sua composição uma outra enunciação, elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais para assimilá-la parcialmente, para associá-la à sua própria unidade sintática, estilística e composicional, embora conservando, pelo menos sob uma forma rudimentar, a autonomia primitiva do discurso de outrem, sem o que ele não poderia ser completamente apreendido (ibid., p.145).

Desse modo, a integração entre os dois discursos é resultado da apreensão ativa por parte de alguém, no quadro de seu discurso interior. Entretanto (e isso é fundamental na abordagem de Bakhtin), essa apreensão não é um simples produto da "alma" daquele que relata o discurso de um outro, mas é condicionada por tendências sociais estáveis. Para o autor, tanto as condições de comunicação, quanto às suas formas e seus métodos de

diferenciação, são todos determinados, em última instância, pelas condições sociais e econômicas de uma dada época. Sendo assim, o mecanismo que regula o processo de citação é, em sua essência, sócio-economicamente condicionado. Por isso, segundo o autor russo, embora as diferenças contextuais entre os discursos e as particularidades da situação de transmissão devam ser consideradas para que possamos compreender o mecanismo de transmissão do discurso de outrem, precisamos ter em mente que tais diferenças não conseguem ultrapassar os limites das formas já existentes numa determinada língua para a transmissão do discurso do outro.

Já a segunda parte do enunciado de Bakhtin supra-citado se refere às relações que o discurso estabelece com aquele que relata em seu interior. Nas palavras de Bakhtin: “O discurso citado e o contexto narrativo unem-se por relações dinâmicas, complexas e tensas. É impossível compreender qualquer forma de discurso citado sem levá-las em conta” (ibid., p.148). Conforme nos esclarece o autor, essas inter-relações entre dois discursos se devem ao fato de que "aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário, um ser cheio de palavras interiores" (ibid., p.147). É nesse sentido que, para ele, na citação, "a palavra vai à palavra" (ibid., p147).

Articulando o pensamento bakhtiniano às idéias de Maingueneau acerca do fenômeno da citação, podemos afirmar que aquele que cita outro discurso o cita a partir de um lugar enunciativo determinado, e as inter-relações que se estabeleceram entre o seu discurso e o discurso daquele que ele cita são regidas pelas formações discursivas em que as falas desses sujeitos se inscrevem.

Ainda de acordo com o pensamento bakhtiniano, o discurso citado e aquele que o cita "só têm uma existência real, só se formam e vivem através dessa inter-relação, e não de maneira isolada" (ibid., p.148). Essa inter-relação pode desenvolver-se em duas orientações principais. A primeira simula conservar a integridade e a autenticidade do discurso do outro. Nessa orientação, o discurso citado é delimitado com fronteiras nítidas e estáveis. Assim "os esquemas lingüísticos e suas variantes têm a função de isolar mais clara e mais estreitamente o discurso citado, de protegê-lo de infiltração pelas entoações próprias do autor, de simplificar e consolidar suas características lingüísticas individuais" (ibid., p.148-149). Essa orientação, cuja tendência principal é criar contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, é chamada por Bakhtin de "estilo linear".

Já na segunda orientação, há comentários e réplicas infiltrados no discurso citado:

O contexto narrativo esforça-se por desfazer a estrutura compacta e fechada do discurso citado, por absorvê-lo e apagar as suas fronteiras. Podemos chamar esse estilo de transmissão do discurso de outrem o estilo pictórico. Sua tendência é atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem. Além disso, o próprio discurso é bem mais individualizado. Os diferentes aspectos da enunciação podem ser sutilmente postos em evidência. Não é apenas o seu sentido objetivo que é apreendido, a asserção que está nela contida, mas também todas as particularidades lingüísticas da sua realização verbal (ibid., p.150).

Essas são, segundo Bakhtin, as duas tendências fundamentais da dinâmica da inter-relação entre o discurso citado e aquele que cita. Essas tendências concretizam-se na língua por meio das variantes dos esquemas de transmissão do discurso de outrem. Cada variante é, então, uma realização de um esquema sob uma forma específica. Esses esquemas são o discurso relatado em estilo direto, indireto e indireto livre.

Uma vez apresentadas as características da citação segundo perspectivas complementares, investigaremos, a seguir, um pouco da heterogeneidade do discurso de auto-ajuda, analisando as citações que encontramos em algumas obras representativas desse discurso.

2. Citação no discurso de auto-ajuda

Entre os textos de auto-ajuda, alguns se caracterizam por citarem diversas vezes fragmentos bíblicos, embora nem todos se sirvam dessas citações. No discurso de auto-ajuda, tais fragmentos aparecem como uma maneira de reforçar as fórmulas propostas. Aliás, muitos textos vão além, ao se apresentarem como "traduções" ou "elucidações" da Bíblia destinadas ao homem ordinário, para que ele possa realizar seus projetos.

Segundo o discurso de auto-ajuda, o homem tem o poder de libertar-se das condições de qualquer natureza em que se encontra e saltar para a situação que quiser desde que siga, fielmente, as indicações propostas. Assim, os textos que citam a Bíblia afirmam que esse poder, que está na mente humana, é concedido ao homem porque ele é filho de Deus, porque Deus assim o permite, porque Deus assim havia garantido (o que pode ser verificado, segundo eles, na própria Bíblia), etc. Por outro lado, cria-se nos outros textos uma lacuna, pela falta de

explicação da origem desse poder, cuja origem, segundo algumas fontes, seria a "força da mente", "o poder do subconsciente".

Observando a forma como trechos bíblicos aparecem nos textos de auto-ajuda, verificamos que a citação de tais fragmentos em todo o material analisado aparece sob a forma de discurso relatado em estilo direto, antecedido por dois pontos e destacado do resto do texto por aspas ou itálico e/ou negrito. Além disso, há quase sempre um verbo *dicendi* que introduz o discurso citado. Em alguns casos, as citações dos trechos da Bíblia aparecem destacadas do discurso citante em parágrafos isolados. Como não encontramos, no material analisado, um número significativo de casos de citação dos fragmentos da Bíblia em estilo indireto, nos quais estão diluídas as fronteiras entre o discurso citante e o citado, concluímos que a citação de tais fragmentos no discurso de auto-ajuda se desenvolve segundo a primeira tendência descrita por Bakhtin, ou seja, segundo o estilo linear. Este é o estilo em que o discurso citante simula conservar a integridade e a autenticidade do discurso citado, que fica delimitado com fronteiras nítidas e estáveis. A tendência principal dessa orientação é a criação dos contornos exteriores nítidos à volta do discurso citado, o que é garantido, no caso em questão, por marcas tipográficas (aspas, itálico, negrito) que o destacam do discurso citante. Vejamos alguns exemplos:

- (01) Neste caso é que ocorre aquela situação descrita pelo mestre Jesus no Novo Testamento: "Vocês são semelhantes aos sepulcros caiados, que por fora parecem bonitos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e de toda podridão" (Mateus, 23:17). (Aveline, 1998, p.62)
- (02) Jesus disse a seus discípulos: "Se vocês não se tornarem como crianças, não entraram no reino dos céus" (Mateus, 18:3). (ibid., p.146)
- (03) Diz, S. Paulo, em sua Epístola aos Gálatas, cap. 6. versículo 7: "Pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará". (Prado, 1991, p.15)
- (04) Disse Jesus: "Por que temeis, homens de pouca fé?" Afirmou ainda: "Tudo é possível ao que crê". (ibid., p.83)
- (05) Os Evangelhos, a propósito, nos apresentam aspectos significativos e válidos para os problemas aqui ventilados: "***Levantai-vos e orai, para que não entreis em tentação***" (Lucas, 22:46). (Costa, 1997, p.144)
- (06) Entretanto, na prática identificamos sutil detalhe que merece ser aqui comentado à luz da sabedoria crística, a título de alerta, pois os Evangelhos nos reservam inesgotáveis lições

de sabedoria: "*Assim também a fé, se não tiver obras, será morta em seu isolamento. Com efeito, como o corpo sem o sopro da vida é morto, assim também é morta a fé sem obras*" (Tiago, 2:17 e 26). (ibid., p.160)

Certamente, a citação dos fragmentos da Bíblia nos textos de auto-ajuda se desenvolve segundo o estilo linear em função do valor sócio-ideológico desses enquanto fragmentos da palavra de Deus, palavra inquestionável, eterna, verdadeira, absoluta; portanto, o exemplo máximo da palavra "autoritária". A esse respeito, Bakhtin afirma:

A vinculação da palavra com a autoridade - reconhecida por nós ou não - distingue e isola a palavra de maneira específica; ela exige distância em relação a si mesma (distância que pode tomar uma coloração tanto positiva como negativa, nossa relação pode ser tanto fervorosa como hostil). **A palavra autoritária pode organizar em torno de si massas de outras palavras (que a interpretam, que a exaltam, que a aplicam desta ou de outra maneira) mas ela não se confunde com elas (por exemplo, por meio de comutações graduais), permanecendo nitidamente isolada, compacta e inerte: poder-se-ia dizer que ela exige não apenas aspas, mas um destaque mais monumental, por exemplo, uma escrita especial.** (Bakhtin, 1990, p.143; o grifo é nosso)

E também:

O discurso autoritário exige o nosso reconhecimento incondicional, e não absolutamente uma compreensão e assimilação livre em nossas próprias palavras. Também ele não permite qualquer jogo com o contexto que o enquadra, ou com seus limites, quaisquer comutações graduais ou móveis, variações livres criativas e estilizantes. Ela entra em nossa consciência verbal como uma massa compacta e indivisível, é preciso confirmá-la por inteiro ou recusá-la na íntegra. Ela se incorpora indissolivelmente à autoridade - o poder político, a instituição, a personalidade - com ela permanece e com ela cai. Não se pode separá-la; aprovar um, tolerar outro, recusar totalmente o terceiro. Por isso também a distância em relação à palavra autoritária permanece constante em toda sua extensão; é impossível aqui o jogo de distância - convergência e divergência, aproximação e distanciamento.

Com tudo isto se determina a originalidade tanto dos meios concretos de formação da própria palavra autoritária, no curso de sua transmissão, como também dos procedimentos do enquadramento pelo contexto. (...) (ibid, p. 145, o grifo é nosso)

Desse modo, embora alguns textos de auto-ajuda se apresentem como tentativas de interpretação, de elucidação da Bíblia, verificamos que eles não subvertem seu valor de palavra autoritária, pois não se confundem com ela, que permanece claramente separada, com nítidas fronteiras. Como na citação "a palavra vai à palavra", a integração entre discurso citado

e discurso citante depende do valor sócio-ideológico que as palavras envolvidas têm, valor este que é reconhecido e assumido nos diálogos nos quais elas se envolvem.

Além disso, como se sabe, as frases bíblicas fazem parte de uma cultura comum ao mundo ocidental; portanto sua citação pode ser considerada uma evocação do já-sabido. Nesse sentido, o discurso de auto-ajuda se coloca em segundo plano, como se fosse apenas um divulgador da palavra divina. Em última análise, podemos enxergar aí mais uma estratégia do discurso de auto-ajuda para garantir a sua aceitação.

Por outro lado, também encontramos, nos textos de auto-ajuda, enunciados oriundos de várias outras fontes, como, por exemplo, enunciados de Goethe, William James, Proust, Henry Ford, Thomas Kuhn, Shakespeare, entre tantos outros que aparecem reforçando as teses apresentadas pelos autores de auto-ajuda. Porém, ao contrário do que acontece com as citações dos fragmentos bíblicos (citados somente em estilo direto), esses outros enunciados são citados em estilo direto e indireto. Vejamos alguns exemplos:

- (07) O poeta inglês William Wordsworth - que viveu entre 1770 e 1850 - falou da reencarnação em um dos seus poemas. Para ele, a morte do corpo físico é o verdadeiro despertar, e quando nascemos para a vida biológica, na realidade, adormecemos. (Aveline, 1998, p.33)
- (08) Segundo o poeta gaúcho Mário Quintana, o maior ocorre quando a alma “muda de casa”. (ibid., p.142)
- (09) Como disse Clarice Lispector, a palavra é apenas o anzol com que se deve pescar a realidade. (ibid., p.171)
- (10) William James dizia que uma idéia nova é primeiro condenada como ridícula; depois esquecida como trivial, até que passa a ser aceita e, finalmente, fica assentada no conhecimento geral. (Ribeiro, 1992, p.94)

Nas citações desses enunciados não-bíblicos, não encontramos a mesma demarcação de fronteiras entre os discursos. Pelo contrário, as fronteiras entre o discurso citado e o discurso citante parecem mais diluídas, tanto que podemos encontrar, nos textos do *cópus*, a existência de parágrafos ou frases iniciados por enunciados citados. Nesses casos, podemos notar uma forte harmonia entre os discursos, uma vez que não há comentários que antecipem a

citação. A alteridade é marcada pela presença das aspas e/ou por algum comentário posterior que evidencia que se trata de discurso relatado. Vejamos alguns exemplos:

- (11) Toda vez que você muda um paradigma, paga um preço. "O Verdadeiro ato da descoberta não consiste em encontrar novas terras, mas sim em vê-las com novos olhos", diz o escritor francês Marcel Proust. (Ribeiro, 1992, p. 94)
- (12) Você tenta encaixar os problemas no paradigma que tem. "Quando os paradigmas mudam, o mundo muda com eles", afirmou Thomas Kuhn. (ibid, p. 95)
- (13) "Lutar e vencer em todas as batalhas não é a glória suprema. A glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar. Na prática da arte da guerra, a melhor coisa é tomar o país inimigo sem lutar", ensina Sun Tzu, indicando que a boa vitória ocorre sem conflito. (Aveline, 1998, p. 110)

Conforme podemos notar nas passagens acima, as aspas indicam que há uma alteridade presente no discurso. Entretanto, essa alteridade se apresenta imbricada com o discurso de uma tal forma que desaparecem as indicações lingüísticas prévias de sua ocorrência, o que acaba criando uma aproximação entre os discursos envolvidos. Conseqüentemente, ficam reforçadas as teses propostas pelo discurso de auto-ajuda, que parecem ser esclarecidas ou até mesmo respaldadas por autores famosos que nada têm a ver com auto-ajuda, como é o caso de Kuhn, Goethe, William James, Proust, Henry Ford, etc.

Notamos ainda que, diferentemente das citações bíblicas, essas citações não se apresentam como imperativos. Assim, enquanto Deus e seus profetas *dizem o que deve ser feito*, essas outras citações aparecem para dar suporte à orientação emanada do discurso de auto-ajuda na forma de justificativas ou explicações e não como ordens a serem inquestionavelmente seguidas. Conseqüentemente, o discurso de auto-ajuda se apresenta, nesses fragmentos, como um discurso do tipo persuasivo.

Por outro lado, levando-se em conta a existência das citações nos textos de auto-ajuda e especialmente as diversas fontes dos fragmentos citados, poderíamos dizer, inicialmente, que os textos de auto-ajuda são polifônicos, dada a multiplicidade de vozes que se podem encontrar nesses textos. Porém, tendo em vista que o discurso de auto-ajuda só cede espaço para aqueles cujos enunciados reforçam as teses que sustenta, o que lhe confere maior credibilidade, concluímos, que, a rigor, não há polifonia, entendida como o embate de vozes

diferentes, opostas, e não como um sinônimo de intertextualidade. Dito de outro modo: a existência de várias fontes não garante a existência de mais de um ponto de vista, de verdadeira alteridade, daí que a polifônia, se existe mesmo nos textos em questão, só pode ser na sua modalidade mais fraca, isto é, como coexistência de várias fontes. Na verdade, podemos ir além e entender que, no caso do discurso de auto-ajuda:

a) **a citação constrói um simulacro do outro.** Vimos anteriormente que um enunciado qualquer, ao ser citado por um discurso, não é mais o mesmo, em função do novo contexto em que passa a ser inserido. Assim, a citação nos textos de auto-ajuda constrói a ilusão de que, fora do discurso em questão, se encontra, facilmente e em diversos lugares, respaldo para as teses propostas. Em alguns casos, inclusive, fica difícil enxergar exatamente o que é discurso de auto-ajuda e o que não é. Dito de outro modo: a citação tal como é praticada pelo discurso de auto-ajuda, às vezes, cria a ilusão de que outro é muito semelhante ou mesmo um igual, isto é, não é alguém convocado meramente para sustentar o que está sendo dito porque seu discurso serve de respaldo para as teses defendidas, mas é alguém convocado porque seu discurso também está envolvido com a temática do sucesso, da prosperidade, da felicidade, etc., ou porque está próximo dessa temática (e, obviamente, porque é alguém conhecido, famoso, de sucesso profissional, etc.). Para que isso fique mais claro, analisamos os exemplos abaixo:

- (14) Willian James foi um dos grandes filósofos e psicólogos americanos. Era professor da Universidade de Harvard, quando lhe foi perguntado, uma vez, qual a descoberta mais importante no campo do desenvolvimento humano nos últimos 100 anos. Sua resposta foi a seguinte: "até agora, pensava-se que, para agir, era preciso sentir. Sabe-se hoje, que se começarmos a agir, o sentimento aparece. Essa foi, para mim, a descoberta mais importante do século, para o desenvolvimento humano."
James resume essa descoberta com o seguinte ditado: "o passarinho não canta porque está feliz, ele está feliz porque canta."
Mesmo que você esteja deprimido, se começar a agir de um jeito feliz, você passará a se sentir feliz e, então, a ser feliz. "O comportamento muda o sentimento, o sentimento muda o pensamento." (...) (Ribeiro, 1992, p. 43)
- (15) No momento, para a precessão ocorrer é preciso uma condição sine quan non: AÇÃO. Infelizmente, não fomos educados neste domínio, e nem sempre é fácil passar para ele. "Quando eu tiver lido mais estes quatros livros, estarei preparado para dar aula a respeito". Sempre haverá mais livros novos – lembre-se que o conhecimento da

Humanidade atualmente dobra a cada quatro anos. "Eu ainda não estou preparado, deixe-me mentalizar mais um pouco..." E assim, a vida vai passando.

Goethe dizia: "Se você pensa que você pode ou sonha que pode, comece. Ousadia tem genialidade, poder e mágica. Ouse fazer e o poder lhe será dado". Comece, comece, comece; aja, aja, aja. (ibid., p. 118)

Comparando os dois fragmentos acima, notamos que somente no exemplo (14) há uma apresentação sobre o locutor do discurso citado. Assim, por meio dessa apresentação, no caso de o interlocutor não saber nada a respeito de Willian James, fica informado de que se trata de um filósofo americano, professor da Universidade de Harvard e interessado, por assim dizer, na temática do "desenvolvimento humano". Não por coincidência, obviamente, essa última informação aproxima o discurso citado e o citante, dadas as suas temáticas. Por outro lado, o conjunto de informações a respeito do locutor do discurso relatado, como remete a uma outra cena enunciativa, acaba, mesmo que seja de uma forma bem sutil, afastando um pouco o discurso citado do citante, o que contribui, conforme vimos anteriormente, para reforçar a credibilidade do discurso citado e, conseqüentemente, a do próprio discurso citante.

Já no caso do exemplo (15), em função do contexto em que aparece, a citação de Goethe pode perfeitamente ser entendida como a de um autor de auto-ajuda, ou seja, como a citação de alguém cujo discurso se envolve diretamente com a temática em questão. Mas, na verdade, como sabemos, isso não passa de um efeito de sentido, *produto do modo como a citação é feita*. A esse respeito, devemos notar que, no fragmento acima, como acontece em outros casos, não existe nenhuma preparação para a introdução da citação, isto é, não se diz nada a respeito do autor da citação, como acontece no exemplo (14). Provavelmente, sem essa apresentação, que poderia distanciar o discurso relatado, o enunciado citado fica ainda mais próximo do discurso citante, o que também serve para reforçar a provável harmonia existente entre eles, e criar a impressão de que a fonte citada também é uma fonte de ensinamentos de auto-ajuda.

Assim, tanto em casos como o do exemplo (14), quanto em casos como o do exemplo (15), a alteridade, mesmo que seja caracterizada enquanto tal, fica, de uma forma ou de outra, próxima do discurso de auto-ajuda, cujas teses ganham reforço e credibilidade.

b) dado o esclarecimento anterior, o caso do discurso de auto-ajuda parece ser um bom exemplo de que **a heterogeneidade discursiva é essencialmente um princípio regulador**, a

partir do qual as formações discursivas se organizam numa eterna tentativa de sobrepujá-lo. Diante da figura ameaçadora do interdiscurso, um discurso qualquer, como o de auto-ajuda, esforça-se constantemente para se conservar, o que só pode ser feito, obviamente, a partir de suas próprias categorias. Como não pode pôr um fim na existência dos outros, ele procura se reproduzir constantemente, inclusive por meio de uma tradução do outro e de suas categorias em algo que lhe seja próprio. Nesse sentido, a heterogeneidade mostrada é sempre um simulacro do próprio processo de constituição e manutenção das formações discursivas que, convocando outros discursos (no caso do discurso de auto-ajuda, trata-se, entre outros, do discurso científico e do discurso religioso, o filosófico, do literário, conforme já apontado) para se constituírem, misturam-se com eles e a eles numa estratégia para ocultar as verdadeiras vozes que os ameaçam. Como uma formação discursiva não pode apreender a totalidade da matéria que a constitui, contenta-se em transfigurá-la em uma heterogeneidade superficial, localizável e aparentemente circunstancial, num gesto de uma suposta auto-suficiência, constantemente ameaçada pelos embates das lutas ideológicas (que, como se sabe, segundo tese da AD, são fatores que condicionam as reconfigurações discursivas).

A esse respeito, retomamos Maingueneau, que, com sua abordagem interdiscursiva, traz aos estudos sobre a discursividade justamente o que lhes faltava, isto é, dizer em que medida os outros discursos participam da constituição de um discurso qualquer e como esse processo se dá. Longe de ser um conjunto de enunciados encontrados alhures, do qual o discurso se apropria depois de pronto, o Outro

não é um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; não é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível de compacidade do discurso. Encontra-se na raiz de um Mesmo sempre já descentrado por relação a si mesmo, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. **É o que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite fechar-se em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.** (Maingueneau, 1984, p 31; o grifo é nosso).

A respeito da heterogeneidade do discurso de auto-ajuda, cumpre-nos ainda fazer uma ressalva. Embora não tenhamos desenvolvido uma análise mais apurada sobre o tema, parece-nos que a heterogeneidade mostrada do discurso de auto-ajuda também reforça a hipótese de que o traço [+ universalidade] serve para caracterizar o discurso em questão. Conforme dito capítulo anterior, a heterogeneidade do discurso de auto-ajuda se revela, inicialmente, em sua

abrangência temática, o que faz com que nem sempre possamos encontrar um consenso entre enunciados que pertencem a obras diferentes⁶. Além disso, podemos considerar, como outra manifestação desse traço, a diversidade de fontes que servem para dar credibilidade às teses do discurso de auto-ajuda. Como não há nenhum traço evidentemente comum entre as fontes de citação encontradas, parece-nos que, a princípio, qualquer cultura, qualquer religião, qualquer escritor ou personalidade famosa pode ter algo para acrescentar aos que procuram um desenvolvimento pessoal. Na verdade, o único traço que realmente une essas fontes de citação é o fato de que todas são citações de auto-ajuda, mas, fora desse contexto, não há nada que as aproxime de forma mais evidente. Precipitadamente, poderíamos imaginar que o ponto em comum entre essas fontes seja a temática do sucesso, da prosperidade, da elevação (pessoal, profissional, espiritual, etc.). Porém, conforme já dito, talvez esse seja, de fato, um efeito de sentido produzido pelo próprio discurso de auto-ajuda na condição de contexto no qual estão inseridos os enunciados das fontes em questão. Por isso, descartamos essa hipótese, supondo que o discurso de auto-ajuda, em função do traço [+ universalidade], tenha condições de subtrair dos outros discursos aquilo que eles têm de mais geral, de menos contextualmente dependente, para citá-los em um modo que vai, justamente, reforçar essa característica, de tal forma que não seja mais possível identificarmos o começo do processo.

Quanto a isso, vale a pena comentarmos o caso da obra "Lições para uma vida despreocupada e feliz" (Leiva, 1997). Trata-se de uma coletânea de provérbios, de ditados, de frases feitas e de outras ditas por personalidades célebres. As fontes são tantas e tão diversificadas que não há mesmo como, fora do discurso em questão, aceitar que se trata de um conjunto homogêneo de ensinamentos "pelos quais o leitor será conduzido suave e seguramente a um porto tranquilo e pleno de paz" (ibid., p.7). O curioso dessa obra é que, se subtrairmos as citações, considerando que se trata de fragmentos do outro, então a obra de 262 páginas fica reduzida às poucas linhas da apresentação. Assim, como não podemos propor um único discurso para Almir Sater, J.F. Kennedy, Rabelais, Shakespeare, Hipócrates e tantos outros, preferimos entender que, na obra em questão, encontramos uma diluição das fronteiras entre alteridade e identidade, um indício de que o outro, na superfície discursiva, é sempre um

⁶ Entretanto isso não cria um problema de coerência para esse discurso, tendo em vista que, essencialmente, todos os textos de auto-ajuda, qualquer que seja o ramo a que se voltem, têm enunciados práticos que se encaixam nos contextos a que são remetidos.

simulacro, construído a partir das características do mesmo que tendem a se perpetuar indefinidamente.

Capítulo 6 – Análise do Discurso, sujeito e auto-ajuda

Introdução

Nesse capítulo, revemos a noção de sujeito sustentada pela AD, o que fazemos acreditando que a análise do discurso de auto-ajuda contribui de um modo pertinente para a discussão desse tema. No capítulo sobre o *ethos* do discurso de auto-ajuda, discutimos alguns aspectos do processo de adesão dos sujeitos aos discursos. Agora, investigando o papel do sujeito do/no discurso, abordamos a questão de um outro ponto de vista. Mesmo diferente, tal perspectiva pretende, concomitantemente à exposição de algumas propriedades do discurso em análise, completar as reflexões já apresentadas, sem contradizê-las.

1. O sujeito na AD

Não é novidade que, na literatura clássica da AD, as noções de assujeitamento e inconsciente aparecem normalmente enfatizadas quando se trata de discorrer sobre o papel do sujeito do/no discurso, especialmente em função do tipo de material que é freqüentemente selecionado para análise. De um modo geral, sustenta-se que o sujeito "fala" muito pouco. Quem fala verdadeiramente (isto é, as origens dos discursos) são outros discursos anteriores, ou ideologias, ou o inconsciente, ou tudo isso ao mesmo tempo. O sujeito é considerado, essencialmente, um suporte, um veículo, mas jamais a origem do que enuncia. Mais especificamente, a AD sustenta que o sujeito consciente e senhor do seu discurso não passa de uma ilusão necessária para que as ideologias possam assujeitá-lo. Quanto a isso, remetemos às muitas contribuições que os trabalhos de Authier-Revuz trouxeram para o tratamento dessa questão.

Por exemplo, num de seus artigos mais conhecidos no Brasil (Authier-Revuz, 1990), a autora nos adverte que algumas das noções dos diversos quadros teóricos que investigam a "complexidade enunciativa", por estarem ancoradas no exterior da lingüística, trazem para seu interior concepções do sujeito e da sua relação com a linguagem de um modo equivocado, quase ingênuo. Por isso, segundo ela, a Lingüística não pode esquivar-se de explicitar sua

relação com esse exterior, para evitar a reprodução teórica das falsas evidências vivenciadas pelos sujeitos falantes quanto à sua atividade de linguagem. Afastando a possibilidade de participar da operação de salvamento do sujeito cartesiano, a autora recorre ao que considera um exterior pertinente para o campo lingüístico da enunciação, apoiando-se em três abordagens que assumem o que intitula de "a heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso" (conforme a autora nos lembra, cada uma delas, à sua maneira, privilegia aspectos diferentes dessa realidade). Essas abordagens são, além da própria problemática da AD a respeito do discurso como produto do interdiscurso, o dialogismo do círculo de Bakhtin, e a psicanálise, especialmente a lacaniana.

Da AD, como sabemos, vem a idéia de que o interdiscurso regula o discurso, pois é sua origem, embora isto seja completamente ignorado pelo sujeito que, na ilusão, se considera fonte do que diz. De acordo com essa tese, influenciada especialmente no pensamento lacaniano e na leitura althusseriana do marxismo, por um lado, e pelas teses de Foucault, por outro, uma formação discursiva não deve ser considerada como um bloco independente. Pelo contrário, ela é, desde o início, um modo de organização da relação com outras formações discursivas. É por isso que Courtine e Marandin (1976, apud Maingueneau 1989) afirmam que as fronteiras das formações discursivas estão sempre se deslocando, em função das relações que mantém com outras; essas relações, por sua vez, também se alteram, em função dos embates da luta ideológica. Nesse sentido, o interdiscurso é o responsável pelas mudanças nas/das formações discursivas, o que leva Maingueneau a afirmar que uma formação discursiva "aparece como o lugar de um trabalho no interdiscurso" (113).

Nessa linha de pensamento, todo processo discursivo inerente a uma formação discursiva é constituído por um conjunto de redes de formulações associadas, constituídas por diferentes formulações possíveis para um mesmo enunciado no interdiscurso. O enunciado é, nesse sentido, uma invariante dessas formulações que o retomam. A referência dos objetos do discurso se estabiliza nessas redes de formulações, na forma de pré-construídos, e é justamente nesse nível que a instância do sujeito universal, próprio a uma determinada formação discursiva, intervém, oferecendo ao sujeitos o lugar de onde é possível enunciar e compreender de um modo mais ou menos anteriormente constituído (conforme nos esclarece Maingueneau, 1989, ao apresentar sucintamente as teses que regem especialmente os trabalhos da AD desenvolvida por Pêcheux e por seus seguidores). Por meio da categoria do sujeito

universal, compreendemos melhor que "o interdiscurso domina cada formação particular, fixa o que ela fala e o sujeito que a garante" (ibid, p.115). Em síntese, com a tese da heterogeneidade constitutiva, a AD sustenta que todo discurso dissimula, na transparência do sentido que nele se estabiliza, o fato de que depende do interdiscurso e que essa dependência se desfaz aos olhos do indivíduo interpelado como sujeito pela formação ideológica que condiciona o aparecimento da formação discursiva a partir da qual ele enuncia.

O dialogismo do círculo de Bakhtin, ou a teoria da dialogização interna do discurso, trata, entre outras coisas, do fato de que as palavras vêm sempre dos outros. Sendo assim, não há palavras neutras, mas palavras atravessadas pelos discursos dos quais fizeram parte. Conseqüentemente, no que diz respeito à produção dos sentidos e dos discursos, os outros discursos, longe de serem simplesmente os lugares de onde podemos extrair nuances conotativas a partir de um nó de sentido, "são o centro, o exterior constitutivo, aquele do já-dito, com o que se tece, inevitavelmente, a trama mesma do discurso" (ibid., p.27).

Para Bakhtin, o sujeito se constitui a partir das relações que estabelecem com outros sujeitos e, tendo em vista que isso nunca termina (dada a natureza social do ser humano), o sujeito de Bakhtin está constantemente se re-elaborando, ou seja, trata-se de um sujeito inacabado, cujo processo de constituição envolve um processo dialógico, no qual a apreensão de signos exteriores - pela consciência - depende das palavras que o sujeito já tem à disposição e que funcionam como contra-palavras. Do processo de interação entre esses signos, resulta algo novo e diferente que, por sua vez, vai fazer parte do novo estoque de contra-palavras necessárias para que o sujeito possa internalizar outros signos, e assim indefinidamente. Desse modo, nos processos de interpretação, o sujeito utiliza as categorias de que dispõe, as suas contra-palavras, cuja verdadeira origem não é o sujeito, tendo em vista que elas já foram palavras alheias, embora ele "esqueça" isso na maior parte do tempo¹.

Da psicanálise, podemos dizer que Authier-Revuz destaca, essencialmente, duas teses fundamentais e interdependentes. Uma é a que revela a heterogeneidade da fala, como consequência da divisão do sujeito. A esse respeito, afirma:

sempre sob as palavras, "outras palavras" são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade da cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo

¹ Embora o sujeito não reconheça que suas palavras são sempre palavras dos outros, há situações em que revela algo a esse respeito.

discurso, através da qual uma análise apropriada pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente” (ibid., p. 28).

Mais especificamente, do ponto de vista da psicanálise, embora o inconsciente seja essencialmente um capítulo censurado da história do sujeito, ele pode ser de alguma forma acessado, na fala, a partir dos indícios deixados por apagamentos, esquecimentos, lapsos, etc. Nesse tipo de análise, procura-se articular o discurso com o seu avesso, para revelar ao sujeito o ele que diz sem saber, sem controlar. Daí a idéia de que o discurso não precisa, necessariamente, ser tomado apenas por aquilo que é dito explicitamente, tendo em vista que seu avesso, isto é, "a pontuação do inconsciente", constantemente o atravessa.

Articulada a essa idéia do discurso atravessado pelo inconsciente, está a concepção de que o sujeito, longe de ser uma entidade homogênea, é "o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem" (ibid., p.28). Sujeito dividido, descentrado, clivado, etc. Conforme Authier-Revuz, podemos empregar qualquer uma dessas palavras para caracterizá-lo, desde que fique claro que não se trata de uma divisão do sujeito provocada pelo seu encontro com o mundo exterior. A idéia essencial é que, fora da ilusão, não há centro para o sujeito. Aliás, segundo a psicanálise, esta instância do sujeito que é o “eu” (ego) tem justamente a função de ser portadora de ilusão de que há um centro. Em outras palavras, nessa perspectiva, o centro não passa de uma ilusão necessária produzida para o sujeito, e as teorias da enunciação o tomam como objeto ignorando que ele é imaginário.

Assim, a psicanálise desmistifica o fundamento da subjetividade clássica, que é o "eu" concebido como interior diante da exterioridade do mundo, revelando que a exterioridade está, constitutivamente, no seu interior e, conseqüentemente, no seu discurso.

2. Um enfoque complementar

Fundamentados nas teses sucintamente apresentadas no item anterior, os trabalhos da AD têm mostrado o que o sujeito não é, o que o sujeito não faz, o que o sujeito desconhece, o que o sujeito acredita que sabe. Porém, talvez já seja possível procuramos entender também o que esse sujeito efetivamente faz nos (e eventualmente sabe dos) processos discursivos dos quais participa. Afinal, assim como a história não pode ser reduzida a um efeito direto de

condições deixadas pelo passado, os discursos também não podem ser considerados *apenas* como o resultado de uma conjunção de fatores históricos, sociais, culturais e ideológicos. Por outro lado, aparentemente, não há risco de ressuscitarmos o sujeito cartesiano de outrora, pois, conforme vimos, as pesquisas psicanalíticas e sócio-econômicas do século passado trouxeram a vacina contra essa ingenuidade. A AD, com base nessas pesquisas, tem mantido uma posição contrária a esse sujeito, o que não deve ser entendido como se ela tivesse destruído a ele. Na verdade, o que acontece é que os trabalhos da AD, especialmente porque tratam de materiais "produzidos no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação"², normalmente não focalizam a atividade "consciente" dos sujeitos, dados os recortes que se realizam em função dos objetivos das pesquisas. Portanto, não é porque a AD tem mostrado que o sujeito desconhece a verdadeira origem de seu discurso que esse sujeito não saiba nada a respeito do que diz, como se fosse um mero suporte para a circulação dos discursos. Esse pensamento se revela tão extremo quanto o que a ele se opõe, isto é, que o sujeito, fonte do discurso, sabe tudo o que diz.

Desse modo, no que diz respeito ao sujeito, parece-nos mais razoável entender as suas ações, incluindo aí seu discurso, como dependentes das condições sócio-históricas que encontra originadas do passado e que as limitam, sem que isso signifique a anulação ou a irrelevância de seu papel. Ainda que o sujeito seja interpelado por ideologias e afetado pelo seu inconsciente e que seu discurso seja produto do interdiscurso, há um espaço (obviamente limitado) no qual ele realiza certas manobras lingüísticas, inclusive de escolhas. Afinal, conforme esclarece Possenti,

condições não causam, apenas condicionam (às vezes é preciso ser tautológico, para evitar deslizamentos irresponsáveis), formas não falam e os enunciados não são entidades voláteis que se materializam eventualmente, emprestando por acaso a voz de quem estiver no lugar adequado (...). (Possenti, 2002, p.92).

Em síntese: por uma lado, não há como questionar a pertinência das opções feitas pela AD ao procurar esclarecer aspectos até então não questionados dos processos de enunciação, o que foi feito especialmente por meio de análises que, contrárias ao sujeito cartesiano, trataram de revelar o verdadeiro papel de tudo aquilo a que podemos abarcar sob a expressão

² Maingueneau, 1989, p. 13.

"condições de produção dos discursos" (tais como: história, inconsciente, ideologias, outros discursos, etc.). Trata-se dos elementos que, juntos (embora de forma desigual), fazem parte do processo de emergência dos discursos tais como eles são, para que não se entenda que se trata de uma questão exclusivamente subjetiva. Por outro lado, a AD também pode interessar-se pela investigação do papel dos sujeitos na constituição dos materiais que ela investiga. Aliás, mais que uma alternativa, essa pode ser inclusive uma necessidade, dado o tipo de material a ser analisado, tendo em vista que, como sabemos, embora sejam sempre necessários e inevitáveis, os recortes feitos no desenrolar de uma análise podem chegar a comprometer a integridade de um *cópus*, ou podem produzir resultados pouco satisfatórios para a caracterização de um determinado objeto.

Para sustentarmos essa alternativa, podemos remeter até ao próprio Pêcheux³, na passagem em que se refere ao esquecimento nº 2, cujo funcionamento é de natureza pré-consciente e/ou consciente, na medida que um sujeito-falante seleciona, no interior da formação discursiva a partir da qual enuncia, um enunciado e não outros que poderiam ter sido selecionados por funcionarem como equivalentes no interior de tal formação discursiva. Considerando que, segundo a teoria do discurso formulada por Pêcheux e por seus seguidores, o conjunto de enunciados que constituem uma formação discursiva é bastante pequeno, então podemos flagrar o sujeito em atividade parafraseando enunciados que ele não domina, que ele não cria, mas que ele conhece o suficiente para parafrasear e empregar adequadamente em determinadas situações. Afinal, não há como imaginarmos que todas as paráfrases dos enunciados de um discurso se encontrem virtualmente prontas, pairando sobre as cabeças dos sujeitos. Melhor admitirmos que esses sujeitos são dotados de uma certa liberdade, pois selecionam itens lexicais e estruturas sintáticas ao formularem enunciados efetivos, ainda que essa seleção seja limitada pelo contexto sócio-histórico, pelo contexto imediato, pelo próprio sistema lingüístico e, essencialmente, pelas relações entre os discursos, isto é, pelo interdiscurso.

Desse modo, é possível considerarmos o discurso como repetição de outros, ou melhor, como paráfrases de outros discursos, mas também podemos enxergar no meio da repetição dos discursos a atividade do sujeito que seleciona este enunciado e não aquele, que opta por um e não outro item lexical, etc. Ora, o próprio ato de enunciar pode ser entendido como uma

atividade parcialmente consciente do sujeito; sujeito que "conhece" leis sociais da conversação, que "evita" temas proibidos socialmente, que tem um certo conhecimento sobre seus ouvintes, que sabe, eventualmente, alguns dos efeitos que determinados enunciados podem provocar em certas situações. Não que o sujeito possa sempre controlar esses efeitos ou até mesmo predizê-los, mas sabe, em muitas situações, algo a respeito do que diz.

Por outro lado, se adotarmos a forma como Maingueneau concebe os discursos, nos parece ainda mais necessário reconhecer a contribuição dos sujeitos nos processos discursivos. Vejamos: como se sabe, Maingueneau entende um discurso qualquer como um sistema de coerções semânticas que habilita os sujeitos a: (i) produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva e a reconhecer enunciados que revelam de sua própria formação discursiva; (ii) reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados do discurso(s) que constitui(em) seu Outro e a traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de coerções. Nesse sentido, o autor fala de competência discursiva, descartando, obviamente, a necessidade de se associar essa competência a algum sujeito individual. Embora saibamos que os sujeitos formulam enunciados a partir de um conjunto de condições que restringe fortemente a sua produção (como, por exemplo, as coerções da própria língua mais as ditadas pelo sistema de coerções semânticas a partir do qual enuncia), não há meios de descartar a sua participação, caso contrário seria inadequado falar em competência discursiva. A noção de competência, embora tenha o inconveniente de ser normalmente associada à noção de inatismo, conforme o próprio Maingueneau adverte,

tem a vantagem **de não supor uma exterioridade absoluta entre a *posição enunciativa* e os Sujeitos que vêm ocupá-la**. Porque é necessário pensar de um forma ou de outra no fato de que essa posição seja ocupável, que o discurso seja enunciável. Sem isso, sob a aparência de não reintroduzir o Sujeito idealista, tende-se a uma concepção pouco satisfatória dos enunciadores discursivos, ceras moles que se deixariam "dominar", "assujeitar" por um discurso todo poderoso (Maingueneau, 1984, p.50; o grifo é nosso).

Com o princípio da competência discursiva, Maingueneau lança muita luz sob o até então misterioso processo de assujeitamento de um indivíduo ao discurso ao qual se subordina, destacando "a estreita relação que há entre a simplicidade do sistema de coerções do discurso e a possibilidade de dominá-lo" (ibid., p.51). Ora, se compararmos a simplicidade do sistema ao

³ Pêcheux & Fuchs, 1975.

conjunto efetivo de enunciados produzidos a partir de uma dada posição enunciativa, veremos que há uma distância que só pode ter sido percorrida por um sujeito atuante, capaz de revelar sua filiação discursiva por meio dos enunciados que formula, embora seguindo princípios oriundos de instâncias anteriores e independentes dele. A esse respeito, destacamos a seguinte passagem:

A "raridade" mais extrema que se pode apreender aqui é justamente a dos próprios sistemas de competência, **tão pobres em relação à imensidão e à diversidade da superfície textual que autorizam** (ibid., p.49; o grifo é nosso).

Enfim, sem considerarmos o trabalho dos sujeitos não há como compreendermos a "imensidão e a diversidade da superfície textual" que os sistemas de competência discursiva autorizam. Como a competência diz respeito a um domínio tácito de regras, é preciso pensar no sujeito que as domina efetivamente para produzir e interpretar enunciados que relevam de sua formação discursiva e, correlativamente, para identificar como incompatíveis os enunciados das formações discursivas antagonistas. Nesse sentido, o recurso à competência discursiva nos oferece mais uma vantagem, isto é, a de nos permitir pensar nos discursos não só do ponto de vista da produção como também da recepção. Quanto a essa última, ressaltamos mais uma vez a atividade do sujeito que interpreta o outro por intermédio do filtro do discurso a partir do qual enuncia, criando um simulacro no qual o outro é traduzido nas categorias de seu próprio discurso, o que, seguramente, não é um processo que se reduz a operações de reprodução e/ou veiculação de enunciados pré-existentes. Nesse sentido, o sujeito continua subordinado a um espaço limitado por fatores de diversas naturezas, mas é condição *sine qua non* de qualquer enunciação efetivamente realizada.

Para exemplificar o tipo de atividade do sujeito a que estamos nos referindo, remetemos às manobras que os sujeitos-falantes realizam na elaboração de pequenos textos humorísticos analisados por Possenti (1995). No próximo item, iremos apresentar outro exemplo dessa atividade do sujeito, a partir de algumas reflexões sobre o discurso de auto-ajuda.

3. Repetindo fórmulas, fazendo sucesso

Do nosso ponto de vista, qualquer analista do discurso interessado em investigar o discurso de auto-ajuda pode iniciar seu trabalho fazendo um levantamento das suas condições de produção, no sentido genérico da expressão. Sem muita dificuldade, se assim o fizesse, esse analista iria descobrir que, num mundo onde nem todos podem ficar ricos, onde não há empregos para todos, onde nem todos podem morar em condomínios de luxo etc, é muito propício que esse tipo de discurso circule para apaziguar os ânimos e levar as pessoas a acreditarem que podem realizar os seus projetos, que podem ficar ricas, que podem comprar carros ou casas de praia, etc., como se o sistema sócio-econômico não limitasse essas possibilidades. Assim, se um indivíduo acreditar que realmente pode tudo, então ele não irá questionar nem investigar o que o impediria de subir de nível sócio-econômico, fato este muito favorável para a manutenção do sistema. Aliás, de acordo com o discurso de auto-ajuda, os fracassos da vida devem-se aos próprios sujeitos, que não souberam como aplicar devidamente o que os livros recomendam. É nesse sentido que a AD entende os discursos como condicionados por fatores econômicos, ideológicos etc., ao sustentar a tese materialista de que a manutenção de um determinado sistema econômico depende também do funcionamento da ideologia que a ele subjaz, o que se dá, no caso da linguagem, por meio das formações discursivas e da circulação dos discursos. Por outro lado, a tarefa do analista não precisa acabar aqui. Afinal, os livros de auto-ajuda não existem independentemente de seus autores.

Investigando o discurso de auto-ajuda, verificamos que os autores dos livros que compõem o corpus são sujeitos sábios o bastante para perceberem que existe um vastíssimo mercado que necessita consumir textos com mensagens otimistas. Ora, a sensação que temos quando lemos alguns desses livros é que lemos apenas um. Quanto mais os lemos, mais percebemos o quanto dizem a mesma coisa. Os exemplos abaixo mostram isso:

- (1) ... tudo aquilo que imaginardes, cedo ou tarde se expressará em vossos negócios. (...) Assim, pois, para jogardes com êxito a partida da vida, é preciso educardes vossa faculdade imaginativa. (Prado, 2001, p.16)
- (2) Se eu tiver Sucesso dentro do meu cérebro, o Sucesso virá. Se meu cérebro armazenar desgraças, é isto que eu vou enxergar no mundo.(...) No momento em que você muda

suas crenças e seus sistemas de valores, o mundo muda com você, como num estalar de dedos. (Ribeiro, 1992, p.41-2)

- (3) Na realidade, nós somos o fruto dos nossos pensamentos. Temos que emitir constantemente pensamentos otimistas, acreditando que as coisas boas nos irão acontecer, a fim de as atrairmos, porque, quando estamos num bom astral, emitindo energias positivas, infalivelmente atraímos boas coisas pela *sintonia* com energias positivas. (Rocha, 1995, p.1)
- (4) ... a pessoa que domina a sua mente, domina seu próprio mundo. (Leiva, 1997, p.67)

Podemos facilmente imaginar que as passagens acima foram todas tiradas de um mesmo livro, ou que pertençam a livros diferentes de um mesmo autor. Entretanto, elas se encontram em livros diferentes, de autores diferentes. Então, se o conteúdo desses livros já foi dito e re-dito, por que esses autores continuam publicando esses livros? Talvez porque perceberam que encontraram, na atividade de parafrasear um certo conjunto de enunciados, uma fonte muito rica de vendas. Como se sabe, os livros de auto-ajuda são um sucesso de vendas mundial, com direito a seções especiais em livrarias e divulgação de listas dos mais vendidos. Aliás, podemos mesmo questionar por que alguns livros são mais vendidos do que outros, se todos repetem as mesmas idéias. Ao lado de outros fatores, como investimentos em divulgação, prestígio dos autores etc., parece-nos possível justificar isso afirmando que alguns contêm paráfrases mais interessantes do que os outros, o que nos autoriza a enxergar seus autores como sujeitos mais criativos, capazes de transformar um conjunto de já-ditos numa fonte prazerosa de leitura para outros sujeitos. O Dr. Lair Ribeiro parece ser um bom exemplo de um sujeito que, dotado de um certo saber, encontrou várias maneiras de dizer a mesma coisa em seus livros. Trata-se, portanto, de um sujeito em atividade, explorando um vasto mercado que não era seu *a priori* e que ele conquistou.

Nessa linha de pensamento, M. de Certeau (1990) nos ensina a olhar o cotidiano de uma forma especial, para que possamos perceber as "as operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina". Seu trabalho tem por objetivo

(...) explicitar as combinatórias de operações que compõem também (sem ser exclusivamente) uma *cultura* e exumar os modelos de ação característicos dos usuários,

dos quais se esconde, sob o pudico nome de consumidores, o estatuto de dominados (**o que não quer dizer passivos ou dóceis**). **O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada.** (ibid., p.38; o grifo é nosso).

"Maneiras de fazer", como diz de Certeau, "que formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou *dominados*?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política" (ibid., p.41). Desse modo, é possível considerar os autores dos livros de auto-ajuda como sujeitos *quebrando a disciplina e a passividade* ao aproveitarem um espaço criado por situações que eles não dominam, veiculando enunciados que também não são originais. É provável que eles desconheçam as origens do discurso que veiculam, o que não nos impede de assumir que esses sujeitos estão explorando uma situação pré-estabelecida e que alguns estão até lucrando bastante com ela.

A concepção de sujeito que estamos defendendo aqui é esclarecida por Possenti (2002) que, apresentando a idéia do discurso como integralmente acontecimento e integralmente peça de uma estrutura (referindo-se a Pêcheux, 1988), postula cinco princípios a respeito dos sujeitos e de seus discursos. Esses princípios são:

- 1- os sujeitos são integralmente sociais e históricos e integralmente individuais - para evitar o subjetivismo desvariado e a identificação do sujeito como uma peça;
- 2- cada discurso é integralmente histórico e social e integralmente pessoal e circunstancial - para evitar a idéia de que o sujeito é fonte de seu discurso e a de que é o discurso que se dá;
- 3- cada discurso é integralmente interdiscurso e integralmente relativo a um mundo exterior - para evitar a idéia de que o discurso refere-se diretamente às coisas e a de que tudo é discurso ou que a realidade, se houver uma, é criada pelo discurso;
- 4- cada discurso é integralmente ideológico e/ou inconsciente e integralmente cooperativo e interpessoal - para evitar a idéia de que o sujeito diz o que diz materializando as suas intenções e a de que o sujeito não tem nenhum poder de manobra e que o interlocutor concreto é irrelevante;
- 5- o falante sabe (integralmente?) o que está dizendo e ilude-se (integralmente?) se pensar que sabe o que diz (ou que só diz o que quer) - para evitar que se desconheçam os saberes que os sujeitos acumulam em sua prática histórica e que se conclua disso que nada lhe é estranho ou desconhecido (p.99).

Por meio dessa passagem, Possenti nos adverte dos riscos que corremos ao caracterizarmos o sujeito e o discurso, inadequadamente, por um único traço. Assim, podemos dizer que, nos trabalhos fundamentos na AD, a complexidade do sujeito fica reduzida a uma ou outra de suas propriedades, em função de uma imposição do discurso da própria AD, dados

os discursos que o compõem (materialismo histórico, psicanálise, um certo estruturalismo, especialmente na sua primeira fase⁴). Por outro lado, também podemos entender essa redução como uma manobra que os analistas fazem para corroborar a teoria que elegem e com a qual se comprometem, o que é o mesmo que dizer que se trata de sujeitos capazes de realizar escolhas e recortes bem sucedidos em função de seus objetivos. Os que concordam com essa visão certamente não podem afirmar que a capacidade de manipulação enunciativa seja um privilégio exclusivo dos analistas do discurso, tese tão ruim quanto a que descarta a possibilidade de os sujeitos realizarem manobras de forma consciente.

Retomando o caso do discurso de auto-ajuda, questionamos os laços que pode haver em comum entre a Bíblia, Goethe, William James, Proust, Henry Ford, Thomas Kuhn, Shakespeare. Aparentemente, é razoável dizer que não há nenhum vínculo evidente entre eles, embora todos sejam, conforme vimos no capítulo anterior, exemplos das fontes de citações que aparecem nos livros de auto-ajuda e que servem como reforços para atestar as idéias sustentadas pelo discurso de auto-ajuda. Mas quem poderia imaginar que falas de personagens do teatro de Shakespeare iriam aparecer nos livros de auto-ajuda? Ou quem poderia prever que as palavras de Deus citadas na Bíblia e os pensamentos de Kuhn sirvam para ensinar alguém a ganhar dinheiro, a vender mais, a ter sucesso profissional? Ora, não existe nada *a priori* que pudesse garantir ou prever a ocorrência dessas citações nesses livros. Apesar disso, sujeitos encontraram nos enunciados de outros sujeitos reforços para suas teses. Parece que não é imprudência considerar essas citações como atividades de sujeitos que conscientemente aproveitam o já-dito para tornar seus textos mais convincentes.

M. de Certeau (1990) oferece uma passagem muito esclarecedora para essa questão. Discutindo a enunciação dos provérbios, de Certeau apresenta um método para analisá-los, a partir de um conjunto de operações. Em seguida acrescenta:

O inconveniente do método, condição do seu sucesso, é extrair os documentos de seu contexto histórico e eliminar as operações dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, lugar e competição. É necessário que se apaguem as práticas linguísticas cotidianas (e o espaço de suas táticas), para que as práticas científicas sejam exercidas no seu campo próprio. Por isso não se levam em conta **as mil maneiras de colocar bem um provérbio, neste ou naquele momento e diante deste ou daquele interlocutor**. Tal arte fica excluída e os seus autores, lançados para fora do laboratório... (ibid., p. 81; o grifo é nosso)

⁴ A esse respeito, remetemos a Pêcheux, 1983.

Se aplicarmos essa análise às citações encontradas nos livros de auto-ajuda, também aí podemos notar que se trata de maneiras de colocar bem a voz de um outro ou de outro(s). As citações podem ser utilizadas como exemplos da presença de uma alteridade na cadeia discursiva, atestando que como o sujeito não está sozinho, que há um outro com o qual divide a responsabilidade do que diz; mas elas também se prestam como provas do saber do sujeito, que é revelado quando o sujeito emprega bem esta ou aquela citação. A citação pode ser encarada como um processo bastante complexo, que ficaria reduzido caso fossem eliminados os seus autores. A esse respeito, apoiamos-nos nos diversos trabalhos da retórica sobre o tema.

Authier-Revuz (1990) também nos oferece importantes esclarecimentos a respeito do fenômeno da citação, ao caracterizá-la, conforme já dito no capítulo anterior, como um caso marcado de heterogeneidade mostrada, ou seja, como um modo "de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva" (p.26). Mais especificamente, o que caracteriza essas formas é o fato de operarem sobre o modo da denegação, no qual, o lugar do heterogêneo fica reduzido a um espaço demarcado (normalmente com o auxílio de algum recurso gráfico, como, aspas, negritos, sublinhados, itálicos, etc.). Nesse sentido, Authier-Revuz afirma que as formas marcadas de heterogeneidade mostrada representam uma negociação com as forças desagregadoras da heterogeneidade constitutiva de uma maneira muito especial, pois constroem no desconhecimento desta última, uma representação da enunciação, que, por ser ilusória, é uma proteção necessária para que um discurso possa ser mantido, ou seja, elas manifestam a realidade da onipresença do heterogêneo precisamente nos lugares que tentam encobri-la. Portanto elas são, para o sujeito, uma estratégia de proteção tanto para si quanto para seu discurso, em face da ameaça constante e incontornável da heterogeneidade constitutiva. Nesse sentido, as formas marcadas de heterogeneidade mostrada, são, com relação à heterogeneidade constitutiva, uma espécie de sintoma e de defesa (proteção do sujeito e do discurso na denegação). Embora todos esses esclarecimentos sejam extremamente pertinentes, dada a temática com a qual estamos envolvidos, parece-nos possível compreender os esclarecimentos de Authier-Revuz a respeito das formas de heterogeneidade mostrada, especialmente no que diz respeito à citação, também da seguinte forma: o sujeito não sabe tudo, sabe menos do que pensa, desconhece o que parece controlar,

mas revela, nas formas de heterogeneidade mostrada, que tem um certo saber, sem o qual não haveria negociação.

Enfim, podemos perfeitamente entender as citações encontradas no discurso de auto-ajuda como o produto de um conjunto de fatores, entre os quais estão inclusive as escolhas dos sujeitos atentos às correspondências entre o que sustentam e os dizeres de autores que desfrutam de muito crédito. Portanto, são sujeitos em atividades que envolvem pelo menos um certo grau de conhecimento e de consciência, ou seja, flagramos sujeitos que, como outros, reciclam o já-dito e reinventam o cotidiano com uma boa dose de criatividade.

Considerações Finais

Neste trabalho, a partir da abordagem interdiscursiva proposta por Maingueneau (1983, 1984), investigamos o discurso de auto-ajuda, procurando definir alguns dos traços que compõem o sistema de coerções semânticas que o definem.

Assim, com um *cópus* constituído por livros escritos originalmente em Língua Portuguesa, iniciamos a análise examinando a modalidade no discurso de auto-ajuda, conforme pode ser conferido no primeiro capítulo deste trabalho. Nesse capítulo, discutimos alguns indícios que apontam para a confirmação da primeira hipótese que formulamos a respeito do discurso em questão, isto é, que a manifestação da certeza é um dos traços que o constituem, ao mesmo tempo em que a manifestação da dúvida é um dos que rejeita. Mais especificamente, no exame da modalidade do discurso de auto-ajuda, não encontramos nenhum registro de incerteza assumida pelo sujeito-enunciador dos enunciados analisados. Pelo contrário, esse sujeito-enunciador sempre se distancia de seus enunciados quando neles há alguma marca do que não é dado como certo e/ou garantido.

A partir dessa análise, desenvolvemos, no capítulo seguinte, um estudo sobre o *ethos* (segundo a concepção de Maingueneau) do discurso de auto-ajuda, procurando relacionar as características desse *ethos* com as coerções semânticas que nos parecem autorizá-las. Dessa forma, pudemos traçar o perfil do sujeito-enunciador. Como as características essenciais da enunciação do discurso de auto-ajuda são, segundo a análise que desenvolvemos, a manifestação da certeza e o foco nos pontos principais, verificamos que o *ethos* desse discurso é o do homem seguro, autoconfiante, determinado e *autocentrado*, que está voltado para os seus objetivos e interesses e que age em busca de seu próprio bem.

Posteriormente, tendo em vista que a semântica global que engendra cada discurso define os diversos modos da subjetividade enunciativa, entendemos que, para legitimar seu dizer, cada discurso define "o *estatuto* que deve conferir-se o sujeito-enunciador e aquele que deve conferir a seu destinatário" (Maingueneau, 1984, p.95). A partir dessa afirmação, analisamos, no terceiro capítulo, o modo como o sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda se apresenta e/ou é apresentado, isto é, os traços que ele se atribui ou que lhe são atribuídos no interior desse discurso. Desse modo, verificamos que ser sujeito-enunciador do discurso de auto-ajuda é assumir um lugar de saber, ou seja, é colocar-se num lugar de enunciação que

implica ter um conhecimento especial ou específico para ser transmitido. Conseqüentemente, a imagem conferida ao destinatário pelo sujeito-enunciador é essencialmente a de alguém que necessita de uma orientação, seja porque é uma pessoa infeliz, seja porque é uma pessoa insatisfeita com a vida, etc.

No quarto capítulo, analisando em que medida alguns enunciados do discurso de auto-ajuda se aproximam dos provérbios, procuramos destacar os efeitos de sentido dessa semelhança. Para tanto, comparamos as propriedades desses enunciados com as dos provérbios apresentadas por Rocha (1995), que, situando seu trabalho no campo da lingüística da enunciação e do discurso, investiga o emprego dos provérbios. Essa análise nos conduziu a concluir que o discurso de auto-ajuda, em função de suas características, pode ser considerado como um caso de *captação do gênero proverbial*, segundo designação proposta no trabalho de Grésillion e Maingueneau (1984), o que justifica a existência, em seus textos, de enunciados que apresentam as mesmas propriedades dos provérbios.

No quinto capítulo, sempre seguindo os passos de Maingueneau, investigamos alguns aspectos da intertextualidade do discurso de auto-ajuda, numa tentativa de continuar revelando as propriedades desse discurso e de avaliar os resultados já obtidos nos capítulos anteriores. Essencialmente, a análise revela que a citação presente nos textos de auto-ajuda não passa de um simulacro daquilo que verdadeiramente o constitui.

No sexto capítulo, afastamo-nos um pouco da análise do discurso de auto-ajuda propriamente dita para rever a noção de sujeito sustentada pela AD, o que fizemos acreditando que a análise do discurso de auto-ajuda contribui de um modo pertinente para a discussão desse tema. No segundo capítulo, ao analisarmos o *ethos* do discurso de auto-ajuda, discutimos alguns aspectos do processo de adesão dos sujeitos aos discursos. Já no capítulo em questão, investigando o papel do sujeito do/no discurso, abordamos o tema de um outro ponto de vista. Essencialmente, sustentamos que há um espaço (obviamente limitado) no qual esse sujeito realiza certas manobras lingüísticas, inclusive de escolhas, embora ele seja interpelado por ideologias e afetado pelo seu inconsciente e seu discurso seja produto do interdiscurso.

Evidentemente, o que se encontra neste trabalho não é a chave para a interpretação definitiva do discurso de auto-ajuda, mas uma discussão de um conjunto de traços que podem, ao lado de outros complementares (e até mesmo concorrentes!), ser propostos para caracterizar

o discurso em questão; afinal "a análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando 'o' sentido dos textos (...). O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las (...)" (Pêcheux, 1984, apud Maingueneau, 1989, p.11). Talvez seja por isso mesmo que este trabalho não tenha exatamente uma conclusão, que é aqui substituída pela aceitação da incompletude e da transitoriedade da análise realizada. Os concorrentes são bem-vindos... Nesse sentido, parece-nos mais adequado afirmar que a verdadeira hipótese que avaliamos ao longo de todo este trabalho diz respeito à abordagem aqui adotada; desse modo, este trabalho, à sua maneira, testemunha a pertinência dessa abordagem como fundamento para um tipo de estudo que "pretende dar conta das diversas dimensões da discursividade" (Maingueneau, 1989, p. 119), de uma forma articulada que, superando a idéia de que a especificidade dos discursos esteja localizada em alguma "base" que a análise deveria fazer emergir, procura recuperar a coerência global que integra os diversos planos de um discurso, sem reduzi-lo a uma ou outra das propriedades que o singularizam.

Por outro lado, caracterizando o discurso de auto-ajuda por meio de alguns traços semânticos que permitem diferenciar a produção textual a ele relacionada do conjunto de textos que circulam numa dada conjuntura histórica, talvez este trabalho contribua, de alguma forma, para a compreensão da conjuntura em que o discurso analisado se insere, na medida em que seus traços, mesmo se de forma sutil, são articulados às condições de emergência e de circulação do discurso, ou seja, ao desenvolvimento do individualismo, um dos pilares de sustentação do capitalismo na pós-modernidade, conforme vimos especialmente na discussão que promovemos sobre o *ethos* do discurso de auto-ajuda e sobre o estatuto do sujeito-encunciador e do destinatário desse discurso. Porém, é preciso dizer que essa articulação nunca foi nosso foco principal, tendo em vista que este trabalho está inscrito numa Análise do Discurso que mantém uma relação privilegiada com a Lingüística (assim como há outras mais próximas da História, ou da Psicologia, ou da Sociologia, etc.)¹. Desse modo, neste trabalho, o ponto de vista histórico está nitidamente reduzido em relação ao ponto de vista lingüístico, o que foi um modo de delimitar um horizonte de questões em detrimento de outras cuja formulação se justifica em outras perspectivas. Entretanto, essa opção nunca foi garantia de uma estabilidade pré-definida e perpétua; afinal, é impossível para o analista se filiar

definitivamente a este ou àquele ramo ou escola da Lingüística, tendo em vista que a discursividade que se realiza na língua tem uma ordem própria que não pode ser confundida com a materialidade da língua. Como não há "nenhuma harmonia preestabelecida entre os diversos objetos que podem ser propostos pela AD e os recursos que a lingüística lhes oferece" (Maingueneau, 1989, p.18), durante a investigação que fizemos sobre o discurso de auto-ajuda, procuramos sempre selecionar os fenômenos que considerávamos mais pertinentes para a sua caracterização, atentando-nos para que a Lingüística não fosse convocada somente para a produção de um efeito de cientificidade² e reconhecendo que as opções realizadas não são nem absolutas nem definitivas, mas tentativas de promover uma exposição de alguns dos traços semânticos que caracterizam o discurso de auto-ajuda.

¹ Cf. Maingueneau, 1989, p.12.

²Cf. Maingueneau, 1989, p.19.

Referências Bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.

AVELINE, C.C. *O poder da sabedoria: crescimento interior e transformação pessoal na nova era*. Brasília: Teosófica, 1998.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. 4ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Questões de literatura e de estética*. 2 ed. São Paulo: Editora da UNESP/Hucitec, 1990.

_____. *Estética da criação verbal*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARROS, D.L.P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D.L.P. & FIORIN, J.L. (orgs.) *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. p.1-9.

CERVONI, J. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.

CHAGAS, A. T. S. *A ilusão no discurso da auto-ajuda e o sintoma social*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

_____. *O sujeito/imaginário no discurso de auto-ajuda*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CORACINI, M.J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ/Campinas: Pontes, 1991.

COSTA, V.R. *Gerenciando as emoções: à luz da sabedoria crística*. Brasília: Otimismo, 1997.

COURTINE, J.J. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, n. 62. Paris: Larousse, 1981.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. Araraquara, 1995. 163p. Tese (Doutorado em Letras: Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista.

_____. Modalidade e evidencialidade: forma e função. Relatório Científico. FAPESP/UNESP, 2001. 59p.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. et al. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M.H.M. (org.) *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p.103-143.

de CERTAU, M. *A invenção do cotidiano: as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.

DIK, S. *The theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo/Editora da UNESP, 1997.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

FORNARI, L.M.S. & SOUZA, E.C. As narrativas nos discursos de auto-ajuda. *Revista da FAEEBA*, Salvador, n.15, p.133-141, 2001.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRÉSILLION, A. & MAINGUENEAU, D. Polyphonie, proverbe et détournement. *Langages*, Paris, n.73, p.112-125, 1984.

GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *J. Semantics*, Cambridge, v.6, p.227-69, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. *J. Linguistics*, v. 25, p.127-57, 1989.

HOFF, B. J. Evidentiality in the Carib: Particles, affixes and a variant of Wackernagel's Law. *Lingua*, North-Holland, n. 69, p.49-103, 1986.

ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, A. T. & BASILIO, M. (orgs.) *Gramática do português falado: estudos descritivos*. v. 4. Campinas: Editora da UNICAMP, São Paulo: FAPESP, 1996. p.79-166.

KOCH, I. G.V. O verbo poder numa gramática comunicativa do Português. *Cadernos da PUC: Arte e Linguagem*. São Paulo: Cortez, n.8, p.103-113, 1981.

_____. A questão das modalidades numa nova gramática da Língua Portuguesa. *Estudos Lingüísticos*, Araraquara, p.227-36, 1986.

- _____. *Argumentação e linguagem*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- _____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LEIVA, A. B. *Lições para uma vida despreocupada e feliz*. Brasília: Caligráfica, 1997.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2.
- LYSARDO-DIAS, D. *Provérbios que são notícia: uma análise discursiva*. Belo Horizonte, 2001, 276p. Tese (Doutorado em Letras: Lingüística) - Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.
- MACHADO, M.L.F. *Líder 24 horas por dia*. São Paulo: Best Seller, 1996.
- MAINGUENEAU, D. *Semantiqué de la polemiqué*. Lausanne: L'Age d'homme, 1983.
- _____. *Gênese du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.
- _____. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Fontes & Editora da UNICAMP, 1989.
- _____. Análise de discurso: a questão dos fundamentos. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, v.19, p.65-74, 1990.
- _____. *O contexto da obra literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. El *ethos* y la voz de lo escrito. *Versión: estudios de Comunicación y política*. México: Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco, n.6, p.79-92, 1996.
- _____. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARCUSCHI, L. A. A propósito de estratégias jornalísticas. *Série Estudos*, Uberaba, n.8., p.18-23, 1982.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do Português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, vol IV, p.163-199, 1996.
- _____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na Língua Portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, vol.XXIII, p.97-123, 1999-2000.

- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, Hawthorne, v.31, p.933-69, 1993.
- OBLEKEVICH, J. Provérbios e história social. In: BURKE, P. & PORTER, R. (orgs.) *História social da linguagem*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*: Campinas, Pontes, 2001.
- PALMER, F.R. *Modality an the englis modals*. New York: Longman, 1979.
- _____. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. A análise automática do discurso (1969). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.61-161.
- PÊCHEUX, M. (1983). A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 311-8.
- PÊCHEUX, M., & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p.163-252.
- POSSENTI, S. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. *Alfa*, São Paulo, n.39, p.45-55, 1995.
- POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002.
- POSSENTI, S. Pragmática na Análise do Discurso. *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.30, p. 71-84, 1996.
- PRADO, L. *Alegria e triunfo*. São Paulo: Pensamento, 1991.
- RAJAGOPALAN, K. Sobre a eficácia comunicativa de verbos performativos na negativa. *Série Estudos*, Uberaba, n.9, p.30-8, 1983.
- RIBAS, A. B. & MOYSES, C. *Pense fale exista*. São Paulo: AutoData, 1998.
- RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso*. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 1992.
- RICARDINO, L. *Parabéns pela decisão de ser feliz: a busca do ser*. São Paulo: STS, 1997.

RIMKE, H.M. Governing citizens through self-help literature. *Cultural Studies*. 14 (1), p.61-78, 2000.

ROCHA, A. *ABC do poder da mente*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1995.

ROCHA, R. *A enunciação dos provérbios: descrições em francês e português*. São Paulo: Annablume, 1995.

RÜDIGER, F. *Literatura de auto-ajuda e individualismo: contribuição ao estudo da subjetividade na cultura de massa contemporânea*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

WILLET, T. A Cross-Linguistic Survey of the Grammaticalization of Evidentiality. *Studies in Language*, Dordrecht, v.12, 1, p.51-97, 1988.

WRIGHT, G. H. von. *An essay in modal logic*. Amsterdam: North Holland, 1951.